

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Liliane Cristina Martins

**A VIOLÊNCIA E O FEMINICÍDIO TÊM COR: diálogos com o movimento de
mulheres negras**

Belo Horizonte

2022

Liliane Cristina Martins

**A VIOLÊNCIA E O FEMINICÍDIO TÊM COR: diálogos com o movimento de
mulheres negras**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Psicologia Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lisandra Espíndula
Moreira

Belo Horizonte

2022

150 M386v 2022	<p data-bbox="510 280 1228 313">Martins, Liliane Cristina.</p> <p data-bbox="510 313 1228 403">A violência e o feminicídio tem cor: diálogos com o movimento de mulheres negras [manuscrito] / Liliane Cristina Martins . - 2022.</p> <p data-bbox="510 403 1228 448">112 f.</p> <p data-bbox="510 448 1228 492">Orientadora: Lisandra Espíndula Moreira.</p> <p data-bbox="510 537 1228 604">Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p data-bbox="510 604 1228 649">Inclui bibliografia.</p> <p data-bbox="510 672 1228 851">1. Psicologia - Teses. 2. Negras – Teses. 3. Feminismo – Teses. 4. Feminicídio - Teses. 5. Interseccionalidade (Sociologia) - Teses. I. Moreira, Lisandra Espíndula. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	---

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE LILIANE CRISTINA MARTINS

Realizou-se, no dia 31 de agosto de 2022, às 16:00 horas, Virtual - google meet, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *A violência e o feminicídio tem cor: diálogos com o movimento de mulheres negras*, apresentada por LILIANE CRISTINA MARTINS, número de registro 2020653863, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Lisandra Espindula Moreira - Orientador (UFMG), Prof(a). Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ), Prof(a). Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFMG).

A Comissão considerou a dissertação:
(x) Aprovada
() Reprovada

Finalizados os trabalhos, a presente ata, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Gomes de Jesus, Usuário Externo**, em 01/09/2022, às 20:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lisandra Espindula Moreira, Professora do Magistério Superior**, em 01/09/2022, às 21:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Rita Bacellar Gonzaga, Professora do Magistério Superior**, em 02/09/2022, às 08:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_ace_sso_externo=0, informando o código verificador **1728094** e o código CRC **D10F18B9**.

Para Maria de Fátima e Antonino Martins (In Memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, às que em meio a tormentas fizeram a travessia, depois às que resistiram às barbáries da escravidão, e por fim, às que lutaram e ainda lutam pelos direitos das mulheres negras, pois sem elas, eu não estaria aqui.

Agradeço à minha mãe, por todo seu apoio ao longo de meus anos de estudo. Agradeço à Adrian Barbosa, Benilda Brito, Cintia Daciolo, Cristiane Figueredo, Gisella Lima, Heliana Hemetério e Itanacy Oliveira pelo tempo, generosidade e partilha.

À minha orientadora Lisandra Moreira, pela parceria e construção, e pela sua delicadeza e humanidade em tempos tão difíceis.

Às teóricas negras que me subsidiaram epistemologicamente no caminho. Agradeço às companheiras Poliana Oliveira, Simone Vital, Karina Santos, Vivane Martins e Julia Somberg pelas partilhas no grupo de estudos, amizades que levo para a vida.

À minha companheira Daniele Fagundes, por sempre me lembrar da importância de minha escrita.

Aos meus amigos Gisella Lima, Ueverson Melato, Thiago Arantes e Marinete Mendonça pelo incentivo, apoio e longas horas de debates.

E não menos importante, agradeço a mim mesma, por seguir e não desistir em meio ao caos da pandemia da COVID 19.

RESUMO

O apagamento das mortes de mulheres negras, as várias formas de violências que passamos e os enfrentamentos que o movimento de mulheres negras organizadas tem feito guiaram a análise desta pesquisa através do feminismo negro. O aniquilamento de nossas subjetividades pela tripla opressão que nos assola diariamente, como o racismo, o sexismo e o machismo, vem se agravando ao longo dos anos sem que as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil, em específico a Lei Maria da Penha, se atente para a interseccionalidade na política. Abordamos teoricamente o feminicídio e as várias formas de violência contra as mulheres negras, a solidão para além do campo afetivo, trabalhando interseccionalmente com mulheres negras ativistas cis, trans, heterossexuais, lésbicas e bissexuais. Os objetivos específicos foram: refletir como as mulheres negras ativistas pensam sobre os fatores que produzem a aniquilação de corpos femininos negros na atualidade e os modos de atuação perante eles; compreender como o movimento de mulheres negras vê a rede de proteção às mulheres no Brasil; compreender como analisa os impactos da construção da autoimagem das mulheres negras no Brasil. A metodologia escolhida foi de diálogos com sete mulheres negras de diferentes regiões do Brasil, mais especificamente de Belo Horizonte, Curitiba, Dourados, Recife, Rio de Janeiro e Amapá. A metodologia do diálogo aposta na tradição da oralidade como pontos de convergência e construção coletiva, em que pesquisadora e enunciadoras compartilham a experiência de sermos mulheres negras ativistas no Brasil. A partir dos diálogos construídos com essas mulheres, é possível apontar para a necessidade da discussão sobre a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, com as mulheres negras dentro dos movimentos sociais, assim como de *s m i s t i f i c a r* os tipos de violências sofridas, pautando que muito se fala sobre violência física, mas as violências psicológicas e institucionais, por vezes, passam despercebidas. Além disso, cumpre demonstrar a diferença feita pela formação dentro dos movimentos sociais, representando um deslocamento na vida de mulheres negras, como nos aponta todas as interlocutoras da pesquisa. Das mais novas às mais velhas, é nítido como suas vidas se transformaram ao adentrar nos movimentos que dialogam com o feminismo negro e com as questões raciais, pois a partir de então construíram a base para transformar a vida de outras mulheres negras. Por fim, ressalta-se a importância da autodefinição e do autoamor para que mulheres negras possam se reconhecer dignas de afeto, de amor e da proteção do Estado.

Palavras-chave: Feminicídio; Mulheres Negras; Violência; Feminismo Negro; Interseccionalidade.

ABSTRACT

The erasure of the deaths of black women and the various forms of violence we go through and the confrontations that the organized black women's movement have carried out guided the analysis of this research through black feminism. The annihilation of our subjectivities, by the triple oppression that plagues us daily, racism, sexism and machismo has been worsening over the years without policies to combat violence against women in Brazil, specifically the Maria da Penha Law. pay attention to intersectionality in politics. We theoretically approach femicide and the various forms of violence against black women, loneliness beyond the affective field, working intersectionally, working intersectionally black women activists cis, trans, heterosexual, lesbian, bisexual. The specific objectives were: to reflect with black women activists on the factors that produce the annihilation of black female bodies today and the ways in which they act; understand how the black women's movement sees the protection network for women in Brazil; understand how they analyze the impacts of the construction of the self- image of black women in Brazil. The methodology chosen was dialogues with seven black women from different regions of Brazil, more specifically Belo Horizonte, Curitiba, Dourados, Recife, Rio de Janeiro and Amapá. The methodology of dialogue bets on the tradition of orality as points of convergence and collective construction, where researcher and enunciators share the experience of being black women activists in Brazil. From the dialogues built with these women, it is possible to point to: the need to discuss the network to combat violence against women with black women within social movements, as well as demystify the types of violence suffered, guiding that much is said about violence physical, but psychological and institutional violence sometimes goes unnoticed; As well as the difference that training within social movements makes a shift in the lives of black women as all the research interlocutors point out, from the youngest to the oldest it is clear how their lives have been transformed when entering movements that dialogue with black feminism and with racial issues, since from then on they built the base to transform the lives of other black women; the importance of self-definition and self-love so that black women can recognize themselves worthy of affection, love and state protection.

Keywords: Femicide; Black Women; Violence; Black Feminism; intersectionality

LISTA DE SIGLAS

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CONUNE - Congresso Nacional da UNE

COVID-19 - Coronavirus Disease (Doença do Coronavírus) CRP/MG - Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais

DF – Distrito Federal

EBC – Empresa Brasileira de Comunicação

EME - Encontro das Mulheres Estudantes

EUA – Estados Unidos das Américas

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INFOPEN - Sistema Integrado de Informação Penitenciária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONGs - Organizações não Governamentais

PROUNI – Programa Universidade para Todos

STF - Supremo Tribunal Federal

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - PROCURANDO CAMINHOS PELOS QUAIS NÃO ANDE SÓ	9
1 PERCURSOS	12
1.1 DA PESQUISADORA.....	12
1.2 DA TEORIA.....	14
1.2.1 DO DIÁLOGO COMO METODOLOGIA DE PESQUISA.....	14
1.2.2 DA ANÁLISE.....	15
1.3 DO CAMPO	17
1.3.1 DIÁLOGOS DIGITAIS.....	18
1.3.2 IMPLICAÇÕES DA PESQUISADORA.....	18
1.3.3 PESQUISADORA NEGRA	19
1.4 DO COMPROMISSO ÉTICO	20
2 FEMINICÍDIO	21
2.1 A PALAVRA FEMINICÍDIO	21
2.2 DAS VIOLÊNCIAS PARA ALÉM DAS TIPIFICADAS NA LEI MARIA DA PENHA.....	24
2.3 OUTRAS FORMAS DE PRECARIZAÇÃO DA VIDA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL	34
3 MULHER NEGRA: DA SOLIDÃO DAS VIOLÊNCIAS AO FEMINICÍDIO.....	38
3.1 DA SOLIDÃO DA MULHER NEGRA PARA ALÉM DO CAMPO AFETIVO .	44
3.2 MULHERES NEGRAS	45
3.3 MULHERES NEGRAS TRANSEXUAIS	47
4 DIÁLOGOS COM MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS ORGANIZADAS NO BRASIL.....	49
4.1 DAS TRAJETÓRIAS.....	57
4.1.1 ADRIAN BARBOSA.....	57
4.1.2 BENILDA BRITO	59
4.1.3 CÍNTIA DIALLO.....	62
4.1.4 CRISTIANE FIGUEIREDO.....	64
4.1.5 GISELLA LIMA	65
4.1.6 HELIANA HEMETÉRIO.....	68
4.1.7 ITANACY OLIVEIRA	69
5 DOS PONTOS DE ANÁLISE.....	70

SUMÁRIO

5.1 REDE DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES.....	70
5.2 FRENTES DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES NEGRAS	76
5.3 LEI MARIA DA PENHA E AS MULHERES NEGRAS.....	80
5.4 CONSTRUÇÃO DA AUTOIMAGEM DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL.....	88
6 CONSIDERAÇÕES SEM FINAIS	96
REFERÊNCIAS	100
ANEXO A - Carta Convite.....	105
ANEXO B - Termo de Consentimento Livre Elucidado	107
ANEXO C – Eixo de Diálogos	109

INTRODUÇÃO - PROCURANDO CAMINHOS PELOS QUAIS NÃO ANDE SÓ

Com o intuito de introduzir este estudo, são oportunas as seguintes considerações de Jurema Werneck¹, acerca da formação da identidade das mulheres negras e seus desdobramentos:

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma; as mulheres negras como sujeitos identitários e políticos, são resultados de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais de enfrentamento de condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (Werneck, 2010, p.4).

Convido vocês a me acompanharem para uma travessia que começou muito distante, tão distante que, hoje, ao olharmos para trás, ainda não sabemos exatamente o que enxergamos. Grande parte do nosso passado foi apagado, queimado, destruído, nos tirando o direito de saber exatamente de onde viemos, nós, mulheres negras em diáspora, vindas de diversos países de África, hoje, vivendo no Brasil. Travessia que se deu em navios negreiros, entre sangue, violência, lágrimas, medo, mas que também foi feita com muita resistência e com o instinto de sobrevivência. Instinto esse que em meio a tanta tristeza e dor, fazia com que as mulheres negras fizessem bonecas com os próprios vestidos, as abayomis, para acalmar o terror das crianças que juntas faziam o caminho.

Mulheres negras diversas que somos - espalhadas em um país com uma extensão territorial de 8.516.000 quilômetros quadrados - com olhares e visões de mundo diferentes dadas às regiões, culturas, credos, experiências, por quais passamos e fomos construindo nossa subjetividade, que não é individual. Estamos unidas pelos quase quatrocentos anos de escravidão que carregamos na cor da pele, e juntas carregamos o significativo discriminatório que a mesma cor da pele nos impõe, os silenciamentos e as várias formas de violência que assolam as mulheres negras no Brasil.

Para olharmos para frente é importante olharmos, antes, para trás. Pensar no sentido da travessia de antes nos traz ao momento de pensar a travessia de hoje. Como estão vivendo as mulheres negras hoje no Brasil? Essa dissertação se propôs a dialogar com mulheres negras

¹ Jurema Werneck é ativista feminista, médica, comunicóloga e autora, co-fundadora da organização não governamental Crioula. Ela é também Diretora-Executiva da Anistia Internacional no Brasil, desde fevereiro de 2017, e faz parte do quadro da direção do Fundo Global para Mulheres.

organizadas dentro dos movimentos sociais, para pensar como estão sendo construídas estratégias de enfrentamento ao aumento de feminicídio de mulheres negras e outras formas de violências, assim como discutir de que modo a lei de proteção às mulheres está sendo trabalhada sobre o viés da intersecção de raça, gênero e classe.

Sobreviver tem sido uma estratégia das mulheres negras brasileiras há tempos. Sobreviver ao racismo, ao sexismo e ao classismo. Aqui, para além das estatísticas, me interessa investigar como as mulheres vêm se organizando politicamente para enfrentar os silenciamentos diários, os episódios de racismo cotidiano, o racismo institucional, a solidão da mulher negra, que não é somente afetiva e, por fim, o feminicídio que vem aumentando gradativamente nos últimos anos. As várias formas de violência contra as mulheres negras no Brasil vão além das tipificadas pela Lei 11.340, sendo que sugere a Lei Maria da Penha como violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Como enfrentar a violência política? A violência da fome? A violência do Estado? A violência da polícia?

Para tanto não falo só. É preciso referenciar as que vieram antes de mim e que por terem feito suas travessias, permitiram que hoje eu faça a minha. A minha vó indígena Alexandrina, mãe de minha mãe, a qual nenhuma de nós duas conhecemos, pois por estar em um casamento abusivo teve que deixar minha genitora para refazer a vida e, ao voltar para buscá-la, foi proibida de levar a filha. A minha mãe, que sem a mãe, morou na casa de várias famílias até ser adotada por um tio e pelo não sentimento de pertença a lugar algum se casou aos 16 anos com um homem 14 anos mais velho, meu pai, com quem teve 5 filhos, sendo eu a caçula dessa história toda.

Sendo a caçula, as lembranças dos primeiros anos de vida de minha família não existem em minha memória, estão nas histórias contadas, das roupas que minha mãe lavava para fora nos primeiros anos de luta para ajudar no sustento dos filhos e na construção de uma casa. A lembrança ao ver minha irmã mais velha conseguir seu primeiro trabalho como doméstica na casa de uma mulher branca. Decorre ao não entender os olhares direcionados a mim quando ia à casa de uma amiguinha branca, e que por ter o gênero me atravessado primeiro que a raça não compreendia que os olhares se davam pela cor da minha pele. Por quais violências passou minha avó? Por quais violências passou minha mãe? Por quais violências passou minha irmã? Por quais violências eu passei? Por essas e outras que esta dissertação é uma busca para que não ande só, que esta pesquisa não se esgote em si, mas que busque, através dos diálogos com outras mulheres negras, encontrar novas formas de fazer essa travessia.

Hoje, enquanto conselheira do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais em exercício, psicóloga clínica mediada por TICs, especialista em direitos humanos e mestrandia

em psicologia social refaço o caminho que me trouxe até aqui, o que foi privilégio e o que foi silenciamento no decorrer desse caminho? Sendo a filha caçula de uma família negra de 5 filhos, fui a primeira da família a acessar um curso superior e compreender a diferença que esta formação faz na vida de uma mulher negra. Há conhecimentos que ficam presos em determinados espaços, mas ali compreendi também o que é o racismo, o que é lesbofobia, o que é epistemicídio, o que é deslegitimar uma voz.

Aprendi que a solidão da mulher negra não existe somente na área afetiva; aprendi, como muitas meninas negras, que não tinha o par para dançar quadrilha no jardim de infância.

O objetivo principal é compreender como mulheres negras, que compõem o movimento de mulheres negras organizadas no Brasil, analisam o cenário das várias formas de violência que perpassam o ser mulher negra no Brasil, assim como o aumento de feminicídios e formas de validação dessas violências. Para tanto, esta pesquisa está organizada em sete capítulos. No primeiro capítulo, apresento os percursos, sendo eles o da pesquisadora, das teorias, do campo. No segundo capítulo, apresento os dados sobre o aumento do feminicídio nos últimos anos no Brasil, assim como problematizo as outras formas de violência de mulheres negras, trazendo um contexto histórico, cultural e social. No terceiro capítulo, discorro sobre a solidão da mulher negra, solidão essa que vai para além do campo afetivo, refletindo sobre a relação da solidão, das violências e do aumento do feminicídio, tentando encontrar outras formas possíveis de existências, dando ênfase a mulheres negras lésbicas, bissexuais e trans. No quarto capítulo apresento as trajetórias das participantes na íntegra. Em seguida, realizo a análise com os pontos específicos e, por fim, exponho as considerações sem finais.

¹ PERCURSOS

Início este trabalho pensando em percursos, no meu e das mulheres negras que se aventuraram a chegar até a vida acadêmica. Da timidez e dos silêncios desde o pré-escolar, sentimentos esses que me acompanharam ao longo de minha vida estudantil, mas que disfarçavam o racismo institucional que sofria dentro das instituições escolares desde menina. Assim como o caminho de minha vida escolar, que teve tropeços e evasão por mais de cinco anos, o percurso desta pesquisa e das que falam comigo também não foi linear.

Convido-lhes a conhecer os percursos de mulheres negras diversas, percursos esses que se cruzam como rios no Brasil. Encontros que só foram possíveis por toda a luta e construção do movimento organizado de mulheres negras, pelas que me antecederam e pelas que acreditam no diálogo como força de construção do conhecimento.

1.1 DA PESQUISADORA

Conforme Djamila Ribeiro², “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social (Ribeiro², 2019, p.64).

Venho fazendo meu caminho desde a graduação com uma mistura da academia e da militância, portanto, penso ser de extrema importância iniciar esse trabalho com o meu percurso para que possam localizar de onde vem minha fala e de como o tema da pesquisa se torna para mim uma questão.

Oriunda de escolas públicas, a graduação em psicologia se torna uma possibilidade e uma realidade para mim através do Programa do governo Lula, o ProUni, e através das políticas de Cotas, sendo que fui aluna prounista e cotista em uma faculdade particular no interior de Minas Gerais. Esse caminho se inicia com muitos atravessamentos de gênero sendo uma mulher lésbica e tendo o gênero me atravessado primeiro que a raça. Hoje compreendo através das palavras de Audre Lorde que não existe um atravessamento maior que o outro, eles são sim atravessamentos. “Dentro do movimento negro sou lésbica e dentro do movimento lésbico sou negra”.

Passados cinco anos de graduação sem estudar uma(um) teórica(o) negra(o), sem ter tido uma(um) professora(r) negra(o), me deparo no ano pós-formatura, matriculada em uma Pós-graduação em Direitos Humanos na capital de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

² Djamila Ribeiro é filósofa, feminista negra, escritora e acadêmica brasileira.

Na pós-graduação, tive então duas professoras negras que abriram meus horizontes sobre as questões raciais e me deparei então com o feminismo negro e suas escritoras: bell hooks, Patricia Hill Collins, Grada Kilomba, entre tantas outras.

O Atlas da Violência 2015/2018 apresentava um aumento significativo do feminicídio de mulheres negras no Brasil e isso me incomodava extremamente, pois não conseguia encontrar o motivo de tal fenômeno e no pensamento de fazer o TCC da pós-graduação, comecei a pesquisar sobre feminismo de uma forma mais geral. Deparei-me com Simone de Beauvoir, ao ver um vídeo de uma entrevista da mesma no Youtube sobre o livro “O segundo Sexo”, de 1949, no qual ela diz sobre o lugar da mulher como sendo “o outro” atravessada pelo gênero. Fazendo concomitantemente a leitura de Grada Kilomba³ do livro “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano”, de 2018, a autora traz o lugar da mulher negra como “o outro do outro” atravessada pelo gênero e pela raça. Apesar de todo o caminho feito dentro do movimento estudantil, dentro dos movimentos sindicais e com os movimentos sociais, ainda não tinha compreendido até então o sentido da palavra interseccionalidade e foi a partir daí que me envolvi com o movimento de mulheres negras organizadas. Fazia parte da Rede Afro LGBT de Minas Gerais e fui convidada a participar do II Encontro Estadual de Mulheres Negras, podendo então me aproximar dos meus pares não só teoricamente, mas também através de trajetórias de vidas.

Os encontros para os diálogos nesta pesquisa só foram possíveis através dos marcadores sociais que me unem a essas mulheres, enquanto mulher, negra e lésbica vivendo em um país onde a soma dessas opressões nos colocam em lugares subalternos, onde a luta pela sobrevivência nos encaminha para coletivos e redes de mulheres negras organizadas que se unem na luta por políticas públicas que nos são cerceadas.

A pesquisa nasce da vontade de estar entre pares, e por isso os diálogos com mulheres negras organizadas em movimentos, algumas com quem já tinha uma vivência de militância, outras indicadas através das redes de contato que fiz no II Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Goiânia, que ocorreu em 2018.

No início do mestrado fomos mundialmente impactados pela “Pandemia da Covid-19” o que ocasionou quase seis meses de incertezas não somente em relação ao andamento da pesquisa, como também ao futuro da humanidade.

³ Grada Kilomba é escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa reconhecida pelo seu trabalho que tem como foco o exame da memória, trauma, gênero, racismo e pós-colonialismo e está traduzido em várias línguas.

Ao poder retornar e dando início aos diálogos, fui interpelada através das participantes para as questões de orientação sexual e identidade de gênero que atravessam também os movimentos de mulheres negras. De cinco participantes passaram para sete, incluindo uma mulher bissexual e uma transexual, posto que já havia mulheres lésbicas e heterossexuais. Apresento um pouco de mim e um pouco da pesquisa para entenderem a importância de que nesta pesquisa não ando só.

1.2 DA TEORIA

A presente pesquisa se fundamenta teoricamente no “feminismo negro”. Entendo o feminismo negro como a produção de ciência de teóricas negras que discutem interseccionalidade. Nessa perspectiva, “o conhecimento adquirido nas opressões interseccionais de raça, classe e gênero incentiva a elaboração e a transmissão dos saberes subjugados”(Hill Collins, 2019, p.42)⁴. Fugindo da forma acadêmica padronizada, positivista e neutra de fazer ciência, entendendo que os conhecimentos de nossas antepassadas são até os dias de hoje subjugados, trago como método o diálogo como forma de produzir material para análise.

1.2.1 DO DIÁLOGO COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

Compreendo o uso do diálogo com uma ferramenta de conexão entre pares, falando de mulher negra para mulher negra, tirando os lugares na pesquisa de sujeitas e objetos e colocando em seu lugar a humanidade de cada uma de nós, fugindo de uma matriz que é eurocêntrica e nos impõe metodologias que não nos cabem. Transitamos enquanto mulheres negras pelos mesmos caminhos do racismo, do patriarcado, do sexismo, do genocídio e das várias formas de violências que perpassam a vida de mulheres negras. A virada epistemológica que proponho culmina em descolonizar a produção de conhecimento, priorizando o diálogo também com a escrita de outras mulheres negras, como nos apontam Camila Rodrigues⁵, Vivane Martins⁶ e Lisandra Moreira⁷ no artigo “A produção de conhecimento em psicologia a partir das experiências de mulheres negras”.

⁴ Patrícia Hill Collins é professora universitária de Sociologia da Universidade de Maryland, CollegePark. Ela também é a ex-chefe do Departamento de Estudos afro-Americanos na Universidade de Cincinnati.

⁵ Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP.

⁶ Doutoranda em psicologia social pela UFMG.

⁷ Escritora, mãe, professora da Universidade Federal de Minas Gerais.

Nessa perspectiva, Cunha et al. (2022) tecem as seguintes considerações acerca da necessidade de estabelecer diálogos que permitam a troca de saberes e experiências:

Assumimos o compromisso ético-político-científico de não paralisar na margem oposta do rio (ou do oceano), mas, sim, de construir pontes com mulheres negras; reconhecendo a diferença existente entre nós, porém nos conectando a partir e para além das diferenças (p. 07).

Dessa forma, os encontros para os diálogos foram realizados de forma a construir um espaço seguro para que a conexão, que é necessária para se expressar, acontecesse. O diálogo sendo uma prática africana que busca a harmonia. Segundo Collins (2019), “o uso do diálogo, que não deve ser confundido com os debates de ideias contrárias, tem raízes profundas nas tradições orais de matriz africana e na cultura afro-americana” (p.416).

Os diálogos como metodologia de pesquisa se tornam então um diferencial no que tange à diluição das hierarquias epistêmicas que estruturaram a universidade, compreendendo que nem todas as mulheres negras consideradas intelectuais são mulheres que necessariamente passaram pela academia. Nas palavras de Collins (2019):

A tarefa de recuperar os saberes subjugados das mulheres negras tem um significado especial. Saber que o pensamento e o talento de nossas avós, mães e irmãs foram e têm sido suprimidos motiva muitas contribuições para o campo crescente de estudos da mulher negra (p. 49).

Tais diálogos foram pensados através do feminismo negro, acreditando que, como nos aponta Collins (2019), “esses vínculos entre o que fazemos e o que pensamos, ilustrados por mulheres negras como indivíduo, também podem caracterizar as experiências e as ideias de mulheres negras como grupo” (p. 66).

1.2.2 DA ANÁLISE

Os materiais foram construídos através de diálogos com as mulheres negras organizadas em movimentos, cujas informações detalhadas virão mais à frente. O projeto apresentado no mês 05/2021, em banca composta pelas professoras Paula Gonzaga e Tayane Lino, foi qualificado e recebeu pareceres indicando dispensa do Comitê de ética em Pesquisa, tendo em vista que a pesquisadora e as participantes compreendem que não existe falta ética ou riscos, mas sim benefícios ao concordarem em manter seus nomes neste trabalho, que visa reflexões epistemológicas sobre a desumanização das mulheres negras e os elementos de materialização dessa lógica na aniquilação física, psíquica e simbólica desse grupo social.

Como citado anteriormente, as mulheres foram indicadas a partir de uma rede de contatos do próprio movimento. Ao todo, 07 (sete) mulheres participaram dos diálogos e assinaram o Termo de Livre Elucidação, conforme o Anexo B. Os diálogos foram gravado em vídeo e transcritos para análise. Houve um roteiro de temas específicos (Anexo C), mas os diálogos deram a oportunidade de uma construção conjunta, abordando os temas relevantes à pesquisa, como o aumento de feminicídio de mulheres negras no Brasil, a solidão da mulher negra, a importância de estarmos organizadas em movimentos, entre outros.

As formas de opressões interseccionais pelas quais passamos podem produzir pontos em comum entre nós, para tanto optei como ponto principal de análise das narrativas o conceito de interseccionalidade, que pensa a conexão entre as vias de opressão a partir da análise entre raça, classe, gênero, religiosidade, nacionalidade, entre outras. Compreendendo que todas as mulheres negras passam por essas interseções, apesar da diferença de idade, classe social, regiões de nascimento, de orientação sexual ou identidade de gênero, nos deparamos com diferentes desafios para enfrentar as violências às quais estamos expostas. O que significa que temos respostas e soluções distintas para as indagações que perpassam essa pesquisa, porque também são diferentes as formas de violências e vulnerabilidades a que estamos expostas, portanto a análise através da interseção tem como proposta analisar os padrões diferenciais de conhecimento e experiências sem a presunção de encontrar uma harmonia perfeita. Como nos aponta Crenshaw⁸ (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (p. 177).

Trazemos as vozes de mulheres negras como uma rebelião contra o poder estabelecido, que se diferenciam da forma positivista de construção do conhecimento, que são insurgentes a falsa neutralidade existentes nas produções, apresentando novas epistemologias para dar conta do ponto de vista heterogêneo que somos enquanto mulheres negras diversas.

⁸ Kimberl Williams Crenshaw é uma norte-americana defensora dos direitos civis. É uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça. Ela é professora em tempo integral na Faculdade de Direito da UCLA e na Columbia Law School, onde se especializa em questões de raça e gênero.

1.3 DO CAMPO

O trajeto da pesquisa se deu muito atrelado também à trajetória da pesquisadora, posto que encontro minhas pares nos movimentos de mulheres negras organizadas no Brasil. Cada diálogo traz sua particularidade e se desenvolveu de formas diferentes.

Trago então algumas reflexões e etapas de como cheguei a cada uma dessas mulheres, algumas com as quais eu já tinha um contato pessoal outras que necessitei de indicações. A princípio, seriam diálogos com cinco mulheres negras envolvidas em movimentos organizados, sendo uma de cada região do Brasil.

O primeiro contato se deu por mensagens do aplicativo WhatsApp com: Heliana Hemetério pelo Sul, companheira de militância de longa data, Itanacy Oliveira pelo Nordeste, amizade que fizemos no curso da Ong Criola em 2018, Cinthia Daciolo do Centro Oeste, professora universitária da UEMS que conheci através de minha companheira enquanto residi na cidade de Dourados/MS. De início, o nome para a região Sudeste era Lúcia Xavier da Ong Criola que depois de vários contatos por mensagens de whatsapp respondeu que poderia participar, mas não conseguimos encontrar uma data ou horário, tendo a mesma não me retornado em tempo hábil. Assim, entra em cena Benilda Brito pela Região Sudeste, tendo conseguido o número de Benilda através de Gisella Lima. Pelo Norte viria Cleide, que aceitou de prontidão, depois recuando, alegando não poder contribuir muito com o tema proposto, posto que trabalha com estereótipos e historiografia e dos afro-antilhanos (as). Houve dificuldade em encontrar uma representante do Norte, primeiramente eu fiz contato com um Grupo chamado Mulheres Negras Amazônicas pelo Instagram, algumas integrantes me retornaram, mas estavam também finalizando mestrados ou graduações, envolvidas em suas vidas pessoais e tocando o projeto, por fim, não tinham a disponibilidade para um encontro. Tendo como paciente uma mulher negra de Belém do Pará chamada Drieli, pergunto se ela tem alguma indicação e chego até Adrian, que representou o Norte, sendo estudante de mestrado da Universidade Federal do Pará (UFPA), mas atualmente mora em Macapá/AP.

Com os primeiros diálogos surgem os atravessamentos de orientação sexual e identidade de gênero e, por isso, eu incluo na pesquisa uma mulher negra bissexual e uma mulher negra trans, tendo em vista que havia mulheres lésbicas e heterossexuais. Chega então Gisella Lima, mulher trans e amiga de militância de longa data, sendo integrante da Rede Lesbi, um grupo de mulheres lésbicas e bissexuais e m nível nacional que integra mulheres militantes e acadêmicas. Peço a indicação de uma mulher negra bissexual e indicam Cristiane, estudante de mestrado no Rio de Janeiro.

Tornou-se de extrema importância percorrer o caminho e a rede que se instaura para

queeu pudesse chegar a cada uma dessas mulheres, minhas pares. Com os aceites, encaminho a cada uma delas o termo de elucidação e a carta convite. Em minha qualificação ficou definido que não passaria pelo Comitê de Ética, visto que é uma pesquisa entre pares pautada na horizontalidade.

1.3.1 DIÁLOGOS DIGITAIS

A proposta foi realizar um encontro com cada uma dessas mulheres e conversarmos pelo aplicativo de WhatsApp para marcar melhor dia e horário. Os diálogos aconteceram através da plataforma Meet e foram gravados em vídeo e áudio para posterior transcrição e, quem sabe, posterior documentário. Essa era a proposta original desde o início do projeto, apesar de acreditar que poderia ter acontecido alguns encontros presenciais mesmo com a distância, o que não se deu, por fim, pelo acometimento mundial pela Covid-19 em 2020, no início do mestrado, situação que nos acompanha até o presente momento.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tiveram um papel crucial na realização da pesquisa, possibilitando esses diálogos digitais e, nem por isso, menos pessoais ou menos produtivos, já que em 2021, todas as pessoas já estavam mais familiarizadas com os aplicativos e plataformas de vídeo.

1.3.2 IMPLICAÇÕES DA PESQUISADORA

Traçado o caminho de como cheguei a cada uma dessas mulheres e como essa rede de contatos entre mulheres negras me ajudou na trajetória, torna-se importante ressaltar como criamos esse vínculo para o diálogo, haja vista que não temos vínculos institucionais e sim vínculos sociais.

Não foram muito diferentes as recepções sejam das mulheres as quais eu já conhecia sejam das mulheres indicadas por terceiras, todas me trataram com muito respeito e carinho, e frisaram a alegria de poder construirmos juntas essa pesquisa. E elas falaram da importância de uma pesquisadora negra trazer o tema do aumento do feminicídio, das nossas e todas as formas de violência que perpassamos. Nesse sentido, destaco as falas de Adrian e Benilda. *Eu que agradeço, eu acho que esse tema é muito necessário, a gente precisa discutir e formar essa rede, saber como estão os estados, enfim, essa comunicação (Adrian, 2022).* *Falar para uma pesquisadora negra me agrada profundamente, parabéns para você, pra sua família, porque você não chega sozinha né, então isso me agrada muito, te parabenizar por*

isso, e falar do tamanho da minha alegria (Benilda, 2021).

Todas realizaram os diálogos de dentro de suas casas e não tiveram grandes dificuldades com a plataforma utilizada. A maioria encontravam-se em um quarto fechado e silencioso, mastiveram também as que fizeram de seu lugar favorito na casa, como da varanda de sua casa de praia com o barulho do vento, ou na sala enquanto sua companheira fazia algo na cozinha e lembravam juntas alguns momentos de militância. Essa abertura de espaço possibilitou que estivessem em lugares escolhidos por elas mesmas e se sentissem confortáveis para o desenvolvimento dos diálogos.

Esta pesquisa propôs se aproximar também da construção e do entendimento de mulheres negras organizadas em movimentos do que representa a Lei Maria da Penha, a maior política pública instaurada no Brasil para a proteção de mulheres em situação de violência.

1.3.3 PESQUISADORA NEGRA

Enquanto pesquisadora negra, reflito sobre o conceito de margem e centro de bell hooks, ou seja, fazer parte do todo, mas estar fora do principal. Os diálogos junto a mulheres negras dizem exatamente da vivência dessa dicotomia e como somos atravessadas por esses marcadores. É possível lembrar a história de vida de Neusa Souza Santos⁹, que tendo conseguido a ascensão social, quando passeava por determinados restaurantes e galerias de artes era perseguida por olhares racistas que se perguntavam: como essa mulher chegou ao centro?

Ser uma pesquisadora negra no Brasil ou quiçá em qualquer parte do mundo diz sobre resistir dentro de espaços que não foram feitos ou pensados para nós, diz acerca de termos de legitimar nossa voz saindo de um lugar objetificado nos tornando sujeitas de nossa própria história. O que tornou esta pesquisa e percurso para mim um pouco mais leve, apesar das dificuldades encontradas pelo caminho, foi a concretização dos encontros e diálogos, que mesmo que venham carregados de dor, me deram a certeza de que não ando só.

⁹ Neusa Souza Santos (Cachoeira, 1948 - Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2008) foi uma psiquiatra, psicanalista e escritora brasileira. Sua obra é referência sobre os aspectos sociológicos e psicanalíticos da negritude, inaugurando o debate contemporâneo e analítico sobre o racismo no Brasil.

1.4 DO COMPROMISSO ÉTICO

Desde o início do projeto, pensando na relevância das vozes dessas mulheres negras tanto para história quanto para as que vierem depois de nós, tive em mente que não usaria pseudônimos e isso foi colocado em questão com todas elas no termo de livre elucidação que todas assinaram e concordaram, algumas até colocando como de suma importância manter seus lugares de fala. Dessa forma, tornou-se desnecessária a submissão da pesquisa ao comitê de ética, pois a pesquisa se legitima eticamente entre pares, assim todas são apresentadas com nomes e sobrenomes em toda a trajetória desta dissertação. Para além disso, enquanto devolutiva à sociedade e aos movimentos de mulheres negras, tenho, enquanto perspectiva, a produção de uma cartilha sobre feminicídio e violências contra mulheres negras, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gérias, nos anos que se seguem à defesa da dissertação, assim como convidar todas as participantes para a defesa.

2 FEMINICÍDIO E OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

2.1 A PALAVRA FEMINICÍDIO

Femicídio é o último estágio da violência contra a mulher, sendo que esta antes de chegar ao óbito passa por violência física, sexual, moral, psicológica e patrimonial, o que torna a reflexão sobre o femicídio ser um crime evitável. Quais outras formas de violência estão sujeitas às mulheres, em específico as mulheres negras no Brasil, para além das tipificadas na Lei 11.340, mais conhecida como a Lei Maria da Penha? É também um crime cometido por razões históricas e sociais, como discutiremos adiante. Não estou falando aqui de uma escalada de violência na qual haveria uma previsibilidade de controle, do mesmo modo que é impossível prever qual tipo de violência é mais grave que a outra, ou qual vem primeiro e quais delas levam mais precisamente ao ato do femicídio, sabendo que, por vezes, a razão se define pela misoginia, transfobia, lesbofobia, bifobia, entre outras formas.

Opto aqui em usar o termo femicídio ou invés de femicide com base nas escritas e fortalecimento de pesquisadoras, escritoras, ativistas feministas latino-americanas, como Rosa-Linda¹⁰ e Cynthia Bejarano¹¹, modificando a tradução da palavra norte-americana *femicide*, pautando que a categoria femicídio nos permite transitar pelas questões de gênero, raça e classe junto ao termo interseccionalidade.

Rosa-Linda nos aponta ainda que, para além da tradução no espanhol que acrescenta uma sílaba às palavras traduzidas, é também uma escolha política dando ênfase às teorias criadas no Sul Global.

Como editoras del este volumen, nuestra traducción de “femicidio” para “feminicide” en vez de “femicide” está orientada a revertir las jerarquías de conocimiento y desafiar afirmaciones sobre el sentido unidireccional (de Norte a Sur) de la circulación de teorías. Basadas en una década de trabajo sobre este tema, las dos hemos visto el movimiento fluido en la elaboración de una teoría y en las prácticas políticas que informan nuestro entendimiento actual del femicidio (Bejarano, 2010, p.49).

¹⁰ Professora e ex-presidente de estudos latino-americanos e latinos da University of California, Santa Cruz.

¹¹ Escritora, Licenciada por la Universidad Estatal de Nuevo México, y doctora por la Universidad Estatal de Arizona en el 2001.

O feminicídio é um crime construído socialmente e é uma herança deixada pela dominação patriarcal, ou seja, por uma cultura que diz que o homem é superior à mulher. O patriarcado tira a mulher da condição de sujeito de sua própria história, colocando-a no lugar de objeto, de posse. Quantas matérias e histórias leio todos os dias de mulheres que decidiram terminar o relacionamento e, nesse momento, são vítimas de feminicídio? Aliada a essa construção de posse está a ideia de amor romântico e monogâmico com a noção de exclusividade, que recai com toda a cobrança sobre a mulher, posto que os homens são criados com a perspectiva da não monogamia, justificando o feminicídio quando o mesmo acontece por infidelidade até os dias de hoje, pela antiga Lei de Honra, que era vigente no Brasil colônia e que dizia que o homem tinha então o direito de matar sua mulher em adultério, mas a mesma não valia para a mulher na mesma situação.

Em doze de março de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade da tese de legítima defesa da honra para crimes de feminicídio, por violar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero (STF, 2021, s.p.). Essa tese colocava em questão as ações e condutas da vítima, entendidas como ataque à honra do homem e, portanto, a argumentação atenuante do assassinato.

Pensando mais profundamente na tese de legítima defesa da honra, é preciso lembrar que, historicamente, essa lei servia ao homem branco, partindo do pressuposto de que as mulheres brancas são consideradas seres humanos e têm direito a um julgamento pós morte. O que não acontece com muitas mulheres negras, que além do atravessamento do ser mulher, são atravessadas pelo ser negra, o que nos coloca em um outro lugar, ou melhor, em um não-lugar, em um lugar desumano que não carece de intervenção do Estado. Historicamente, o sistema gênero e raça junto ao sistema capitalista vem subjugando mulheres negras, nos colocando em lugares inferiores, de servidão, e dos tempos de escravidão aos dias de hoje, esses sistemas se perpetuam.

Importante problematizar como somos vistas pela sociedade, pois continuamos sendo interpeladas pelo que Lugones (2008)¹² chama de “sistema moderno colonial de gênero”, mulheres não brancas não são vistas como mulheres:

¹² Socióloga, professora, feminista e ativista argentina, radicada nos Estados Unidos. Era professora de literatura comparada e estudos femininos da Universidade de Binghamton, em Nova Iorque.

También es parte de su historia, que en el Occidente, sólo las mujeres burguesas blancas han sido contadas como mujeres. Las hembras excluidas por y en esa descripción no eran solamente sus subordinadas sino también eran vistas y tratadas como animales, en un sentido más profundo que el de la identificación de las mujeres blancas con la naturaleza, con los niños, y con los animales pequeños. Las hembras no-blancas eran consideradas animales en el sentido profundo de ser seres «sin género», marcadas sexualmente como hembras, pero sin las características de la femineidad. Las hembras racializadas como seres inferiores pasaron de ser concebidas como animales a ser concebidas como símiles de mujer en tantas versiones de «mujer» como fueron necesarias para los procesos del capitalismo eurocentrado global (p. 94).

Falar sobre feminicídio traz várias implicações, pois é preciso pensar que nós mulheres não somos um grupo homogêneo. É preciso refletir sobre os vários corpos e na premissa de que existem corpos que valem a proteção, porque são considerados humanos, e corpos que não são. Afinal, quais são os limites que definem quais vidas importam e quais não? Quais são os corpos choráveis? Segundo Judith Butler (2020), feminista e filósofa pós-estruturalista estadunidense branca, “dependendo do gênero, da raça, e da posição econômica que ostentamos na sociedade, podemos sentir se somos mais ou menos choráveis aos olhos dos demais” (s.p.). Lisandra Moreira (2018) traz a realidade de “Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto”, de Judith Butler (2015), para a realidade do Brasil em seu artigo “Por quem choramos? Reflexões sobre enquadramentos bélicos”. Nesse artigo, ela problematiza como os enquadramentos se dão em relação ao gênero/sexualidade e classe/raça. Segundo Moreira (2018), “há corpos que possuem contornos específicos: travestis, transexuais, mulheres, usuários de drogas ilícitas, negros, pobres, autores de delitos. Há um jogo articulado e móvel entre essas formas de enquadramento que circunscreve e incrimina sujeitos” (pp. 3,4).

Quais os enquadramentos têm sido usados para manter certa parcela da população brasileira no lugar de subalternidade? Segundo Butler (2015), “o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigência de sociabilidade - incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo - que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis” (p.16).

Existem corpos que não são passíveis de existência no Brasil, dentre eles estão os corpos das mulheres negras, que desde os tempos da escravidão não são vistos como corpos passíveis de existir, segundo Lélia Gonzalez, ativista negra, escritora e intelectual brasileira:

Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a

coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada (Gonzalez, 2020, p.38).

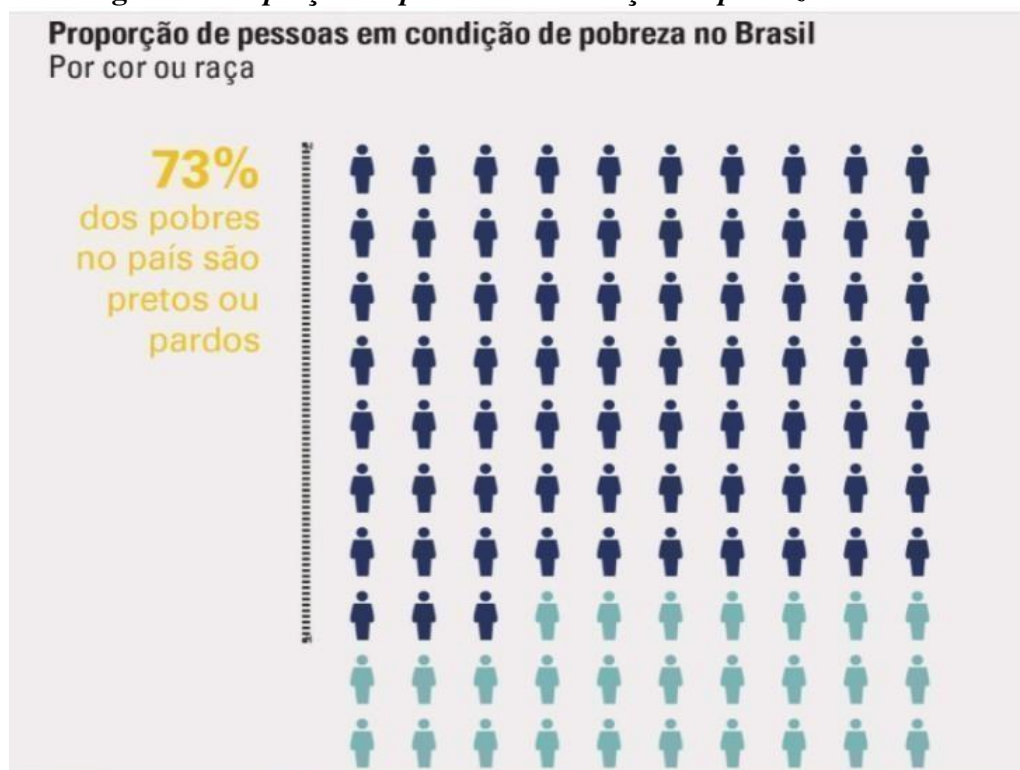
Pensar o feminicídio no Brasil é pensar também na exploração econômica que assola as mulheres negras, desde o período escravocrata até os dias de hoje. Nós, mulheres negras, durante o regime escravocrata, fomos tratadas como mercadorias, vendidas para fazer qualquer tipo de trabalho: babá, ama de leite, domésticas, cozinheiras, lavadeiras e mesmo trabalhadoras rurais, trabalhando nas lavouras como os homens negros escravizados trabalhavam. Ao longo da história, nós passamos por todo tipo de violência, desde a captura em terras africanas ao terror do trajeto nos navios negreiros. As de nós que chegaram com vida às terras do novo mundo sofreram violências contínuas com a privação da liberdade, a proibição de suas manifestações religiosas e culturais, a separação de possíveis amigos ou familiares, ao trabalho escravo, a desumanização de seus corpos, aos abusos sexuais tanto por parte dos senhores e, nodecorrer dos tempos, mesmo de homens negros.

2.2 DAS VIOLÊNCIAS PARA ALÉM DAS TIPIFICADAS NA LEI MARIA DA PENHA

A questão racial tem aparecido centralmente nas estatísticas. Segundo o Mapa do Encarceramento (2015), 60,08% da população carcerária do Brasil compõem-se de negros. O levantamento realizado pelo Programa Polos de Cidadania, da Universidade Federal de Minas Gerais (Polos, 2021), constata que 78,8% da população em situação de rua em Minas Gerais se autodeclararam parda e preta. Essas estatísticas mostram fatores que aumentam a precarização da vida e a vulnerabilidade de mulheres negras.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019) aponta que a pobreza atinge sobretudo a população preta ou parda, que representa 72,7% dos pobres, em números absolutos são 38,1 milhões de pessoas. As mulheres pretas ou pardas compõem o maior contingente, perfazendo 27,2 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza. A Figura 01, a seguir, apresenta a proporção de pessoas em condição de pobreza no Brasil, considerando as variáveis cor e raça.

Figura 1: Proporção de pessoas em condição de pobreza no Brasil.



Fonte: IBGE, 2019.

Mulheres brancas e mulheres negras ocupam lugares diferentes dentro da sociedade, sendo essa uma questão muito relevante quando se discute o feminicídio dentro de um país que viveu, por quase quatro séculos, um regime de escravidão. Além disso, existem várias formas de matar e não somente a morte física; mata-se também através das formas discursivas e da invisibilização da história das mulheres negras, das lutas das mulheres negras, da resistência das mulheres negras, do direito das mulheres negras, do desejo das mulheres negras.

Pensando nas vulnerabilidades a que estão expostas as mulheres negras no Brasil, Djamilia Ribeiro diz que “o fato de achar que o racismo não existe no Brasil não muda o fato que em 2013 negros ganharam 54,7% do salário de brancos” (Ribeiro, 2014, s/p). A discriminação de gênero, raça e classe situa a mulher negra em uma encruzilhada, como afirma Carla Akotirene¹³: “O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo” (Akotirene, 2019, p. 23).

¹³ Carla Akotirene é uma militante, pesquisadora, autora e colunista no tema feminismo negro no Brasil. Carla é professora assistente na Universidade Federal da Bahia e frequentemente citada pela sua investigação sobre interseccionalidade.

Nesse sentido, é possível ler o lugar da encruzilhada a partir da interseccionalidade, conceito do feminismo negro que enxerga para além dos olhos ocidentais, sem fazer distinção de gênero, raça, religião ou nacionalidade. O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela advogada Kimberlé Crenshaw, em 1989, ao perceber que “em determinadas situações, há uma interseção entre diferentes identidades sociais, e quando isso ocorre, a discriminação assume características singulares” (Crenshaw, 1989, s.p.). Ainda segundo Crenshaw (2002),

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raça, etnias, classe e outras (p. 177).

Importante como as autoras conversam sobre o conceito de interseccionalidade através dos tempos, pois o conceito foi cunhado em 1989, e tem uma longa data e histórico de prática e oralidade, trazendo à tona a fala de Sojourner Truth¹⁴ de 1851: “E eu não sou uma mulher?”, discurso no qual ela argumenta:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? (Geledés, 2018, s/p).

Discurso este que já dizia quem era tratada como mulher e quem não era, já denunciava o racismo, o patriarcado e a exclusão das mulheres negras nos espaços de debates feministas.

Na obra de Zora Hurston¹⁵, denominada “Seus Olhos Viam Deus”, um romance de 1937, a autora traz a história em forma de diálogo de Jane Starks, uma mulher negra à frente de seu tempo que passa por três relacionamentos em busca de sua autorrealização e autonomia. Seria só mais um romance se não trouxesse tão explícitas as questões de raça, gênero e o sexismo, tal qual na passagem:

Querida, o homem branco manda em tudo desde que eu me entendo por gente. Por isso o branco larga a carga e manda o crioulo pegar. Ele pega por que tem que pegar, mas não carrega. Dá pras mulher dele. As crioula é as mula do mundo até onde eu vejo (Hurston, 2002, p.31).

¹⁴ Abolicionista e defensora dos direitos das mulheres afro-americanas.

¹⁵ Antropóloga, roteirista, cineasta e escritora negra estadunidense.

Realidade essa que parece intrínseca até os dias atuais não somente na ficção, mas também se aplica à realidade da maioria das mulheres negras no Brasil.

A luta dos movimentos de mulheres negras ao redor do mundo, em específico no Brasil, enfrenta o racismo que, segundo Sílvio de Almeida¹⁶ (2019), é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos a depender do grupo racial que pertencem. Essas ações de enfrentamento têm se intensificado com o surgimento de coletivos, ONGS, a luta pela participação no primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983, a inserção na política, a conquista das ações afirmativas.

A chegada das mulheres negras em espaços antes impensados, como na medicina, na engenharia, a filosofia e o movimento de mulheres negras junto à ascensão do feminismo negro, vêm fazendo um movimento de insurgência, como aponta Juliana Gonçalves¹⁷: “É insurgente toda aquela que se revolta contra um poder estabelecido. E quando se trata de mulheres pretas, toda insurgência é um ato revolucionário” (Gonçalves, 2019, p.11). Seguindo essa linha de pensamento, trago a reflexão de Gonzalez (2020):

O fato é que enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço da investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar (p.76).

No Brasil, mulheres negras estão 50% mais suscetíveis ao desemprego do que outros grupos. A taxa de desemprego entre mulheres negras é 80% superior àquela encontrada no Brasil antes do início da recessão 2015-2016” (IPEA, 2018), o que torna, também, uma questão de classe. Para analisar a dimensão deste cenário, torna-se importante fazer uma revisão sobre as estatísticas de feminicídio nos últimos anos no Brasil. Nesse sentido, são oportunas as considerações da ONG Criola¹⁸ e do Instituto Geledés¹⁹.

¹⁶ Filósofo, professor, advogado e escritor negro brasileiro.

¹⁷ Mulher negra, assistente social e escritora brasileira.

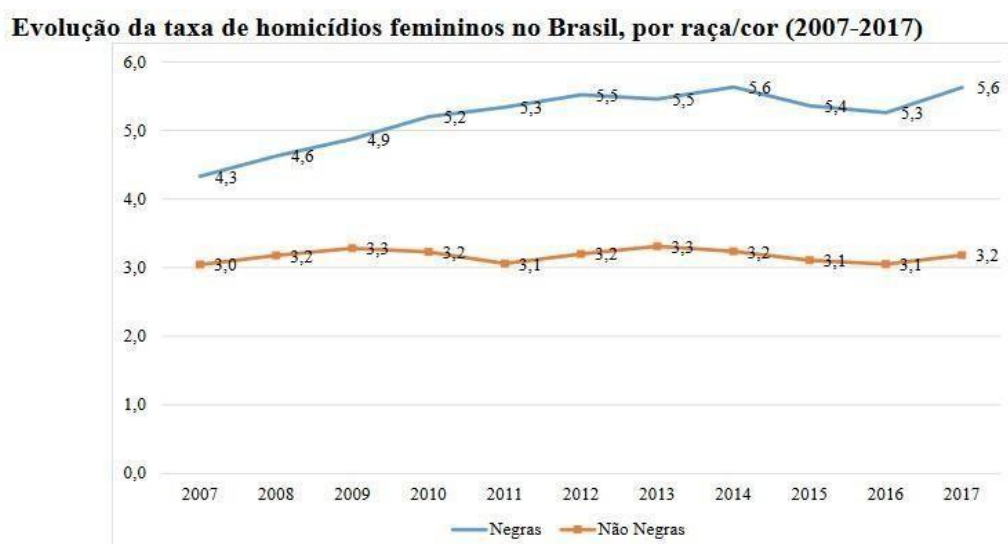
¹⁸ É uma organização da sociedade civil com 29 anos de trajetória na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras e na construção de uma sociedade onde os valores de justiça, equidade e solidariedade são fundamentais.

¹⁹ O Instituto da Mulher Negra, fundado em 30 de abril de 1988, é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa dos direitos das mulheres negras e da população negra brasileira entendendo que esse grupo passa por desvantagens e discriminações.

Apesar de o Brasil ser signatário de Pactos Internacionais contra a violência contra as mulheres e de possuir legislação específica avançada, como a Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), além de políticas, programas e redes de serviços voltados para o enfrentamento do grave problema, não existem, nas legislações de proteção às mulheres em situação de violência, mecanismos voltados para o enfrentamento ao racismo, seus impactos na produção da violência contra as mulheres negras e ao racismo institucional incorporado a estas ações.

Segundo o Atlas da Violência (2019), houve um crescimento do homicídio de mulheres no Brasil, chegando, em 2017, ao registro de 13 assassinatos por dia, a maior alta desde 2007. Assim, verificamos um aumento de 30% nos últimos dez anos (2007-2017). Além disso, dentro desse crescimento, as estatísticas deixam nítida a diferença racial, contrapondo o número de mortes de mulheres não negras e negras. O feminicídio cresceu 4,5% entre as mulheres não negras e entre as mulheres negras cresceu 29,9% entre 2007 e 2017. Esse número aumenta mais se visto de forma absoluta, posto que então o crescimento entre as mulheres não negras é de 1,7% e o de mulheres negras 60,5%. Apenas no último ano, a taxa de morte de mulheres negras subiu de 3,6 para 5,6 por 100 mil habitantes. Das vítimas de feminicídio em 2017, 66% eram mulheres negras. Essa evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil é exposta na Figura 02.

Figura 02: Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil, por raça/cor (2007-2017).



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Aqui nós agregamos a classificação de raça/cor do IBGE, onde chamamos de “negras” as somas de pretas e pardas e “não negras” a soma de brancas, amarelas e indígenas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Fonte: IBGE, 2019.

Esses dados evidenciam minha hipótese acerca da dificuldade de o Estado em perpetuar e garantir a eficiência das políticas públicas referentes ao feminicídio e outras formas de violência contra as mulheres negras no país. Os dados deixam nítido que há dificuldades encontradas na efetivação da rede de proteção às mulheres e que esta se torna insuficiente, em específico para as mulheres negras, ou seja, a proteção se distribui de maneira desigual.

O racismo, especificamente, torna-se um dos maiores dificultadores na efetivação das políticas públicas de proteção às mulheres negras, pois nos espaços de segurança pública ainda reina a dominação da supremacia branca, classista e machista. Seria também racista? É preciso que algum mecanismo seja criado para aprofundar na vivência da mulher negra que se encontra em situação de violência para então tentar mudar o modo como somos recebidas nas instituições, para que a Lei nº 11.340 possa também nos alcançar.

Há limites da Lei Maria da Penha que não concebem os cenários onde a vítima de violência doméstica é negra, bem como não considera a ausência de confiabilidade da população negra, inclusive das mulheres, nos equipamentos de segurança pública, conforme discorre Akotirene (2019):

Outra consideração a se fazer é sobre o fato de mulheres negras quererem mediar o fim da violência sem, necessariamente, demandarem a prisão dos seus companheiros, levando em conta a marca colonial contra a privação de liberdade. Dizer isso não significa defender o pagamento de cesta básica a punição alternativa por danos físicos, patrimoniais, psicológicos e morais contra a mulher, mas reafirmar a necessidade de identificar o elitismo e os racismos da Lei Maria da Penha (p. 69).

Em um dado momento, apresentando esse projeto no Congresso Nacional de Estudantes Negros da UNE (CONUNE), em 2018, ocasião em que a escrita ainda se encontrava muito focada nas questões das leis de proteção às mulheres, fui provocada pela visão de uma das participantes em como pensar o feminicídio, em específico de mulheres negras, também pela via da saúde. A taxa de mortalidade pós-parto nos últimos 10 anos vem apontando que morre o dobro de mulheres negras por descuido e negligência médica todos os anos. É possível pesquisar e encontrar muitas estatísticas sobre a manutenção das violências contra as mulheres negras no Brasil, mas essa pesquisa não pretende se fechar em estatísticas.

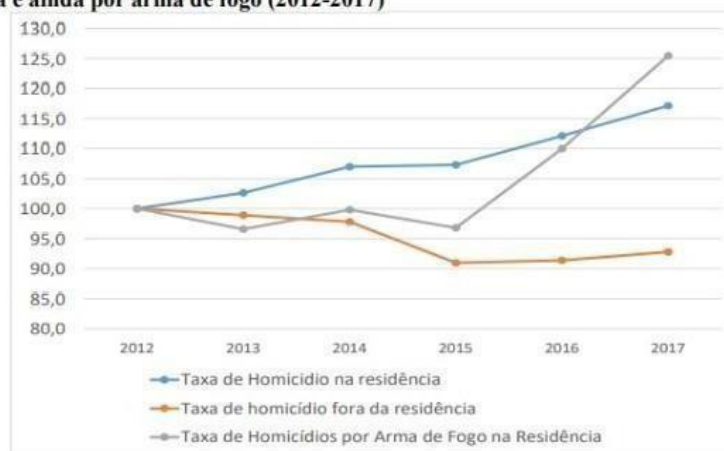
Existe ainda uma discussão no Atlas da Violência 2019 que diz da subnotificação: há um aumento da violência letal contra a mulher de um modo geral ou um aumento do feminicídio no Brasil? (IPEA, 2019, p.39). A reflexão aqui se dá em torno do Atlas da violência entender como feminicídios os crimes e a violência contra a mulher que acontecem dentro de casa, atrelando o feminicídio à violência doméstica, colocando as mortes de mulheres que

acontecem fora de casa como homicídios. Essa visão se torna bem reducionista e me leva a questionamentos quanto à subnotificação, repensando os dados do referido Atlas. A Figura 03, a seguir, nos mostra como esses dados mudam de acordo com o local dessas mortes. É nítido o aumento das mortes fora de casa, assim como o gráfico anterior que revela o aumento das mortes das mulheres negras. Em suma, teríamos então uma estatística diferente de feminicídios de mulheres negras se fossem qualificadas como feminicídios as mortes fora de casa? O aumento seria ainda maior do que o que vemos hoje?

Figura 03: Taxa de homicídio de mulheres dentro e fora da residência.

GRÁFICO 4.5

Índices de base 100 da evolução das taxas de homicídio de mulheres dentro e fora da residência e ainda por arma de fogo (2012-2017)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Fonte: IBGE, 2019.

Importante trazer a reflexão de que existe uma gama de mortes de mulheres que foge às amarras da palavra feminicídio e que a mídia se torna uma grande responsável por isso, haja vista que as reportagens, por vezes, culpam a mulher em situação de violência, enfatiza “a roupa que usava” ou “a hora em que estava na rua”, e direciona de forma machista e patriarcal por quem a população deve ou não se comover. Há ainda as mulheres que morrem por consequências das guerras e também da guerra do tráfico que não entram nessa conta. Segato (2013) traz a definição de femigenocídio para abarcar todas as mortes de mulheres.

Una segunda precisión indispensable será reservar el término femigenocidio, que aquí introduzco por primera vez, para los crímenes que, por su cualidad de sistemáticos e impersonales, tienen por objetivo específico la destrucción de las mujeres (y los hombres feminizados) solamente por ser mujeres y sin posibilidad de personalizar o individualizar ni el móvil de la autoría ni la relación entre perpetrador y víctima (p. 25).

A Lei nº 13.104/15 tipifica como feminicídio o assassinato cuja vítima é morta em razão do gênero, ou seja, a vítima é morta por ser mulher. No artigo segundo dessa lei, explicita-se que essas razões estão presentes quando o crime envolve: “I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (Lei nº 13.104, 2015). Dessa forma, o feminicídio passa a ser considerado crime hediondo. Trata-se de uma lei relativamente nova e pode ainda estar em adequação ao judiciário, posto que a Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, não discorria sobre esses termos.

No entanto, a Lei Maria da Penha, em seu 2º Art., assegura que “Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana” (Lei nº 11.340, 2006). Trata-se de garantias que, transcorridos seus 14 anos de existência, ainda encontram muita dificuldade em se fazer cumprir. No entanto, é preciso questionar e debater sobre como se dá a discussão ou enfrentamento acerca da proteção das mulheres em maiores situação de vulnerabilidade como, por exemplo, as mulheres negras e as mulheres trans, que além de atravessadas pelo gênero são atravessadas também pelo enfrentamento do racismo e da transfobia.

No capítulo primeiro da Lei 11.340, no que tange às medidas integradas de prevenção, consta em seu artigo V a “promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e sociedade em geral” (Lei nº 11.340, 2006). Da mesma forma, encontramos no artigo VIII “a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia” (Lei nº 11.340, 2006). Discussões que deveriam estar inseridas nos currículos escolares incluindo os debates de gênero.

A prerrogativa punitivista da lei precisa ser debatida, pensando na perspectiva racial e no encarceramento em massa no Brasil. A instauração da Lei nº 11.340 foi uma luta do movimento feminista desde a década de 1970, sendo a violência doméstica um crime que atinge a todas as mulheres.

O caso de Maria da Penha, mulher branca, mãe de classe média e biofarmacêutica, torna-se relevante por algumas questões mais específicas: na primeira tentativa de matá-la, seu marido lhe dá um tiro nas costas, o que a deixa paraplégica, alegando que a casa tinha sido assaltada. Ela é entregue à custódia do esposo, que tenta matá-la novamente, dessa vez com choque elétrico no chuveiro. O fato da primeira tentativa de feminicídio não ter sido corretamente investigada, assim como a falta de medidas protetivas que fizeram com que mesmo debilitada

ela fosse entregue novamente nas mãos do agressor, gerou a segunda tentativa, denunciando assim a ineficácia do Estado brasileiro em relação a proteção às mulheres vítimas de violência.

Maria da Penha se torna então um símbolo de luta junto ao movimento feminista e, com a ajuda de várias ONGs, envia seu caso para Comissão Internacional de Direitos Humanos, Organização dos Estados Americanos (OEA), que pressionam o Brasil, sendo a lei sancionada em 2006. A Lei nº 11.340/2006 mudou a proteção à mulher no Brasil, trouxe muitos avanços e é exemplo para outros países. Mas nem por isso podemos deixar de apontar suas falhas e a necessidade de revisão constante, tendo o aspecto punitivista ganhado maior prestígio de todo o arcabouço da lei. Quando temos um encarceramento em massa da população negra em curso no Brasil e as vítimas de feminicídio não sendo homogêneas, tendo uma mulher negra seis vezes mais possibilidades de ser morta do que uma mulher branca no país, torna-se necessária a discussão e a ligação entre feminismo negro e o encarceramento em massa. A lei estaria servindo mais para encarcerar do que para proteger as mulheres? Segundo Flauzina (2016),²⁰

Ao contrário do que circula como marketing da inovação jurídica, a lei não passa a impor um apenamento duro onde existia apenamento leve. Ao que tudo indica, o tempo de reclusão imposto aos homens não têm servido como forma de coibir os hematomas, os espancamentos, as lacerações, as queimaduras, a morte. A receita propagada de mais cárcere cheira à comida requentada: não há ingrediente novo para se alterar substancialmente a “solução” em vigor (p. 3).

Flauzina ainda traz à luz o debate do sancionamento da Lei nº 11.104/2015, que versa sobre a mudança do feminicídio para crime hediondo e enfatiza como a própria tipifica quais as mulheres serão protegidas: “A legislação é emblemática em afirmar quem está protegendo: mulheres por razões da condição do sexo feminino, em situações envolvendo violência doméstica familiar e naquelas em que se apresente menosprezo, ou discriminação à condição de mulher” (Flauzina, 2016, p.2). A questão se torna mais emblemática quando pensamos em quem é considerada e quem não é considerada mulher de direito no Brasil.

A presença da luta das mulheres negras, desde os tempos primórdios da escravidão, na resistência dos quilombos, na sobrevivência pós-regime de escravidão, dentro do movimento feminista, do movimento negro, percurso que aprofundou no decorrer da pesquisa, traz-nos a reflexão de que não andamos sós.

²⁰ Mulher negra graduada em direito, mestra em direito pela UNB e doutora em direito pela American University Washington College of Law, escritora e professora adjunta na UFBA.

Seguimos na resistência por nosso povo e pagando ainda um preço por um sistema que insiste em nos negar.

Presentes de forma predominante nos círculos familiares e afetivos dos encarcerados, é fácil constatar que cabe primordialmente às mulheres negras responder a esses desafios. Reproduzindo o retrato histórico de sustentáculo de demandas da branquitude e das precariedades das masculinidades negras é, portanto, no lombo das pretas que o encarceramento vai mantendo sua estrutura vilipendiosa e exterminadora no Brasil (Flauzina, 2016, p.7).

Flauzina (2016) nos provoca ao dizer que “é no Lombo da Pretas” que se sustenta o sistema carcerário. Se as leis de proteção às mulheres que temos no país vangloriam o encarceramento, me pergunto: Será que as leis que temos de proteção às mulheres foram formuladas ou pensadas sob a perspectiva da intersecção de gênero, raça e classe? Sendo as mulheres quem muitas vezes sustentam seus companheiros, ex-companheiros, filhos e irmãos enquanto cumprem pena, Flauzina ainda problematiza vários outros lugares que cabem à mulher nesse jogo: intervir nos processos, ser arrimo de família, a exploração sexual das visitas íntimas, o abuso de seus corpos nas revistas, etc. Se dentro do sistema prisional temos a grande maioria de homens negros, cabe às mulheres negras tentar oferecer o mínimo de humanidade a eles nesse processo desumanizador que é a prisão. Para além dessas violências já sinalizadas pela autora, quais outras formas de violências estão atingindo as mulheres negras nesse processo do encarceramento masculino? Seriam essas violências mais formas de impossibilitar a existência das mulheres negras?

A pesquisa de Débora Diniz²¹, intitulada Radiografia dos Homicídios por Violência Doméstica (2014), que investiga os homicídios por violência doméstica no Distrito Federal (DF) entre 2006 e 2011, aponta que 77% das vítimas são pardas e 3% pretas, somando 80% das vítimas de homicídio as mulheres negras, o que deixa nítido quais são as mulheres que mais morrem e que essas mortes não são homogêneas. Em relação aos agressores, a pesquisa traz que 29% são ex-companheiros e 48% são maridos ou companheiros, 15% namorados ou ex-namorados, o que soma 92% de homens que têm ligação afetiva direta com a vítima, vivendo sob o regime do patriarcado e ainda vendo as mulheres como uma posse. O Atlas da Violência (2020) traz dados bem parecidos com os de 2019 em seus marcadores de raça e gênero, pois o conceito de feminicídio no Brasil continua sendo tratado de uma forma reducionista. Em 2018, a cada duas horas uma mulher foi assassinada no Brasil.

²¹ Professora universitária, antropóloga, pesquisadora, ensaísta e documentarista brasileira branca.

O Atlas da Violência (2020) traz dados bem parecidos com os de 2019 em seus marcadores de raça e gênero, pois o conceito de feminicídio no Brasil continua sendo tratado de uma forma reducionista. Em 2018, a cada duas horas, uma mulher foi assassinada no Brasil. Os dados nos dizem que, apesar de o feminicídio ter uma diminuição entre 2017 e 2018, a situação melhorou um pouco apenas para mulheres não negras. A morte de mulheres não negras diminuiu 12,3% e das mulheres negras 7,2%.

Ainda segundo o Atlas da Violência 2020, 68% das mulheres assassinadas no Brasil em 2018 são negras, os dados representam que a taxa de mortalidade por homicídios no ano de 2018 foi de 2,8 por 100 mil, entre as não negras. A taxa chegou a 5,2 por 100 mil, para as mulheres negras, o que é praticamente o dobro. No entanto, é preciso refletir e fazer a crítica sobre o que esses dados nos dizem, para assim tentarmos compreender quem são essas mulheres, como estão sendo vistas pelo Estado ou como o país pensa as políticas públicas de proteção às mulheres.

2.3 OUTRAS FORMAS DE PRECARIZAÇÃO DA VIDA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Assisto, ano a ano, ao aumento no número de feminicídio de mulheres negras, o que me faz refletir sobre como é necessário discutir para além do gênero, posto que esses números indicam que o racismo também é um problema a ser enfrentado junto ao sexismo e ao classicismo. Pensar o feminicídio para além de uma questão de gênero (Flauzina, 2016; Trujillo, 2020; Valdez, 2020), é também uma proposta de repensar o feminismo branco e hegemônico e a premissa de que o feminicídio se dá unicamente pela opressão do homem sobre a mulher.

O pensamento feminista branco acaba ficando muito fechado dentro da academia, em pesquisas e congressos os quais a maioria das mulheres não brancas não conseguem acessar. Essa reflexão precisa ser feita pensando que mulheres brancas também se tornam opressoras a partir de seus lugares de privilégio e de legitimidade de fala, quando têm uma posição superior às mulheres negras em relação à cor e a serem consideradas humanas e ao discutirem o feminicídio não levam em consideração as questões de raça e classe. A supressão da luta das mulheres negras dentro do movimento feminista vem de longa data e é uma preocupação até os dias de hoje. Segundo Hill Collins, essa não foi uma prática de todas as mulheres brancas e algumas até tentam construir um feminismo multirracial, tais como Margaret Andersen, Peggy McIntosh (Collins, 2019).

Cumprе salientar que os textos de feministas negras até chegam às academias, já as

feministas negras em pessoa não.

São muitas as tensões dentro dos feminismos. Estive no 6º Encontro das Mulheres Estudantes (EME) da UNE em Curitiba, em 2015, onde se reuniram oitocentas mulheres. Depois, na sétima edição, em 2016, em Niterói, no Rio de Janeiro, já éramos três mil mulheres. Neste último, as diferenças entre os feminismos ficaram visíveis durante o evento, com as feministas radicais que foram para outro acampamento, pois não aceitaram dividir o espaço com as mulheres trans. Em outro momento, numa roda de conversa exclusiva de mulheres negras, algumas mulheres brancas não souberam se poderiam participar como ouvintes ou não, durante muito tempo mulheres negras não puderam participar em roda de conversa nenhuma.

Dessa forma, o feminismo hegemônico, ou seja, majoritariamente branco, acaba praticando dentro do próprio grupo de mulheres a opressão, deixando nítido que existe um grupo dominante e a negação de que existem mulheres que, por sua raça e classe, não acessam lugares a elas também de direito é negar o acesso aos privilégios. Uma importante reflexão é apresentada por bell hooks (2019)²² analisando historicamente as aproximações e distanciamento entre mulheres negras e mulheres brancas na definição de pautas feministas:

Elas insistem na diferença como o fator que dá oportunidade para a separação e a dominação, e sugerem que a diferenciação do status entre homens e mulheres é uma indicação de que a dominação patriarcal do planeta é a raiz do problema. Tal hipótese tem fomentado a noção de que a eliminação da opressão machista conduziria necessariamente à erradicação de todas as formas de dominação. É um argumento que tem levado influentes mulheres brancas ocidentais a acreditar que o movimento feminista deveria ser a agenda política central das mulheres em todo o mundo. Ideologicamente, pensar nessa direção permite às mulheres ocidentais, especialmente as mulheres brancas privilegiadas, sugerir que a exploração racista e de classe é apenas fruto do sistema maior: o patriarcado (Hooks, 2019, pp. 57,58).

Essa premissa centrada na questão de gênero não permite visibilizar as outras formas de violência e opressão que sofrem as mulheres não brancas pelas influências de raça e classe. Assim, torna-se extremamente importante pensar as vulnerabilidades às quais se expõem as mulheres negras no Brasil, país colonizado e que segue um regime capitalista que historicamente vem privilegiando a população branca, um país eurocêntrico mesmo com 56% da população negra.

²² Escritora, professora universitária, teórica feminista negra, artista e ativista estadunidense. (In Memoriam).

O discurso de trabalhar a sororidade se faz muito bonito nas falas, mas na prática ainda é muito difícil vê-lo acontecer sem que uma mulher negra precise atentar a algumas questões.

Em dado momento, trabalhávamos com um partido de esquerda, no qual pensávamos propostas de políticas públicas para mulheres, sendo que dentre as 10 mulheres presentes éramos duas negras e se não estivéssemos presentes todas as propostas teriam sido formuladas sem que fossem pensadas as especificidades das mulheres negras.

É possível localizar temporalmente, dentro da história do feminismo, como as mulheres brancas não pensaram enquanto um grupo que se colocasse disposto à busca dos direitos para todas as mulheres, mas sim para os seus próprios direitos, olhando para a época do sufrágio nos Estados Unidos. Mulheres brancas se sentiram indignadas e traídas pelos homens brancos, quando, segundo bell hooks, “parecia que os homens brancos poderiam garantir aos homens negros o direito ao voto, enquanto deixariam mulheres brancas sem esse direito” (hooks, 2019, p. 204). O que acarreta que elas se voltem contra todas as pessoas negras, não enxergando as mulheres negras como mulheres.

As reflexões de bell hooks (2019), contextualizadas no cenário estadunidense, convidam-me a pensar também as tensões que geram aproximações e afastamentos entre mulheres negras e mulheres brancas, no cenário brasileiro. Levando em conta o debate das relações raciais, há diferenças importantes entre esses dois cenários.

A política brasileira, com o mito da democracia racial, afirmando que o racismo não existe, reverbera, até os dias de hoje, e seu reflexo se dá também no movimento feminista. O lugar reservado a mulheres brancas e negras nunca foi o mesmo. É necessário que as feministas brancas repensem sobre seus lugares de privilégio, sobre uma visão e prática antirracista, em como a falta desse pensamento e prática incidem, por exemplo, na Lei Maria Penha e na Lei de Femicídio. O que o encarceramento dos homens negros acarreta às mulheres negras? Quais as relações que mantêm as conexões entre os homens negros encarcerados e as mulheres negras do lado de fora? Sejam elas esposas, ex-esposas, irmãs, mães?

As visões punitivistas das leis não levam em conta o ônus que recai, na maioria das vezes, sobre as mulheres negras. Essa perspectiva é defendida por Ana Flauzina (2016), que problematiza que o Estado conta com a atuação das mulheres não como apoio incidental, mas como condição *sine qua non* para a viabilização do encarceramento masculino. Quem é a maioria dos homens encarcerados? Os dados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (INFOPEN) nos dizem que:

Em números absolutos: em 2005 havia 92.052 negros presos e 62.569 brancos, ou seja,

considerando-se a parcela da população carcerária para a qual havia informação sobre cor disponível, 58,4% era negra. Já em 2012, havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra. Constatase, assim, que quanto mais cresce a população prisional no país, mais cresce o número de negros encarcerados (INFOPEN, 2015, s.p).

Da mesma forma, a psicologia brasileira precisa pensar a construção de uma abordagem psicológica antirracista. Nas referências técnicas para atuação de psicólogos/os em programas de atenção à mulher em situação de violência (CFP, 2013) a palavra “negra” aparece uma única vez em cento e vinte páginas que discorrem sobre o atendimento psicológico, redes, gestão de trabalho, gênero, trabalho em grupo de mulheres, entre outros.

Olhar a partir da perspectiva da interseccionalidade é enxergar que sendo mulher, independente da raça, participa da realidade de ter o salário inferior ao do homem branco. Este é um recorte de gênero. Cruzando o recorte de raça, as estatísticas nos mostram que essa realidade se torna muito mais cruel para com as mulheres negras. Que fique nítido aqui que não estou dizendo que uma opressão sobrepõe à outra, mas sim que estão interligadas, então em alguns momentos as opressões entre mulheres brancas e negras serão iguais. Sendo mulher branca ou negra o salário será inferior ao do homem branco, mas em alguns momentos a raça será pontual para tais desigualdades. Segundo o IBGE (2018), “apesar de a população preta ou parda ser maioria no Brasil (55,8%), esse grupo, em 2018, representou apenas 27,7% das pessoas quando se consideram os 10% com os maiores rendimentos” (p. 4). Quando olhamos esses dados mais de perto com o recorte de gênero e raça podemos perceber que a desigualdade se torna maior em relação às mulheres negras.

Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (44,4%). O segundo grupo de maior vantagem é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). Os homens pretos ou pardos, por sua vez, possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres dessa mesma cor ou raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações) (IBGE, p.3,2018).

3 MULHER NEGRA: DA SOLIDÃO, DAS VIOLÊNCIAS AO FEMINICÍDIO?

As teorias eugenistas desenvolvidas no Brasil do século XIX por Rodrigues (1894) e no século XX por Ramos (1934; 1937), assim como o mito da democracia racial de Gilberto Freyre (1933) têm grande responsabilidade no imaginário social acerca da população negra hoje no Brasil. Isso me faz questionar: essas teorias teriam também uma influência sobre as escolhas de parceiros ou parceiras afetivo-sexuais? Tendo essas teorias bases racistas, colocando a população negra como inferior, fora da norma, perigosa e feia, colocando a branquitude sempre como superior, na norma, benquista e bonita, instaura-se o processo de embranquecimento, baseando que o bonito é ser branco, sendo uma raça pura. Quanto mais preta a pele maior a solidão da mulher negra? De acordo com Ana Cláudia Pacheco²³,

A cor e a etnia seriam fatores preponderantes porque estariam associadas a uma noção de estética/beleza ideal branca ou mais próxima do tipo branco; entre uma negra e uma “mulata”, selecionar-se-ia esta última, devido a seus traços fisionômicos e a cor da pele. O processo de seleção eugênica levaria a um clareamento evolutivo da cor dos mestiços brasileiros (Pacheco, 2019, p.55).

Vivendo em um contexto onde ainda somos exploradas, invisíveis, desvalorizadas socialmente e violentadas, o fato é que ainda se escolhe com quem dividir ou construir uma vida pela cor da pele. A solidão da mulher negra em vários âmbitos, seja ele afetivo, profissional, acadêmico, me faz refletir sobre o que é hoje o mercado matrimonial para nós, quando temos um passado no qual éramos vendidas, compradas, comercializadas. Hooks (1995) nos traz o contexto estadunidense como tem sido enxergadas as mulheres negras:

Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as “mulheres desregradas” deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (p. 6).

O imaginário social que se tem da negritude é de que mulheres negras têm lugares reservados dentro da sociedade e, dentre esses lugares, o matrimônio não está incluso.

²³ Mulher negra, pesquisadora e professora universitária brasileira.

Não é uma verdade absoluta que precisemos nos casar para sermos felizes, mas aquelas de nós que querem encontram grande dificuldade. O fato é que ao analisarmos o mercado matrimonial encontraremos que a predominância na sociedade brasileira é de casamentos interraciais, ou seja, entre pessoas de raças diferentes. Os dados extraídos da pesquisa de Edward Teles, intitulada “Racismo à Brasileira: Uma Nova Perspectiva Sociológica”, de 2003, revelam que mulheres brancas passam em média 65% de suas vidas casadas, contra 50% das negras; 51% dos homens negros se casam com pessoas de outras raças, contra somente 40% das mulheres negras (Geledés, 2013, s.p.).

O casamento entre pessoas de mesma cor ou raça é maior entre os brancos (74,5%), pardos (68,5%) e índios (65%), neste caso, relacionado à preservação dos povos. Entre homens e mulheres, chama a atenção a maior possibilidade de mulheres pretas ficarem solteiras. Entre as mulheres com mais de 50 anos, elas são maioria na categoria “celibato definitivo”, que nunca viveram com cônjuge (EBC, 2012, s.p.).

Os quase quatro séculos do regime de escravidão no Brasil têm de ser levados em consideração quando se pensa nessas estatísticas e na realidade da mulher negra hoje no país. Práticas culturais, estruturais e históricas, como a miscigenação ou o racismo, não podem ser analisadas sem levar em consideração a forte influência dos fatores raciais e de gênero na regulação das escolhas afetivas. Segundo o IBGE (2019), temos uma população de 48,2% de homens e 51,8% de mulheres. Nesse sentido, a possibilidade de mulheres ficarem solteiras aumenta, posto que somos maioria, mas as estatísticas nos mostram que a maioria dessas mulheres são negras, considerando a heterossexualidade como norma. Isso se reflete por que a classe também é um fator para se escolher um par, estando a mulher negra na base da pirâmide social. Assim, observamos que a interseccionalidade de raça, gênero e classe interfere diretamente em nossa vida afetiva. Como aponta Lélia Gonzalez, “de um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata” (Gonzalez, 2019, p.54), lugares esses que colocam nós mulheres negras fora do mercado matrimonial, sendo a doméstica para trabalhar e a mulata usada como mercadoria.

Pensando na hipersexualização dos nossos corpos, hooks (2019) diz sobre como a imagem do corpo da mulher negra foi construída nos EUA no sistema de escravidão, e é bem verdade que essa construção também se deu aqui no Brasil, se perpetuando até os dias de hoje:

O sucesso do condicionamento sexista-racista de pessoas estadunidenses para considerarem mulheres negras criaturas de pouca dignidade ou valor é evidente quando feministas brancas politicamente conscientes amenizam a opressão sexista de mulheres

negras, como faz Brownmiller. Ela não informa os leitores que homens brancos continuaram a violentar sexualmente mulheres negras por muito tempo depois do término do período da escravidão e que esses estupros eram socialmente aceitos. Ela não destaca o fato de que um motivo importante para o estupro de mulheres negras jamais ter recebido a pouca atenção que o estupro de mulheres brancas recebe é o fato de o público branco sempre ter visto mulheres negras como permissivas em relação ao sexo, como disponíveis e ansiosas por receber violações sexuais de quaisquer homens, negros ou brancos. A designação de todas as mulheres negras como depravadas, imorais e sexualmente desinibidas surgiu no sistema de escravidão (hooks, 2019, p. 61).

Quanto de força é exigido de nós mulheres negras? Força na hora do parto e por isso menos anestésias do que nas mulheres brancas. Segundo Maria do Carmo²⁴ (2020), “durante a episiotomia, que por sinal não é mais uma prática que se recomende que seja feita, a chance de a mulher negra não receber anestesia é 50% maior.” Força quando se é abandonada pelos parceiros e tem de criar os filhos sozinha. Segundo IBGE (2018), 56,9% das famílias chefiadas por mulheres com filhos vivem abaixo da linha da pobreza. Para as negras, a proporção sobe para 64,4%. Força para trabalhar em ambientes onde os patrões são sempre brancos, apesar de sermos a maioria da população, cidadãos brasileiros classificados pelo IBGE como pretos e pardos ocupam só 10% dos cargos de chefia. Força para ser sempre a única aluna negra em alguns cursos nas universidades. Segundo o IBGE, existe uma grande diferença no acesso a níveis de ensino pela população negra: das pessoas na faixa etária entre 15 e 24 anos que frequentavam o nível superior, 31,1% dos estudantes eram brancos, enquanto apenas 12,8% eram pretos e 13,4% pardos. Esses dados se repetem em alguns movimentos sociais, em algumas autarquias.

O que é aprender a performar a feminilidade desde a infância para mulheres lésbicas? Como se torna violento o sistema heteronormativo imposto a nós? Quando vemos na mídia, nas novelas, nos filmes, nas propagandas que a norma são relacionamentos heteronormativos e que os espaços não são feitos para nós. A que violências são impostas às mulheres lésbicas negras? Quando somos vistas fora de todo o estereótipo do que é inscrito e legitimado do ser mulher, meiga, recatada, que precisa de proteção, enfim branca. Paula Gonzaga²⁵ nos aponta que:

²⁴Pesquisadora da FIOCRUZ.

²⁵Professora Negra do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Podemos supor que esses mecanismos para mulheres negras possuem efeitos de normatização de gênero e de raça, isso é, adequar-se ao modelo de feminilidade que cabe no projeto heterossexual também é adotar um padrão imagético, comportamental e afetivo que se aproxime do modelo ideal de mulher, isso é, um modelo branco, frágil, passivo e submisso ao patriarca (Gonzaga, 2019, p.203).

Sempre importante lembrar o caso de Luana Barbosa, mulher, mãe, negra, lésbica e periférica que performava masculinidade, morta pela polícia na frente do seu filho de 14 anos, espancada na esquina de casa na Zona Norte de Ribeirão Preto em SP. No dia de seu espancamento que levou a sua morte, Luana havia sido abordada pela polícia quatro vezes. Luana representava tudo que estava fora da norma, do que foi construído, do que deveria ser uma mulher conforme as normas impostas pelo patriarcado, longe de viver o ideal da família branca burguesa, historicamente legitimada como norma, desafiando, como diria Paula Gonzaga (2019), os padrões familiares e as hierarquias raciais, sexuais, sociais e econômicas que foram impostos em sua vida. Como a discriminação racial somada à discriminação de gênero e de orientação sexual podem produzir novas formas de violência?

A discriminação racial assola as mulheres negras no Brasil, assola a população negra como um todo, uma população que não ficou somente sem emprego, mas sem acesso à educação, à saúde, à segurança pública, à moradia, proibida de manifestar sua cultura e sua religiosidade, estereotipada e que vive submetida a esses paradigmas em pleno século XXI. A nós, mulheres negras, são reservados certos lugares e é interessante pensar como o trabalho doméstico se faz presente na representação do que seja essa mulher negra até hoje, pois mesmo fazendo ou já tendo concluído o mestrado, sendo advogadas, engenheiras, psicólogas, fotógrafas, ou seja, a profissão que escolhermos, continuamos sendo subsumidas com empregadas domésticas. Deixo nítido aqui que não estou desvalorizando os trabalhos domésticos, minha mãe lavou muita roupa para que eu estivesse onde estou hoje, o que estou dizendo é de lugares historicamente reservados a nós.

Lélia Gonzalez (2019) nos traz que há dois lugares sociais reservados à nós, “domésticas” ou “mulatas”. Como pensar esses lugares na atual conjuntura e nesse processo de exclusão social nos dias de hoje? Segundo a autora (2019),

O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais (p. 39).

É preciso força para engolir traições e permanecer em relacionamentos abusivos, muitos que acabam em violências e, por vezes, em feminicídio.

Não estaria essa força matando mulheres negras? Não bastou ter sido forte para sobrevivermos até aqui? Ter tido todos os direitos negados enquanto mulheres escravizadas? Tendo usada nossa força de trabalho em canaviais, nas casas dos senhores, na exploração do ouro, o corpo vendido como mercadoria e usados para produção não de filhos, mas de mais corpos para serem comercializados, nossas vontades subjugadas, nossos corpos violados, castigados, marcados como de animais, corpos escravizados, marcados pela prostituição, pela marginalidade e pelo desemprego. Existem outros caminhos possíveis na contemporaneidade para nós, mulheres negras? Como estão se configurando esses novos caminhos de sobrevivência?

A construção de nossa força, segundo hooks (2019), está ligada ao processo de escravização de mulheres negras que, a princípio, não eram tão valorizadas no mercado escravocrata, até que os colonizadores, com a escassez de homens escravizados, passaram a incentivar que mulheres brancas tivessem relações com homens negros como meio de reproduzir mais escravos, o que causou incômodos, polêmicas e surgimento de novas leis, que diminuía a mulher branca à condição de escravas. Então tiveram a “brilhante” ideia de traficarem mulheres negras, pois, essas sim, poderiam reproduzir mais homens negros e mais mão de obra escrava para trabalhar nas casas dos senhores, fazendo os trabalhos que as senhoras brancas não estavam muito dispostas.

A partir de então, as mulheres negras que em África faziam trabalhos como plantar arroz, carregar água, cortar madeira, o que era comum nas divisões de trabalhos nas tribos, tornaram-se o alvo perfeito e mais caro para o comércio de pessoas escravizadas. A nossa força de trabalho foi confundida com a mesma força de trabalho de um homem e muitas trabalhavam em pé de igualdade com eles nos canaviais e na colheita do algodão. Muitas de nós fizeram os trajetos em navios negreiros grávidas e tiveram seus filhos sem nenhum cuidado, o que me faz lembrar como as mulheres negras são hoje tratadas pelo sistema de saúde brasileiro, como já citado acima. Ainda segundo bell hooks (2019), “é óbvio que as duas forças, sexismo e racismo, intensificaram e aumentaram os sofrimentos das mulheres negras e a opressão contra elas” (p.32).

Há uma deslegitimação estrutural das mulheres negras como dignas de afeto, cuidado, amor, respeito, que pode reverberar em aceitação a essas relações violentas. A introjeção do discurso opressor seja pelas instituições que o repetem sem parar, como a televisão, a mídia ou a internet, ou pelos companheiros, maridos, namorados, que dizem que “elas vão acabar

sozinhas, que não vão achar ninguém que as queira” senão eles, mesmo que estejam a todo tempo praticando todas as formas de violência. A desqualificação de relatos de mulheres trans quando reivindicam proteção judicial por medo e ameaças que podem ser ou não de pessoas próximas, mas que se dão em razão da feminilidade que expressam. Mulheres negras são a todo momento no Brasil alvo predominante de violências fatais. Fez-se extremamente importante, ao longo dos diálogos, problematizar se a solidão da mulher negra, entre outros elementos estruturais que produzem modos de subjetivação passíveis de autorizar ou não tolerar a escalada de violações que culminam em feminicídio.

3.1 DA SOLIDÃO DA MULHER NEGRA PARA ALÉM DO CAMPO AFETIVO

A solidão da mulher negra se estende para outros campos além do afetivo. Ainda me lembro que, entre mais de 40 alunas na graduação, alunas negras éramos cinco e retintas duas. Tendo sido aluna do PROUNI e cotista, esse peso me acompanhou por toda a formação, me esforçando para não tirar uma nota abaixo de sete como se devesse algo a alguém, ou como se eu não pudesse errar. Vivendo uma das formas do racismo, que diz que a pessoa negra quando erra traz o erro de uma raça junto consigo, não erra só. Grada Kilomba trata do tema no capítulo 11, intitulado “Performando Negritude”, do livro “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano” (2019) no qual relata a história de Kathleen: “Se eu fosse a única estudante negra na sala, eu tinha, de certa forma, de representar o que aquilo significava. Representar que nós somos tão inteligentes, se não, até melhores que as outras e outros” (Kilomba, 2019, p.173). Como a solidão da mulher negra na academia afeta nossa subjetividade? Por quais violências passam uma mulher negra na academia? Sendo esse o lugar da construção do conhecimento e sendo a população negra deslegitimada do conhecimento acadêmico, quais são as "piadas" que ouvimos? Quais são os comentários pelos corredores? Quais são os outros caminhos possíveis?

A pesquisa se propôs a dialogar sobre o feminicídio e as várias formas de violências que perpassam a vida das mulheres negras, e a solidão também é uma forma de violência bem específica quando falamos de mulheres negras no Brasil, pois carregamos juntas um percurso que é histórico, que é social, que é racial, que é cruel, com o qual aprendemos a lidar desde muito cedo. Recordo-me, com muita nitidez, dos primeiros anos escolares, tendo entrado no pré-escolar aos cinco anos, adorava a sainha de prega azul marinho, a blusa impecavelmente branca, a lancheira sempre arrumadinha e as fitas no cabelo com duas tranças feitas por minha mãe. No entanto, mesmo gostando de ir para aula, me lembro da professora de quem eu gostava muito aliás, loura de longos cabelos cacheados, ter chamado minha mãe à escola para dar um alerta de que eu desenhava muito bem, era muito observadora e inteligente e tinha um ótimo desenvolvimento cognitivo, no entanto não falava, o que deixava nítido um déficit na socialização.

Lembro-me de sentir a sensação de que em determinados momentos não era para eu estar naquela sala de aula e que se falasse certamente seria repreendida. Estava rodeada em grande maioria por crianças brancas e a sensação de não pertença era evidente em mim, perpetuando esse silêncio até a evasão escolar na sexta série. Como vencer o silenciamento imposto pelo racismo? As mortes de nós mulheres negras por negligência médica, por

envolvimento no tráfico de drogas, por permanência em relacionamentos abusivos, pela solidão, suicídio, por violência obstétrica poderiam ser classificadas como feminicídio? Pensar em outras possibilidades de vidas possíveis é pensar estratégias que façam com que não andemos só.

3.2 MULHERES NEGRAS LÉSBICAS E BISSEXUAIS

O que falar de mulheres negras lésbicas e bissexuais no Brasil? A pauta de mulheres brancas sempre esteve à frente, seja o contexto que for. Então, falar de direitos de mulheres negras lésbica e bissexuais já se torna um tema difícil quando o próprio movimento negro apresenta dificuldades em discutir a questão de gênero relacionado às mulheres negras heterossexuais, pois o machismo está intrínseco dentro do movimento negro. Falar então de mulheres negras lésbicas e bissexuais dentro dos movimentos organizados é falar de resistência, pois para além de enfrentar o machismo dos homens é preciso ainda enfrentar a resistência entre as próprias mulheres negras diversas que somos. Tal conjectura configura uma tripla encruzilhada, posto que o machismo/sexismo nos remetem à questão de gênero, mas também às questões de sexualidade e raça. No movimento negro, são marcadas pelo gênero e pela sexualidade; no movimento de mulheres, pela sexualidade e pela raça; e no movimento LGBTI+ pela raça e pelo gênero. Audre Lorde²⁶ na década de 1980, deixava nítida a dificuldade de fazer esse debate dentro do movimento de mulheres negras quando proferiu a palestra *Black Women Rising Together* (Mulheres negras acendem juntas), na faculdade *Medgar Evers College no Brooklyn*, em 1988. Segundo Lorde (2020),

Não é fácil para mim falar com vocês aqui como uma feminista negra lésbica e admitir que algumas formas como me identifico dificultam que me escutem. Mas nos encontrarmos em meio às diferenças exige flexibilidade conjunta, e, enquanto vocês não forem capazes de me ouvir como feminista negra lésbica, nossas forças não estarão realmente conectadas como mulheres negras (p. 13).

²⁶ Escritora feminista, mulherista e ativista dos direitos civis e homossexuais ,norte-americana de descendência caribenha.

A fala de Lorde diz muito de como Heliana retrata o que acontece ainda hoje dentro do movimento de mulheres negras no Brasil: *“As mulheres negras têm uma dificuldade em ter uma referência lésbica”* (Heliana, 2021). Heliana ainda relata a dificuldade dentro do movimento negro como um todo: *“O movimento negro ainda não aceita que tenha uma mulher de frente, não aceita, você vê que todas as lideranças do movimento negro são homens, são homens”* (Heliana, 2021).

A vivência da mulher negra lésbica e/ou bissexual organizada tanto no movimento negro como no movimento de mulheres negras ainda não é validada, o que indica o não-lugar da mulher negra lésbica e/ou bissexual, ou seja, continua uma tripla discriminação de gênero, raça e de orientação sexual. Fazer valer as nossas pautas e discutir as violências sofridas por nós mulheres negras lésbicas e/ou bissexuais implica passar por mais violências vindas dos nossos, o que deixa evidente a necessidade de discutir interseccionalidade dentro desses espaços. A construção hierárquica de raça e de gênero coloca a mulher negra lésbica e/ou bissexual em um não-lugar relacionado ao homem branco, à mulher branca e ao homem negro. Lugares esses que são atravessados, pelas condições sociais, pela religiosidade, pela orientação sexual, pelo acesso à educação, dentre muitos outros aspectos. Heliana relata ainda essa contradição, pois aponta o que acontece hoje dentro da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB:

Na coordenação hoje da AMNB somos quatro lésbicas e uma hétero, a atual coordenação e eu to na coordenação inclusive. E isso é um desconforto pra essas mulheres, você entendeu?! Como é que essas sapatas vão coordenar, pois é, mas o movimento é assim. Quando você organizou o primeiro movimento nacional de mulheres negras, em 88, 80% da coordenação eram de lésbicas, esse assunto não foi pauta porque naquele momento o discurso das mulheres negras era questão de gênero e raça, discutir gênero no movimento negro, que não se conseguiu até hoje, não se conseguiu entre os homens, mas nós mulheres demos esse salto (Heliana, 2021).

Salto este que precisa ser cada vez mais alto e amplo, posto que mesmo com a composição/representação de mulheres lésbicas dentro do movimento de mulheres negras, essa representação não tem garantido automaticamente que as pautas e bandeiras sejam assumidas no coletivo. É preciso um trabalho interseccional para que possamos sim, mulheres negras que somos, caminharmos juntas na direção da construção de políticas públicas para todas as mulheres, independente de raça ou orientação sexual, pois como nos aponta Lorde (2020): *“o horror às lésbicas negras está enterrado naquele lugar profundo onde fomos ensinadas a temer toda diferença, a matá-la ou a ignorá-la. Fiquem tranquilas: o amor entre mulheres não é*

uma doença transmissível pelo contato”(p.15).

Pensando nas violências que começam dentro de casa, Cristiane relata a dificuldade de se assumir enquanto uma mulher negra bissexual, que diz de uma deslegitimação, de um preconceito e de uma exclusão familiar a partir do momento em que se assume como tal. Essa representação não tem garantido automaticamente que as pautas e bandeiras sejam assumidas no coletivo:

Defender a minha sexualidade é também botar o pé na porta sabe, porque hoje eu sou a pessoa que eles zoam diante por serem militares e “Marielle presente” nas mesas de jantar como se fosse uma vergonha e agora mais com minha sexualidade, pararam de perguntar “cadê o namorado?”, mas até pouco tempo era muito constante, muito frequente essa invisibilidade essa coisa assim da minha sexualidade ser um tabu (Cristiane,2021).

O lugar historicamente reservado às mulheres negras ainda não mudou dentro das próprias famílias negras, que é o lugar do servir, e assumir-se mulher negra bissexual parece quebrar a lógica binária de gênero, como nos apontou Cristiane, sendo motivo de vergonha e ainda um tabu.

A lesbofobia e a bifobia internalizada na sociedade somada ao racismo é também um agravante em relação à saúde mental de mulheres negras, lésbicas e bissexuais que por muitas vezes acabam por não falar de si mesmas, pois a ruptura com a norma da heterossexualidade não é um processo simples. Algo se perde ou se quebra quando ocorre a famosa “saída do armário”, como se não fôssemos mais parte da família ou dignas de respeito, algo se fragmenta.

3.3 MULHERES NEGRAS TRANSEXUAIS

Parece clichê começar a pensar em mulheres trans negras a partir da frase que mais ouvimos ou lemos sobre mulheres trans, que é “O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo”. Mas quais são as mulheres trans que mais morrem por aqui? Pensar a interseccionalidade de gênero, raça e identidade de gênero deixa nítido como a sociedade trata corpos que são atravessados pelo machismo, a misoginia e o racismo.

Em números absolutos, São Paulo foi o estado com mais casos em 2020, com 29 mortes, seguido pelo Ceará, com 22 assassinatos, e a Bahia, com 19. Além disso, em 2020, 71% dos assassinatos aconteceram em espaços públicos e a maioria das pessoas transexuais mortas no ano passado no Brasil eram negras (Estado de Minas, 2021, s.p).

As diversas violências sofridas por mulheres trans negras estão ligadas à naturalização da violência contra as mulheres negras. Quando Soujoner Truth traz em seu discurso a pergunta “E eu não sou uma mulher?” ela está dizendo da diferença entre o tratamento a mulheres brancas e mulheres negras.

Para além de serem mortes de formas violentas, como relata Gisella, para além da morte física, diz também sobre a morte simbólica que atravessa os aspectos da vida de uma mulher trans negra no Brasil. Tal realidade parece evidenciar que os movimentos de mulheres negras organizadas ainda precisam refletir sobre o lugar de mulheres trans negras dentro dos próprios movimentos, suas demandas e especificidades.

A gente está falando da morte física, do desencarnar, do assassinato, e que, acho que é importante também trazer aqui, os assassinatos das pessoas trans, desses corpos trans e negros, eles são de uma forma mais cruéis possíveis. São pedradas ao extremo, muitas facadas, muitos tiros, é, são de formas demarcantes né, pra reforçar ali coisas que pra gente é muito cara, como cabelo, rosto, a construção de um corpo feminino, isso é nítido nesses crimes, mas a gente precisa falar sim da morte simbólica, da falta de emprego, geração de renda, dessa condição subhumana da falta de um trabalho, que muitas das vezes o trabalho sexual, a prostituição é uma falta de opção. E aqui preciso registrar também que não é um problema, eu Gisela não vejo como um problema ser trabalhadora sexual, ser prostituta, o problema pra mim é não ter uma opção, a sociedade não oferecer outras oportunidades, isso pra mim é um problema, isso também está dentro da morte simbólica, quando você mata possibilidades de acessar o mercado de trabalho, bem como o lazer, a cultura e a própria educação, isso pra mim tá dentro desse guarda-chuva do trans feminicídio que são também as mortessimbólicas (Gisella, 2021).

4 DIÁLOGOS COM MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS ORGANIZADAS NO BRASIL

O surgimento do movimento organizado de mulheres negras no Brasil se cruza com o surgimento dos movimentos sociais na década de 1970, ainda sob o regime da Ditadura Militar, e é influenciado pelo movimento pela luta dos direitos civis dos Estados Unidos. Isso não quer dizer que as mulheres negras já não estivessem organizadas há séculos passados nos movimentos antiescravistas, e que não tivessem um papel importante na sociedade brasileira, mas a luta por igualdade e humanidade se fortalece nessa época e o discurso é pelo reconhecimento de cidadania e a luta por direitos.

O marco se dá quando a ONU declara, em 1975, o ano Internacional da Mulher e logo após o surgimento, em 1978 - Movimento Negro Unificado - MNU foi de suma importância para esse começo, apesar de as reivindicações das mulheres negras não terem muita pauta nesse primeiro momento. Dessa forma, mulheres negras não se encontravam dentro do movimento feminista, que estava fechado nas questões de gênero e da mulher branca, e nem dentro do movimento negro, que estava pautado nas questões raciais. Tiveram então que enegrecer a pauta da agenda feminista no Brasil e trazer a questão de gênero para o movimento negro.

Dá em diante, passaram a ocupar espaços formando uma consciência política pelo país, com o surgimento do bloco Ilê Aiê na Bahia, o movimento de trabalhadoras domésticas em Belo Horizonte e a luta por uma cadeira no Conselho Nacional de Direito da Mulheres, em 1985, cujas representantes tínhamos Lélia Gonzales²⁷ e Benedita da Silva²⁸, que assim como Sueli Carneiro²⁹ foram as mulheres negras que consolidaram o feminismo negro no Brasil.

O movimento organizado de mulheres negras no Brasil não é e nunca foi homogêneo, posto que as pautas são múltiplas. Estão divididos entre ONGs, Coletivos, Movimentos de Base, Rede de Mulheres Negras, Movimentos Políticos Partidários e atuam de formas diversas como na luta pelo aborto e direitos reprodutivos, direito à educação e moradia, a representação quanto à padronização de beleza e mídia, violência doméstica e sexual, inserção no mercado de trabalho, maternidade, ações afirmativas, sobrevivência dentro de comunidades, entre vários outros aspectos, pensando e trabalhando por um projeto político de sociedade que enxergue e valorize as mulheres negras como humanas.

²⁷ Lélia Gonzalez uma intelectual, autora, política, professora, filósofa e antropóloga brasileira.

²⁸ Benedita da Silva é uma servidora pública, professora, deputada federal filiada ao Partido dos Trabalhadores.

²⁹ Sueli Carneiro é uma filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro.

Esta pesquisa se propôs a analisar o aumento do feminicídio das mulheres negras no Brasil nos últimos anos, entre outras violências, por intermédio da escuta e análise de diálogos com mulheres negras de movimentos organizados no Brasil. A princípio, as angústias que me guiavam estavam muito ligadas às questões das leis que hoje temos para proteção das mulheres no Brasil. As mulheres negras não estão alcançando a Lei Maria da Penha? Ou essa lei não está alcançando as mulheres negras? Ao mesmo tempo me questionava acerca do lugar de subordinação historicamente reservado às mulheres, quando me dei conta de que esses lugares tinham diferenças influenciadas não somente pelo gênero, mas também por raça e classe.

Em um momento, observando as notícias sobre feminicídios nos jornais, deparei-me com a comoção nacional pela morte de Tatiana, uma mulher branca de classe média, atirada pelo marido da janela de um apartamento no Paraná, em 2018. Mas não conseguia enxergar esse fenômeno no mesmo nível de alcance quando Daiana dos Santos, uma jovem mulher negra é esfaqueada e morta na porta do trabalho pelo ex-companheiro, em Blumenau, em 2020. A mídia acompanha até hoje o caso de Tatiana, ninguém sequer ouviu falar de Daiana. A diferença do acompanhamento tanto da mídia quanto na comoção das pessoas teria algo a ver com a cor de pele? Com os lugares socialmente construídos para mulheres brancas e mulheres negras no Brasil? É possível pensar que, mesmo com a desumanização dos corpos das mulheres negras, que se deu no regime de escravidão, nossas vidas serão valorizadas?

A profundidade das questões me levaram aos estudos do feminismo e do feminismo negro. Segundo as leituras de Simone de Beauvoir³⁰ (1970, s.p), “a fêmea é o inessencial perante o essencial, o homem é o sujeito, ela é o Outro”. Essa frase se referia ao que tange às mulheres brancas que, em 1949, data do lançamento de seu livro “O Segundo Sexo”, haviam conseguido um grau de emancipação trabalhando fora, casavam-se e frequentavam universidades.

Já a escritora e teórica Grada Kilomba, em seu livro “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano” (2019), diz que a mulher negra ocupa a posição de “outro” do outro. Mulheres brancas têm um status que oscila, pois são brancas, mas não são homens, mas a branquitude as coloca em um lugar de privilégio; homens negros são oponentes dos homens brancos, pois são homens, mas não brancos e a raça os coloca em um lugar de desprivilégio; nós, mulheres negras, por nossa vez, não somos brancas nem homens, posicionamento este que nos coloca na base da pirâmide social, vivendo em uma sociedade onde somos atravessadas pelo sexismo e pelo machismo.

³⁰ Escritora, intelectual, filósofa existencialista, ativista política, feminista e teórica social francesa.

A proposta, então, foi fazer o diálogo com mulheres negras, dos movimentos de mulheres negras organizadas no Brasil, que têm contribuído para a consolidação de um campo de pesquisas feministas e antirracistas, buscando pensar e analisar principalmente através do conceito de interseccionalidade .

O diálogo tem sido uma ferramenta de construção do conhecimento, podendo ser visto na obra de Zora Hurston, “Seus Olhos Viam Deus”, na qual a escritora optou por contar a história da personagem principal através dos diálogos, primeiro entre duas amigas, e, no decorrer do livro, de uma comunidade negra fictícia do início do século XX. Como diria Djamila Ribeiro:

Não poder acessar certos espaços acarreta a não existência de produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação e política institucional. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir (Ribeiro, 2019, p. 63-64).

Como estamos compreendendo o debate feito sobre a violência contra as mulheres negras e o feminicídio? Quais as reflexões de mulheres negras ativistas sobre os fatores que produzem a aniquilação de corpos femininos negros na atualidade e os modos de atuação perante eles ?As políticas públicas de proteção às mulheres se mostram eficientes para mulheres negras no Brasil?

Gonzaga (2019), em sua tese de doutorado, argumenta que “A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo: Produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais”, traz a importância da não neutralidade na pesquisa: “Não quis, nem poderia ser neutra, pois os reflexos desse efeito abebénico revelam pertencimentos que transcendem meu posicionamento individual, mas indicam um pertencimento coletivo do lugar social de onde escrevo” (p. 41). O que implica em mim a responsabilidade de fazer uma pesquisa comprometida com meu lugar de mulher negra lésbica que vive no Brasil e que não posso estar alheia às formas de violências que nos atingem.

A princípio, pretendia realizar o diálogo com cinco mulheres negras, sendo uma de cada região do país, divididas em Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sul e Sudeste, pensando na multiplicidade de olhares, compreendendo que as regiões do Brasil são muito extensas, mas tendo em vista que uma mulher do Sul não fala por todas as mulheres do Sul e que uma mulher do Norte não fala por todas as mulheres do Norte. Mas, justamente pela diferença do número de feminicídios e formas de violências de uma região para outra, penso que foi importante problematizar as diferentes estratégias elaboradas e se elas conversam dentro de um país tão extenso. As interlocutoras foram convidadas a dialogar sobre suas percepções e resistências

quanto ao aumento do feminicídio das mulheres negras e outras formas de violências no Brasil, também pensando na criação das políticas públicas que hoje temos para proteção das mulheres, como a Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha) que, por algum motivo, não estão alcançando as mulheres negras. Durante o caminho, porém, foram surgindo outros atravessamentos para além da raça, classe e gênero. Surgiram as questões de orientação sexual e identidade de gênero, o que me levou a ampliar o número de participantes de cinco para sete, incluindo uma mulher negra transexual e uma mulher negra bissexual, posto que entre as participantes já havia mulheres heterossexuais e lésbicas.

Através do diálogo com essas mulheres negras e a partir de seus lugares como militantes, analisei e decidi distinguir o que é relevante para análise da pesquisa. Para tanto, foi preciso compreender que a epistemologia constitui-se em uma teoria abrangente do conhecimento e aqui levo em conta o conhecimento produzido por mulheres negras que caminharam comigo nesta pesquisa, sejam elas as teóricas como base, sejam as mulheres com quem foram feitos os diálogos. Busquei, assim, realizar uma pesquisa pautada na construção de uma epistemologia feminista negra que se baseia nas experiências de mulheres negras e que reflita acerca dos temas centrais do pensamento do feminismo negro, tendo como base os movimentos sociais, trabalho, violência, participação política, opressões interseccionais, família, política sexual e a solidão da mulher negra. Como diz Patricia Hill Collins:

As condições históricas do trabalho das mulheres negras, tanto na sociedade civil negra quanto no trabalho remunerado, estimularam uma série de experiências que, quando compartilhadas e transmitidas, tornam-se sabedoria coletiva de um ponto de vista de mulheres negras. Além disso, quem compartilha essas experiências pode acessar uma série de princípios para avaliar reivindicações de conhecimento. Esses princípios passam a integrar uma sabedoria das mulheres negras em âmbito mais geral, e mais ainda, aquilo que chamo aqui de epistemologia feminista negra (Collins, 2019, p.410).

Entendo que o diálogo é uma metodologia feminista negra que reforça os laços e conexões através da oralidade, tendo em vista que o uso do diálogo na avaliação de reivindicar um conhecimento tem como base a conexão e não a separação como componente importante para um processo de validação. Os processos de validação, do que seja o conhecimento, são historicamente controlados por pessoas brancas, colocando em primeiro plano seus interesses e seus métodos de pesquisa. Então, a escolha desta pesquisa pauta-se na perspectiva de que mulheres negras sejam reconhecidas como sujeitos, com prioridade e legitimidade de fala, haja vista que somos excluídas do campo do conhecimento e vistas como seres incompletos, levando em consideração o racismo estrutural que atravessa nosso fazer no dia a dia da luta

contra as formas de violências, que nos assolam no Brasil. Hill Collins nos traz três aspectos éticos importantes para o trabalho na pesquisa com o diálogo, que são: primeiro, a ênfase dada a singularidade individual; segundo, a presença das emoções nos diálogos e, por último, a capacidade de empatia. Por mais que estejamos e estamos ligadas pela cor da pele, cada sujeito se reconhece como tal portador de uma energia única; a emoção, por sua vez, traz o quanto a pessoa acredita na validade de seus argumentos e, por fim, a empatia, que talvez seja o componente mais importante para a ética do cuidar, que seria como experienciar a partilha de um segredo.

Trabalhando com o conceito de interseccionalidade como análise, apoio-me nos conhecimentos das próprias mulheres negras e em suas construções de conhecimento para falarmos de nós mesmas. Como nos aponta bell hooks (2019):

As mulheres negras devemos identificar como pensamento e a práticas feministas podem auxiliar nosso processo de autorrecuperação, e compartilhar esse conhecimento com nossas irmãs. Essa é a base na qual construir solidariedade política. Quando essa base existir, mulheres negras estarão completamente engajadas no movimento feminista que transforma o eu, a comunidade e a sociedade (p.369).

Algo de diferente acontece com o movimento de mulheres negras, visto que hoje somos muitas universitárias, políticas, filósofas, sociólogas, escritoras, pesquisadoras, mas por qual motivo ainda continuamos na base da pirâmide social brasileira? O que impede que esse movimento de insurgência se estenda a todas as mulheres negras?

Grada Kilomba (2019) reforça a importância de colocar a voz das mulheres negras em primeiro lugar dentro das pesquisas acadêmicas, ressaltando que, na maioria das pesquisas, colocam não só as mulheres negras, mas a população negra em geral como objeto, ou seja “o discurso acadêmico através de epistemologias e metodologias colocam as vozes de grupos marginalizados como secundárias” (Kilomba, 2019, p.82). Isso me leva a pensar no que traz Cida Bento³¹ que cunhou o conceito de pacto narcísico da branquitude:

Pessoas brancas confiam e acreditam mais no seu igual branco, e não é só porque é seu igual é porque tem um imaginário construído ao longo dos séculos e transmitido de que o branco é o ser humano de referência (Bento, 2020, s.p).

³¹ Mulher negra, psicóloga, ativista e diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT).

Esse pacto parece se estender para além dos campos de mercado de trabalho. Pensar o pacto narcísico da branquitude na manutenção da colonização do conhecimento dentro das Universidades se torna muito importante, uma vez que não é suficiente dar condições para que entremos nas universidades; é preciso que ali nós nos vejamos e nos sintamos representadas nas pesquisas que ajudamos a construir.

Quanto de nós nos vemos dentro do curso de psicologia da ciência negra? A academia é tão racializada quanto a polícia, com a escolha dos textos de autores brancos que não representam a maioria da população brasileira ou da América Latina, nós temos a memória apagada. A polícia mata nossos corpos, a academia mata nossa história e ciência. Sabemos que as escolhas dos conteúdos das grades curriculares são escolhas políticas e tais escolhas para as grades do curso de psicologia não são diferentes. Estudamos, em especial, os autores pertencentes a cinco países: França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália, o que deixa de fora toda uma produção abaixo da linha do Equador que deslegitima a população não branca como produtora de ciência. Não estudamos o protagonismo da periferia, como Carolina de Jesus³² ou Conceição Evaristo³³, estudamos Freud, Jung e isso não quer dizer que esses materiais não tenham nada a contribuir, mas precisamos lembrar que são materiais que não nos incluem, eles não trabalham com interseccionalidade e o lugar da branquitude precisa ser problematizado. Sueli Carneiro³⁴ nos diz:

Nós produzimos uma forma de ciência, uma forma de civilização que não foi capaz de coexistir, digamos, harmonicamente com diferentes outras civilizações produzidas pela humanidade, e muitas vezes reduz-se essas pessoas à condição de fonte primária de pesquisa, informantes do conhecimento, mas não reconhece a autoridade da fala dos portadores desses saberes. Então epistemicídio são todas essas práticas que negam ou nos negam ou nos expropriam da condição de sujeito de conhecimento, de cultura, de ciência (Carneiro, 2019, s.p).

Descolonizar a psicologia é descolonizar as nossas mentes e estou fazendo essa provocação aqui especialmente para as pessoas negras, porque quando entramos na academia e estudamos somente a ciência branca nós estamos nos afastando mais ainda de nós. As estruturas dentro da academia precisam ser abaladas.

³² Carolina de Jesus foi uma das primeiras escritoras negras do Brasil e é considerada uma das mais importantes escritoras do país.

³³ É uma das mais influentes literatas do movimento pós-modernista no Brasil, escrevendo nos gêneros da poesia, romance, conto e ensaio.

³⁴ Mulher negra, filósofa, escritora e ativista.

Pesquisas como a de Grada Kilomba (2019) ou de Paula Gonzaga (2019) me ajudaram a pensar a construção dos diálogos da pesquisa pautados na força da oralidade, que pode trazer como resgate a experiência dessas mulheres negras organizadas dentro de movimentos sociais na luta contra o feminicídio e outras as formas de violências. Apareceram questões que não foram pensadas? Sim, e era exatamente essa a proposta do diálogo.

Como a pesquisa dialogou com mulheres negras em todo o país, os diálogos foram realizados por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), que vêm sendo mais pensadas agora com a situação da Pandemia da Covid19. O mundo vem mudando cada vez mais e com ele os meios de comunicação e as tecnologias, assim também mudam as novas formas de se fazer pesquisas e ciência. As TIC's estão integradas à academia há algum tempo e se fazem cada vez mais presentes. Utilizei como veículo para comunicação as salas de ambientes virtuais em tempo real, ou seja, a plataforma *Google Meet*. No termo de consentimento livre e elucidado, foi proposta a gravação do som e imagem do diálogo para transcrição e análise, e quem sabe para um documentário. Foi pensado um ambiente para que se sentissem à vontade para dialogar sobre as mulheres negras nos últimos anos no Brasil.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que tanto investigadas como investigadora são agentes do processo da pesquisa, na busca de um conhecimento de um fenômeno histórico e significativo, porém não individual e sim coletivo. Buscam meios de rever as estruturas racistas e seus efeitos na construção da subjetividade da mulher negra brasileira, segundo Patrícia Collins (2019, p. 401): “como os homens brancos de elite controlam as estruturas ocidentais de validação do conhecimento, os temas, paradigmas e epistemologias da pesquisa acadêmica tradicional são permeados por seus interesses”, deixando as experiências e a produção de conhecimento de mulheres negras excluídas.

Metodologicamente, a pesquisa está comprometida com o reconhecimento e valorização de saberes e práticas que possam ser utilizados para compreensão do problema do aumento do feminicídio e outras violências das mulheres negras no Brasil, nos últimos anos. Dessa forma, tornou-se importante compartilhar com as interlocutoras as indagações e angústias que me guiaram até esse ponto, assim como ouvir as indagações e angústias que elas tinham sobre o tema proposto, em uma construção conjunta. Foram diálogos com mulheres negras envolvidas em movimentos de mulheres negras organizadas, com participação ativa em seus respectivos estados e, nessa perspectiva, foram diálogos com cada uma das sete mulheres, com duração média aproximada de 30 a 90 minutos, tendo sido realizado um encontro com

cada uma delas, de forma livre e no fluxo temporal que cada uma se disponibilizou.

Na condição de mulher negra, lésbica e psicóloga, nascida em uma periferia do interior de Minas Gerais, que entrou na faculdade depois dos trinta anos pelas ações afirmativas e que percorreu um longo caminho até o diálogo da consciência racial, hoje me encontro também como militante e feminista negra. No Encontro Nacional De Mulheres Negras, realizado em 2018, em Goiânia, fiz contato com os movimentos de mulheres negras organizadas no Brasil, buscando os nomes para realizar tais diálogos.

Esta pesquisa situa-se no âmbito das pesquisas qualitativas e feministas (Narvaz e Koller, 2006)³⁵, sendo essa uma escolha política que tem a responsabilidade de assumir uma não neutralidade no campo acadêmico e, de acordo com Narvaz e Koller (2006, p. 648), “dar visibilidade à contribuição das teorias e das práticas feministas que remetem - não só na militância, mas também na clínica, na academia e na pesquisa.” O feminismo negro deve fazer parte de um projeto maior de sociedade para acabar com todas as formas de opressão, não somente a de gênero, mas também a de raça e classe. Assim, discutir o feminismo implica trabalhar a interseccionalidade entre os sistemas de opressão de raça, classe e gênero.

Como articula hooks (2019), “esse conhecimento deveria diligentemente configurar a direção da teoria e da prática feminista. Infelizmente, o racismo e o elitismo de classe entre mulheres têm conduzido à repressão e à distorção dessa conexão” (p.62). É importante legitimar as pesquisas feministas dentro do campo acadêmico e de produção de conhecimento. Nessa perspectiva, interessou-me a construção de uma pesquisa com uma análise não sexista, na qual legitimei a força do conhecimento das mulheres negras, assim como o poder da conexão, do diálogo e da oralidade. Um conhecimento, aliás, que não tem o legítimo reconhecimento enquanto construção do saber, por ser muito pessoal, por ser muito interpretativa, pela estrutura da linguagem, como nos diz hooks (2019):

Nas instituições educacionais onde aprendemos a desenvolver e fortalecer nossas habilidades de escrita e análise, também aprendemos a pensar, escrever e falar de uma maneira que tira nossa atenção da experiência pessoal. Porém, se quisermos alcançar nosso povo e todas as pessoas, se quisermos permanecer conectados (especialmente aqueles de nós cujas origens familiares são pobres e de classe trabalhadora), devemos compreender que o relato da história pessoal de alguém fornece um exemplo significativo, uma forma de as pessoas se identificarem e conectarem (p.166).

³⁵ Martha Giudice Narvaz e Sílvia Helena Koller são docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde desenvolvem pesquisas sobre gênero, feminismo, violência, sexualidade, direitos humanos.

4.1 DAS TRAJETÓRIAS

Trajetórias podem ser caracterizadas como uma linha reta ou cheia de curvas, assim como o percurso de um rio que pode ser tranquilo ou cheio de pedras no caminho, quedas, divisões e reencontros. Aqui, as interlocutoras trazem fatos históricos para o movimento organizado de mulheres negras no Brasil, além de questões atinentes a construções de humanidade, sexualidade, família, religião, estratégias de vivências, que tangem ao que nos une em questões interseccionais da infância até o presente momento. Trajetórias que dizem do racismo que nos atravessa e deixa nítida a urgência da legitimação da fala de mulheres negras, um grupo historicamente subjugado e colocado à margem.

A priori, penso ser importante saber um pouco da trajetória de cada uma dessas mulheres que compõem comigo esta pesquisa, como esses caminhos de alguma forma se entrecruzam também com o meu próprio caminho. Trajetórias e caminhos que dizem de lutas, dizem das mais velhas que nos antecederam, das questões de orientação sexual e identidade de gênero, das revoluções políticas e epistêmicas vividas por cada uma dessas mulheres que ajudaram a transformar o movimento de mulheres negras no Brasil no que ele se configura hoje.

Convido vocês a conhecer a trajetória de sete mulheres negras espalhadas por esse Brasil, com momentos afetivos e intelectuais que somam hoje na construção do feminismo negro brasileiro. As mulheres estão aqui apresentadas em ordem alfabética.

4.1.1 ADRIAN BARBOSA

Adrian é uma mulher negra de 25 anos, natural de Macapá (AP), que é estudante e fala através do coletivo *Awá Surara*, seu lugar de fala se localiza na região Norte. Nosso encontro para o diálogo foi remarcado algumas vezes devido a mudanças e tempo, nós duas atarefadas com a vida, para além de estarmos realizando o mestrado. E no início do diálogo, depois de dizer da importância e alegria em participar da pesquisa, Adrian me conta um pouco de sua trajetória, que escolho que seja dita por suas próprias palavras.

Bom, eu sou remanescente de quilombo, eu sou remanescente de dois quilombos que são quilombos fronteiriços, então a família ela tem raízes em duas comunidades. Sendo remanescente de quilombo, eu tive que sair da comunidade pra estudar, e eu só consegui passar por esse processo do tornar-se negra a partir dos 18 anos, então eu passei esse tempo sofrendo assim muitas coisas que eu só consegui entender quando realmente eu formei uma consciência racial, isso aconteceu quando eu estava

na universidade.

Foi a partir dessa entrada na universidade que eu comecei a participar dos movimentos sociais. Dentro da universidade, eu fui coordenadora do centro acadêmico de história, eu sou formada em história pela federal do Amapá e lá assim dentro do movimento estudantil, principalmente dentro do centro acadêmico e algumas vezes no DCE, eu não conseguia me aproximar porque muitas pautas eram excluídas, então eu preferia ficar de longe assim por não ter espaço de fato. E fora, depois da graduação, fora da universidade, eu entrei no mestrado, que eu faço atualmente, eu faço sociologia, antropologia pela federal do Pará e, desde 2020, eu venho participando do Coletivo Utopia negra, que é um coletivo que busca enegrecer os espaços dentro das políticas Amapaenses. Hoje o Utopia Negra desenvolve vários papéis dentro do estado do Amapá, tanto dentro da política, quanto dentro das áreas sociais, ajudar a periferia, enfim, de até mesmo do papel dentro do ensino porque existe uma categoria dentro do coletivo que tá voltada só para essa área do ensino, promover cursos para inserir, por exemplo, pessoas negras na pós-graduação, enfim, continuar essa construção de epistemologias pretas né e também dentro da universidade do Pará eu faço parte e sou coordenadora do coletivo Owá Surara.

Esse coletivo, Awá Surara, é o coletivo de discentes indígenas e quilombolas da pós-graduação, e Oya Surara é meio que uma junção de palavras *Oya* (Nós de iorubá), e *Surara* é guerreiro e guerreira do baixo Tapajós, então nós escolhemos esse nome justamente pela forma de nós nos posicionarmos dentro da universidade, nós guerreiro. Eu... na verdade eu sempre fui uma pessoa que eu não me enxerguei, quase nunca como uma pessoa que está na linha de frente, sabe?! Que tá na liderança, mas..., toda vez assim, eu acabo sendo levada pelos meus caminhos mesmo a estar nesses espaços, então toda vez que eu estou em algum lugar, por exemplo hoje, eu falei não, depois que eu terminei o movimento estudantil dentro da universidade na graduação, eu falei assim, não vou mais me estressar com isso, aconteceu muita coisa que me machucou alí, enfim, foram muitos processos não só de opressão, mas de violência mesmo que a gente sofre dentro do movimento, aí eu falo assim “não vou mais me envolver”, aí quando eu terminei tudo aí veio o convite do Utopia, aí eu fiquei assim, tá vamos (Adrian, 2022).

4.1.2 BENILDA BRITO

Benilda é uma mulher negra, de 52 anos, natural de Belo Horizonte, mestra em Gestão Social e Pedagogia e fala através do coletivo de Mulheres Negras Nzinga, sendo também ativista da Rede Malala. Aqui já é possível notar sua conexão com o passado e o presente sendo o Nzinga um coletivo mais antigo e o Malala recente. Seu lugar de fala se localiza na região Sudeste. O encontro para o diálogo com Benilda também foi remarcado uma vez devido a sua agenda corrida, e nos encontramos em uma bela tarde, onde de sua varanda e eu do meu espaço de trabalho começamos um belo diálogo no qual Benilda inicia dizendo de sua satisfação em participar da pesquisa.

Então, primeiro agradecer, é um prazer enorme tá podendo contribuir com você, é uma mulher negra, jovem na pesquisa, eu acho que a universidade não está preparada pra lidar com corpos negros, as meninas, chamam até de corpos né?! Porque incomoda nossa presença nesse espaço, onde prevalece aí um conhecimento del colonial, um conhecimento colonial, um conhecimento que legitima o epistemicídio, que nega a nossa identidade, a nossa história, então eles acham que esse espaço não nos pertence. Falar pra uma pesquisadora negra me agrada profundamente, parabéns pra você, pra sua família, porque você não chega sozinha né, então isso me agrada muito, te parabenizar por isso e falar do tamanho da minha alegria, acho que é pouco tempo o que eu tenho, mas eu fiz questão de estar aqui contribuindo, até pra dizer pra universidade que a gente não está só, e que a universidade é que ganha” (Benilda, 2022).

Optei por apresentar todas as participantes em suas próprias palavras na íntegra, pois cada uma delas traz os detalhes e riquezas de ser quem se é. Em seguida, passamos para que Benilda falasse de sua trajetória. A apresentação de Benilda é bastante completa, assim acompanhamos algumas situações importantes da sua história:

Eu sou Benilda, uma mulher negra, lésbica, de axé, eu sou mãe, sou avó, nasci em Belo Horizonte. Ano passado, em 2020, eu completei 40 anos de militância no movimento social negro, eu tenho maior orgulho de dizer isso, porque se não fosse esse movimento eu não estaria aqui, se não fosse minha avó Benigna, minha mãe Zaíra, eu não estaria aqui de jeito nenhum e o movimento de mulheres negras que me deu e me dá compasso pra encarar cotidianamente né, o sexismo, o racismo, eu falo que além de ser formação pedagoga, gestão social no mestrado, eu sou uma sobrevivente do racismo, uma mulher negra ainda sobrevivente do racismo. Filha de um pai extremamente ausente, de uma mãe que segurou a onda com nós todos, 8 filhos sempre sozinha, se não fosse minha avó, minha mãe também tinha pirado,

porque minha avó ela é mãe solteira, então minha avó nasce no açude, na Serra do Cipó, minha avó Benigna é de lá, em Minas Gerais, pariu a minha mãe lá no açude, eu sou Quilombola, eu sou neta de Quilombola, sou uma mulher Quilombola, sai de lá minha avó, nasceu em 1914, sai de lá em 1934 com minha mãe embaixo dos braços, fugindo do meu avô e vai morar em Belo Horizonte com mamãe, ela falava que nasceu pra ser mãe e não pra ser esposa, então eu só fui entender que isso aí é direito sexual reprodutivo quando eu entrei na militância, mas eu nunca entendi, mas minha avó já era uma feminista negra, porque ela não casou, e ela só teve a minha mãe e por isso, nós tivemos a sorte de vovó sempre morar conosco, e a minha avó fugia de casa em casa, então cada vez que meu avô descobria onde ela tava, minha avó fugia pra outra casa, trabalhando de doméstica com minha mãe. Eu sei rezar 7 tipo de terço por causa da vovó, morei em convento, ia ser freira, embora ela não quisesse, ela falava, “Benildinha, Deus me livre de um leigo de batina, sai dessenegócio aí, ela era uma mulher além do tempo, mas foi ela que me ensinou a levantar a cabeça a dizer quem eu sou, assumir minha história. Eu falo com muito orgulho que eu tenho um respeito profundo a minha ancestralidade, eu sou uma mulher preta, com 52 anos, eu tenho poucas mulheres da minha geração que puseram coroa em Nossa Senhora Aparecida, por exemplo, porque não tinha anjo preto, a gente podia jogar flor, mas a vovó brigava, “minha neta vai botar a coroa”. Mamãe trabalhando pra sustentarnós 8, vovó trançava o nosso cabelo e dava um beijo na cabeça e mandava pra escola, e falava “minha neguinha tá linda”, então a gente cresceu, 4 mulheres e 4 homens, sabendo que nós éramos mulheres negras e lindas, porque a vovó ensinou isso, evitou de sofrer racismo? Não, não evitou! Tá, cresci, mas fortaleceu a gente demais, empoderou a gente demais a negritude, então eu cresci, fui pro movimento de igreja, minha militância política começou na pastoral da juventude, naquele tempo a igreja era avançada demais, era comunidades Eclesiais de Base, igreja católica, era o tempo da teologia da libertação. Entrei na pastoral da juventude muito nova, fui catequista decrisma, catequese de eucaristia e depois fui pro grupo de jovens, do grupo de jovens e fui pra pastoral da juventude, fui da pastoral da juventude geral, e depois da pastoral da juventude do meio popular, e aos 13 anos, à beira de completar 13, eu aprendi na pastoral da juventude com a teologia da libertação que eu tinha que atuar no movimento social, que meio que eu era, pastoral da juventude do meio popular, qual era meu meio popular? Eu era uma mulher negra, do movimento negro. Aí eu entrei no Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON), era um grupo, um braço da igreja

católica, assim como os agentes pastorais negros, e depois muito cedo também no GRUCON, eu entendi com outras companheiras que o fato de ser mulher, fazia com que a gente fosse diferente dos homens negros. Então a gente criou Nzinga, coletivo de mulheres negras, que é uma instituição que eu faço parte orgulhosamente até hoje, que tem 34 anos de vida. No Nzinga, eu atuei 6 anos no GRUCON, e fui pro Nzinga, o Nzinga faz uma ata num período em que a gente logo no início há 32 anos, em que a gente falou que a gente cansava de dar entrevista, o enredo era sempre o mesmo, “Mulher negra e pobre”, “A tripla discriminação”, “Como que vocês se sentem?”, a gente dava entrevista pra universidades, pra jornais e a gente não tinha acesso, a gente falou assim, ah a gente cansou de deixar os outros falar, vamos falar por nós mesmas, vamos estudar, então muito cedo também a gente aprendeu que a escola era um caminho, a gente tinha que ter acesso ao saber, nós éramos 13 mulheres pretas, fizemos um levantamento, “Quem tem ensino médio?”, “A não tem não?!” , “Vai fazer supletivo”, “Quem tem ensino médio?”, “Já formou? Já!”, “Vai fazer o pré- vestibular”, “Quem já fez o pré-vestibular, vai fazer um curso! Quais cursos nos interessam? Eu fui pra pedagogia, a Ana foi pra psicologia, a Patrícia foi pra História, a Cleide também foi pra História, alguém foi pro serviço social, então nós fomos discutindo que ia fazer qual curso, pra fortalecer o movimento, então a minha vida, Liliane, é toda pautada em ações de devolução ao movimento social negro, esse princípio Africano, que eu vou aprender a ler pra ensinar os meus camaradas, é isso. Com isso eu trabalhei muito tempo de carteira assinada, assinei aos 13 anos, minha mãe autorizou, em uma loja em Belo Horizonte, na rua Tupinambá, se chamava Shalom, era uma livraria e papelaria, eu entrei lavando o banheiro, fazendo café, arrumando estoque, depois eu passei pra sessão de xerox, aprendi fazer encadernação, carimbo, depois aprendi fazer vitrine, depois eu fui pra sessão de livros, aí foi minha paixão, conversava com editoras e ganhava um monte de livros, aí eu fui pra sessão de presentes, e depois eu virei gerente da loja e saí aos vinte anos dessa loja, aprendi muito lá, e paralelo a isso continuava na militância, no nzinga, em outras frentes, depois eu trabalhei na prefeitura de Belo Horizonte, fui convidada a trabalhar com a Dona Helena Greco, eu fui assessora da Dona Helena Greco, na coordenadoria de Direitos Humanos, de lá então eu já tinha uma militância muito ativa, eu trabalhei no Bem- Vinda, o Centro de Apoio à Mulher, coordenei o Bem-Vinda durante 8 anos, aprendi demais a mexer com a violência doméstica, com as mulheres em situação em violência, e a militância só crescendo porque esse é um caminho sem volta, faço o recorte racial

na violência doméstica. Sou candidata à vereadora no ano 2000, me caso com 19 anos, tenho 3 filhos, me separo. Aos 27, separada com 3 crianças, eu descubro a minha orientação, que eu era uma mulher lésbica, então eu milito na comunidade até hoje LGBTQI+, como movimento de mulheres negras. Fui gerente de educação da Regional Norte da prefeitura, que era a Regional mais pobre, mais lascada, aprendendo muito com as crianças negras, família negras, aí trabalhei no sócioeducativo com os meninos cumprindo medida, fui e criei um projeto “Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar”, trabalhando a questão do extermínio da juventude negra na Bahia. Criei o Odara, então assim é uma história que foi crescendo, sou da Plataforma de direitos humanos, sou ativista hoje da Rede Malala, que é da Malala, lá do Paquistão, que preocupa com a permanência das meninas na escola, eu pesquiso isso, as meninas do Nordeste, o acesso à permanência, o sucesso, em função dessa expulsão escolar que as meninas pretas, principalmente vivem. Publiquei três livros, então assim, é uma história movida pelo movimento, e o movimento foi me levando, não fui eu que inventei o que eu queria fazer. Eu sou muito agradecida, minha mãe, minha avó, mas foi um movimento que foi me levando, então hoje eu falo que eu dedico a minha vida ao movimento negro. Eu gosto de planta, eu gosto de música clássica, eu gosto de namorar demais, eu gosto de poesia, eu gosto de outras coisas, eu gosto muito de plantar, eu gosto muito de tomar banho de mar, eu gosto de não fazer nada de vez em quando, então eu tenho mais dois anos de militância ativa que me permite fazer pouco disso, eu adoro cozinhar, mas daqui a dois anos eu quero fazer outras coisas, eu quero cuidar de mim, os meninos cresceram, todos eles têm uma vida super massa de trabalho de autonomia, eu sou mãe do Abae, que tem 32 anos, significa sol nascente, eu sou mãe do Alaiê, que tem 28 anos, que significa possuidor de vida, eu sou mãe da Aiana que tem 22 anos e significa flor de formosura, e sou avó do Enã Miguel que tem 9 anos e significa enviado por Deus, são todos nomes Africanos de Reis e Rainhas, então eu só agradeço assim, eu sou uma sobrevivente, mas cada dia mais convencida de que eu não vou parar não que é isso mesmo, que a gente tem que ir, é isso, é só isso (Benilda, 2021).

4.1.3 CÍNTIA DIALLO

Cíntia Diallo é uma mulher negra, de 48 anos, natural de Santo André, SP, professora do ensino superior na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), em Dourados, e fala através do Centro de Estudos, Pesquisas e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia

(CEPEGRE). Sua fala está localizada na região Centro-oeste. Cintia se mostrou muito solícita para participar da pesquisa e inicia com essa fala: “Muito obrigada, Liliâne, é um prazer ser entrevistada por você, fazer parte da sua pesquisa. Eu sempre me sinto muito honrada quando sou convidada por outra mulher negra ‘pros’ seus projetos, enfim, isso me dá muito orgulho” (Cintia, 2021). Na sequência, apresento sua trajetória:

Eu sou paulista da região do ABC, sou filha das classes populares. Meu pai era metalúrgico e minha mãe é professora aposentada. Então, eu cresci, tenho 48 anos, nasci em 1972, eu cresci na efervescência dos movimentos sindicais ali do ABC e do movimento de professores da APEOESP, porque tanto meu pai, quanto minha mãe eram bem atuantes no movimento. Então eu sempre tive uma assim dessa luta de classe, ainda que eu não soubesse nomear quando era criança ou adolescente. Além dessa influência da luta de classe, eu também tive uma formação no que diz respeito à identidade étnica e ao reconhecimento do pertencimento do que é ser negra desde muito cedo, porque isso nunca foi tabu na minha casa, sempre foi muito discutido, nós sempre fomos muito orientadas. Eu sempre falo que eu descobri muito cedo o que é ser negra no Brasil e o peso disso. Quando eu ia pra escola, eu estudava numa escola particular infantil, 4, 5 anos e tinha um menino que todo dia ficava me perturbando, chamando denegrinha, de macaca no transporte escolar, na escola, no transporte ninguém fazia nada, na escola também ninguém fazia nada, e minha mãe foi percebendo que eu fui ficando muito triste, não queria escola, até que ela perguntou pra mim o que era, aí eu falei mama, porque eu chamo mama e papa. Mama, tem um menino que fica constantemente me chamando de negrinha, de macaca e eu fico chateada porque ninguém faz nada, as outras crianças dão risada. Enfim, não sei se eu falei bem desse jeito, mas é a memória que eu tenho, tentei explicar pra ela. Ela me colocou em frente ao espelho e falou, “você é negra, só que você tem uma história, você tem uma família e você tem um nome, seu nome é Cintia e ele tem que te chamar pelo nome, não precisa se envergonhar”. Aí a conversa foi bem longa, e ao final eu sempre me lembro, isso é muito presente, ela fala assim: “Agora você pára de chorar porque se você continuar chorando eu vou te bater”. Ela falou desse jeito. Ea partir dessa conversa e de outras que nós tivemos, meu avô era pai de santo, umas das minhas tias benzedeira, então tinha muita gente que frequentava ali aquele ambiente, até brinco e falo assim, gente no passado todo mundo tinha medo de neto ou neta ou filho de quem era da umbanda ou do candomblé, agora ninguém mais tem medo, porque quando eu brincava na escola, eu falava olha eu vou fazer uma macumba pra sua família e todo mundo tinha

medo, eu falei, agora ninguém mais tem medo, nós perdemos os nossos status, eu brinco, enfim é um pouco essa minha trajetória. No movimento negro eu fui chegar por volta dos 20, 18, 20 anos, quando eu fui trabalhar na secretaria estadual da cultura no emprego que minha consegui lá pra mim de bico, era datilógrafa, nem existe mais isso. E na secretaria estadual da cultura eu conheci a Tereza Santos, a Ilma, ahhh esqueci agora nome da cantora, me fugiu, uma baixinha, ééé... aiaiai, ela é bem famosa, até foi deputada federal, [Liliane fala... Leci Brandão?], Leci Brandão, isso Leci Brandão, e outras pessoas ali na cultura e fiquei encantada pela aquelas mulheres, e frequentei durante um tempo o movimento negro em São Bernardo, mas não foi muito tempo não, eu sempre optei assim pelo movimento de mulheres, o MMU, mas nunca fiquei durante muito tempo. Sempre fui uma militante antirracista por todos os lugares por onde eu passei, é nas empresas privadas, depois mais tarde na educação, quando eu comecei a lecionar na educação básica, agora na universidade, então minha postura sempre foi antirracista, porque a formação na família foi muito forte, depois o diálogo como movimento negro nos lugares onde eu passei (Cintia, 2021).

4.1.4 CRISTIANE FIGUEIREDO

Cristiane é uma mulher negra de 37 anos, natural do Rio de Janeiro, jornalista e fala através do Coletivo Passarinho. Seu lugar de fala está localizado como uma mulher negra bissexual. Fizemos um diálogo maravilhoso que, por intercorrência da tecnologia, foi gravada somente a imagem, remarcamos algumas vezes até conseguirmos acertar os horários para regravação. Cristiane começa dizendo: “É um prazer colaborar com sua pesquisa, tamo aí.” E seguimos então para um pouco de sua trajetória:

Eu sou Cris de Figueiredo, como eu gosto de ser chamada, eu me formei em jornalismo, agora estou atuando como analista de diversidade e a minha militância começou desde muito cedo, mesmo eu não entendendo né o que era militância e aí eu bati de frente, foibem assim com a militância quando eu fui morar, eu consegui uma bolsa de estudos, eu fui estudar em Buenos Aires e alí eu bati de frente com um racismo muito hostil ou mais hostil do que o que eu vivi aqui, então de certa forma eu tive que me “armar” entre aspas e a arma que eu encontrei naquele momento era me agrupar, me juntar às minhas e de alguma forma ampliar a nossa voz juntas e foi aí que eu conheci o coletivo Passarinho, ele é majoritariamente branco, mas tem grupos de trabalho que são com pessoas negras, hoje a gente é tipo 30% do coletivo, então foi aí meu primeiro contato digamos com um coletivo mais organizado do que na época de faculdade, enfim na juventude assim (Cristiane, 2021).

4.1.5 GISELLA LIMA

Gisella é uma mulher trans negra, de 40 anos, natural de Montes Claros, MG, possui ensino médio completo e fala a partir de si mesma, posto que hoje não encabeça nenhum movimento organizado. Sua fala se localiza enquanto uma mulher trans negra. O encontro para o diálogo com Gisella foi remarcado algumas vezes devido às agendas de ambas, sendo amigas de longa data, Gisella inicia falando de sua trajetória:

Eu sou Gisela Lima, uma mulher trans, preta, e moro em Contagem, Minas Gerais. Hoje eu não tô mais inserida em um movimento específico em razão de outros trabalhos, vínculos de trabalho, eu não consigo mais dedicar um tempo à militância, tempo com responsabilidade igual eu sempre gostei, de compromisso de fazer e ter resultados. Mas né, eu já estive nesse lugar, consegui por bastante tempo dedicar à militância, contribuir pro debate, desde as questões que envolvem direitos humanos com alguns recortes né, LGBT, mais pra frente veio a questão racial, o feminismo, isso tudo né, agrega aí dentro dos direitos humanos. Eu tenho 40 anos e meu primeiro envolvimento acerca de movimentos sociais, isso foi acho que em 2000, quando eu morava em Montes Claros, na época, lá tinha uma entidade que existe até hoje, que era focada no apoio e prevenção às pessoas que convivem com HIV e AIDS, e aquele movimento, aquela instituição, ela recebia recursos destinados pra AIDS, mas que também dialogavam com homens que faziam sexo com homens, era um projeto nacional que chamava HSH e dentro desse projeto uma coordenadora teve ali a sensibilidade, não era um trabalho focal para as mulheres de identidade feminina, aliás existia MSM, mulheres fazem sexo com mulheres, mas foi muito fraco mediante ao HSH, e foi nesse contexto até porque à época o Ministério da Saúde, ele reconhecia, não sei se isso mudou, mas ele reconhecia a travestilidade, transexualidade feminina como sendo homens que fazem sexo com homens, ou seja, transfobia institucional, mas era assim que chegava no Norte de Minas o projeto. Porém essa instituição que sobrevivia de recursos federais voltados pra questão da AIDS, também sobrevivia de doações de empresas da região, e como a HSH era um projeto de homens que fazem sexo com homens, majoritariamente o seu público eram homossexuais, masculinos, gays e a entidade começou a transitar ali, homens gays, talvez também algumas mulheres trans e travestis que não eram assistidas no programa da AIDS, o que gerou também um desconforto nas pessoas que convivem, que vivem com HIV e AIDS né, por questão de exposição, mas também causou um reboliço negativo com esses doadores, eu cheguei na época a ter conhecimento de que eles falavam que não estavam querendo doar pra “veado”, termo que eles usaram na época. O que fez que algumas pessoas que eram voluntárias dessa

instituição e também que compunha a sigla LGBT, pensassem em criar um movimento específico, antes disso, de se criar esse movimento específico, a entidade recebeu através do vínculo com HSH um convite para enviar uma representante de Minas Gerais ou do Norte de Minas a um encontro em Vitória, no Espírito Santo, acho que isso em 2001, não tenho a memória exata da data, e de alguma forma eu fui escolhida pra fazer essa representação, tudo muito novo pra mim, eu não tinha o entendimento de muita coisa, mas aceitei esse desafio, de ir fazer essa representação e trouxe muitas informações pro movimento, pras pessoas que estavam ali inseridas, me provocou o interesse nas questões sociais, eu conheci muitas lideranças espalhadas pelo Brasil que eu não conseguia imaginar que existia, mulheres trans com alto poder de conhecimento, ou de luta por direito, o que me provocou interesse dentro do movimento LGBT. E quando eu volto pra cidade pra vomitar tudo isso, a gente esbarra nesse preconceito social dos doadores, então nós começamos a pensar o movimento LGBT, me lembro que as primeiras reuniões a gente se encontrava num bar, porque a gente não tinha espaço pra fazer esses encontros, enfim. E daí se criou, o até então movimento gay das gerais, e até hoje é chamado assim, acho que eles não mudaram as siglas. À época foi uma briga muito grande porque a equipe não era composta só por gays, mas ainda não tinha a mesma autonomia de insistir no debate pra se fazer, então foi feito dessa maneira, o movimento gay das gerais. Permaneci dentro desse movimento, ajudei a fundar, criar, até a terceira parada LGBT, depois disso eu tive a necessidade de mudar de cidade, eu não mais moro em Montes Claros, eu vim embora a princípio para Belo Horizonte, e daí também fui trilhar outros caminhos né? Fui buscar sobrevivência, porque é isso a militância que a gente faz por necessidade de políticas públicas, por ter afinidade com o debate, mas retorno financeiro não tem. E como né, é de conhecimento, as pessoas trans, é... a sobrevivência, a sub sobrevivência depende da falta de trabalho. Então eu fui buscar outras formas de trabalho, que eu já conciliava desde quando eu comecei na militância que era o trabalho sexual, eu me mantinha dessa prática pra prostituição, e quando venho pra Belo Horizonte, eu venho com esse mesmo foco que era trabalhar, eu não conseguia conciliar tempo, mas também já tinha ouvido falar de algum outro movimento social que tinha na cidade, mas não tive o start do interesse de conciliar tempo. E aí, em meados de 2014, eu começo a voltar pra esse lugar, eu tive a oportunidade de fazer um trabalho voltado pras práticas de direitos humanos, era um trabalho remunerado, mas que me permitiu transitar e caminhar dentro da militância, e eu volto com mais conhecimento, mais experiência e com mais vontade de fazer o debate e de contribuir com uma sociedade menos racista, machista e LGBTFÓBICA. Esse projeto ele durou um ano, e foi nesse um ano que eu aproveitei pra buscar bagagem, que eu

não tinha currículo escolar, eu tinha feito até então só até a quinta série, eu aproveitei esse tempo pra, né, eu saio do trabalho sexual e vou trabalhar formalmente, é chamado de formalidade e vou estudar, e também conhecer e movimentar dentro desses espaços. E conheci vários lugares, participei na construção de Conferência Municipal, Conferência Estadual, direitos humanos, LGBT, fui palestrante de quase todas as conferências temáticas do estado de Minas Gerais em 2015, delegada LGBT e direitos humanos da Nacional, estive à frente de vários movimentos focados desde o 14 de maio que se discute o fim do CID da homossexualidade, marchas e eventos pela cidade de Belo Horizonte, também no grande aaaa... me fugiu a palavra aqui, mas incentivei, participei, fomentei e provoqueei junto a UFBA, o nome social no estado, a época em 2017, então fui caminhando por esses lugares. E nesse período que eu me descubro negra, eu estava em uma palestra na faculdade federal de Alfenas, uma mulher negra retinta, ela me perguntou como queera pra mim, enquanto mulher, trans e negra, e eu me deparei com essa outra realidade porque a transfobia era tão evidente na minha vida que o racismo ele estava ali atrelado de uma forma velada a mim, aí eu vou entender esse universo da negritude e me permito também a inserir o movimento negro LGBT pra discutir a especificidade, porque a gente tem elas, ser negro na sociedade brasileira é uma coisa, ser LGBT e negro só reforça outros fatores. Então esse apanhado de coisas, de lá pra cá também tive a oportunidade de trabalhar na máquina pública no governo do estado de Minas Gerais, num curto período de tempo, passei por duas secretarias, a secretaria do estado de saúde e a extinta secretaria de direitos humanos. Não fui, não sou, e também não era aprensão ser a primeira servidora trans no estado né, o estado tinha um levantamento de um número x, mas acredito que é um número muito inferior mediante aos inúmeros servidores cis gêneros que se encontra no lugar, mas obviamente cada pessoa trans ali, traça seu caminho e faz seu enfrentamento diário, porque é um lugar elitista, é um lugar que carrega ali o machismo, o racismo, a lgbtfobia institucional e cada corpo que transgride essas regras sofre dentro desse espaço. Mas também foi uma experiência importante conhecer como funciona as burocracias estatais, conhecer como funciona a amorosidade e até a política interna de cada ação, onde ela é importante, qual é o viés que ela tem, qual a ideologia política, embora eu não estava num lugar de gestão hierárquica, eu estava num lugar subordinada a auxiliar administrativo, e depois numa assessoria, mas a gente que tem interesse dentro dos espaços, onde a gente está, independente do cargo que você ocupa você vai buscar saber como que funciona, independente da sua área ali, e eu sabia que o meu destino ali era curto, então o máximo de coisas que eu pudesse aprender ali era importante até pra eu trazer de volta pra militância, ou para sociedade civil que é o meu lugar, é aonde

eu me sinto com soma. Depois de exonerada do estado, hoje eu faço parte de um trabalho que é voltado, um trabalho com a sociedade civil, a princípio com trabalhadoras sexuais e é um lugar que eu conheço de muita propriedade por ter trabalhado durante muitos anos, então eutenho muito conhecimento nesse sentido, embora o meu conhecimento não é a verdade soberana, é uma troca mútua, e hoje eu fico num lugar mais de financiadora do que assistida e comparar-se com a iniciativa pública, acho que é segundo setor, se não o primeiro, eu fico muito mais satisfeita, porque eu vejo resultados mais imediatos, e não esbarro na burocracia institucional, tem outros problemas, outras questões, mas não esbarra muito por isso, não temos aí uma hierarquia que impeça que a política não avance por questões seja lá qual for.

E por essa razão eu não consigo mais pensar numa militância aguerrida, com um foco único, porque esse trabalho ele consome muito do meu tempo, da minha energia, da minha dedicação, e de alguma forma é um trabalho que me remunera, então eu não tô fazendo ali nenhuma trabalho voluntário, mas também é um trabalho que eu consigo colocar nele uma paixão e um interesse para além da remuneração que ele me traz de retorno, então de alguma forma, eu sinto que é um trabalho que eu compenso de duas formas que consigo fazer uma militância mais aguerrida assim, de dedicação porque é um trabalho que me remunera e precisa da minha atenção, então em resumo é isso (Gisella, 2021).

4.1.6 HELIANA HEMETÉRIO

Heliana Hemetério é uma mulher negra de 69 anos, natural do Rio de Janeiro, historiadora aposentada, e fala através de movimentos de mulheres negras e LGBTQs. Sua fala está localizada na região sul, onde reside há mais de dez anos em Curitiba. Heliana é uma querida amiga de militância de longa data e se prontificou logo que fiz o contato a participar da pesquisa. Depois de trocas de carinhos, iniciamos com sua trajetória:

Eu comecei a militância no Rio de Janeiro, sou carioca, eu comecei minha militância no Rio de Janeiro, no IPC (Instituto de Pesquisa da cultura negra) e com o movimento negro, que é um espaço do movimento negro e mais tarde eu começo a militar somente com as mulheres negras do Fórum de mulheres Negras. No Rio existia um Fórum de mulheres negras que se organizou e inclusive foi responsável pelo primeiro encontro nacional de mulheres negras 88, depois tem o encontro Estadual de mulheres negras, isso aí tudo é histórico e eu vou me envolvendo com as mulheres negras, conheço algumas lésbicas negras, mas que não se apresentavam como lésbicas. O movimento negro ainda é um movimento totalmente

heteronormativo, ele é construído em cima da cis-heteronormatividade. Eu começo a minha militância assim, toda misturada, movimento de mulheres negras, movimento feminista, até que em 96 participo do 1º seminário de lésbicas, em 99 eu vou embora fazer parte da coisa de mulher que tinha um programa chamado coletivo de lésbica negra do Rio de Janeiro e eu vou dirigir o projeto lésbicas de saúde. Tive sorte, eu conheci pessoalmente Beatriz Nascimento e a Lélia Gonzáles, sabia que a Lélia Gonzáles era frequentadora do instituto? Ela tinha uma relação muito próxima do IPCN, o IPCN (Instituto de pesquisa das culturas negras) era uma referência no Rio de Janeiro (Heliana, 2021).

4.1.7 ITANACY OLIVEIRA

Itanacy é uma mulher negra, de 49 anos, natural de Recife, é assistente social e fala por intermédio da Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Sua fala está localizada na região Nordeste. Conheci Itanacy em um curso em 2019 e, desde então, não perdemos mais o contato, estando ela pronta a participar da pesquisa antes mesmo de eu passar no processo seletivo do mestrado. Vamos a sua trajetória:

Então, é..., eu, bem, sou uma mulher negra, tenho 49 anos, sou assistente social, trabalho numa ONG, numa organização não governamental né, organização da Sociedade Civil, que se chama “Casa da mulher do Nordeste”. É, sou mulher negra, solteira, atualmente coordeno um programa que se chama Mulher, Trabalho e Vida Urbana, na Casa da Mulher do Nordeste. Participo de articulações, rede de mulheres negras, fórum de mulheres de Pernambuco, e outros espaços né, na luta e na garantia pelo direito das mulheres e o enfrentamento ao racismo. Nesse contexto de pandemia, agente tem feito muito, graças a deus a gente está conseguindo retomar os trabalhos com as comunidades, a gente atende aqui no Recife três regiões, que é dois bairros na RPA 3, que é uma região político-administrativa do Recife, e atendemos na RPA 5, um bairro que é o Totó, e aí a gente trabalha com mulheres, crianças e adolescentes, etambém trabalhamos com mulheres mais idosas que ficam dentro desse grupo de mulheres adultas (Itanacy, 2021).

5 DOS PONTOS DE ANÁLISE

De todos os encontros e diálogos no caminho da pesquisa, alguns pontos se tornaram cruciais, sendo uma pesquisa pautada para além do aumento do feminicídios de mulheres negras, que se atenta também para outras formas de violências veladas pelas quais passamos. O processo de trabalho com as falas vem na direção de encontrar pontos de encontros, assim como também foram encontrados pontos de convergências. A realização dos diálogos deu-se de forma livre, às vezes no espaço de um quarto, às vezes de uma varanda ou na sala de estar, possibilitando uma conversa livre em que apareceram, por vezes, os pontos mais importantes desta análise. No trabalho da transcrição, leituras e análise dos pontos, fui relacionando as falas aos objetivos desta pesquisa, como compreender a percepção de mulheres negras organizadas em movimentos, como veem pensando o aumento do feminicídio das mulheres negras nos últimos anos no Brasil ou investigar junto às mulheres negras militantes como elas constroem estratégias de resistências individuais, coletivas e políticas diante das violências cotidianas, ou como pensam a Lei Maria da Penha.

Adiante, então, aprofundi em pontos como a rede de proteção às mulheres, frentes de ações de enfrentamento a violências contra as mulheres negras, mapeamento de ações dos movimentos organizados de mulheres negras, Lei Maria da Penha e a construção da autoimagem de mulheres negras no Brasil, temas estes extremamente caros ao feminismo negro.

5.1 REDE DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES

A rede de proteção às mulheres desempenha um grande papel no combate à violência, no bem-estar, na garantia de direitos, na assistência, na proteção e no atendimento às mulheres em situação de violência no Brasil. No entanto, torna-se importante saber como essa rede vem se construindo através das mulheres negras diversas que somos, espalhadas pelo país. Temos enquanto equipamentos as Delegacias de Mulheres, Centros de Referência à Mulher, Casa de abrigo, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Serviço de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual, Núcleos de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência, Centro de Referência de Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, aqui pensando nos equipamentos institucionalizados por políticas públicas pensadas a partir da Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres em 2003. Mas, para além desses equipamentos, temos muitos coletivos, ONGs e equipamentos

próprios de movimentos sociais que se intercalam e trabalham com a rede institucional.

Durante os diálogos, as questões levantadas em todos os encontros com as participantes ativas da pesquisa relacionadas à rede de proteção às mulheres tiveram diversos apontamentos para reflexões distintas, posto que os equipamentos também mudam de nomes e de formatos, assim como cada uma delas estão interligadas a essa rede de forma diferente pelos lugares que ocupam dentro de seus movimentos. Adrian relata sobre a existência do Centro de Referência de Atendimento às Mulheres - CRAM:

Assim o que tem na minha cabeça principalmente é o CRAM, o CRAM ajuda bastante, porque esse centro de referência, ele tá ligado com a delegacia de mulheres, aí por exemplo, se existe mulheres que foram violentadas, elas são enviadas pro CRAM pra fazer acompanhamento psicológico, algumas até são acolhidas lá ficam dentro da casa mesmo que o CRAM tem pra receber essas mulheres (Adrian, 2022).

Adrian diz de uma certa integração ou conexão entre os equipamentos, sobre a possibilidade dessa atenção mais integrada e integral para a mulher porque cada um dos espaços têm suas especificidades e ao identificar demandas poderia ou deveria buscar e estabelecer essa conexão, por exemplo para acompanhamento psicológico, ou para acolhimento/abrigo.

Quem continua mandando é o machismo e o patriarcado, as mulheres pretas e pobres podem ser socorridas, mas elas vão pra onde? Se você não tem casa abrigo, você não tem dinheiro pra ajudar essas mulheres, você não tem emprego pra dar a essas mulheres, você não sabe onde vai colocar (Heliana, 2021).

Ao passo que Heliana traz a realidade da ausência de equipamentos, fica em evidência que o ponto de convergência é uma certa ideia de que a violência contra as mulheres é muito complexa e demanda um trabalho articulado para ser integrado. Não basta a denúncia, é preciso pensar nas condições de vida da mulher.

Realidades que mudam muito de um lugar para outro, pois a política pública de proteção às mulheres no Brasil ainda é insuficiente e não existem equipamentos em todas as capitais, cidades ou municípios do país. A experiência de Gisella aponta que:

Tem a delegacia especializada da mulher, e aí pra acessar tem que ter o mínimo de conhecimento pra não chegar na porta e voltar pra trás, isso na questão da violência de gênero, no que tá dentro da Maria da Penha. Existe uma delegacia especializada em Minas Gerais que é a DECRIN, que é a delegacia de crimes LGBTFÓBICOS, xenofóbicos, racismo e crimes correlatos, se eu não estiver enganada, mas acho importante pesquisar o nome correto, que é uma delegacia especializada pra trabalhar essas questões, aí se ela funciona é

uma outra questão né. Não consigo afirmar se este funcionar era dado às mulheres trans e negras, eu não consigo afirmar, até porque quando uma mulher trans acessa a rede, acho que não tem nem isso estatisticamente de acessar esses trâmites, esses lugares, então sei que existia a rede e que ela funcionava (Gisella, 2021).

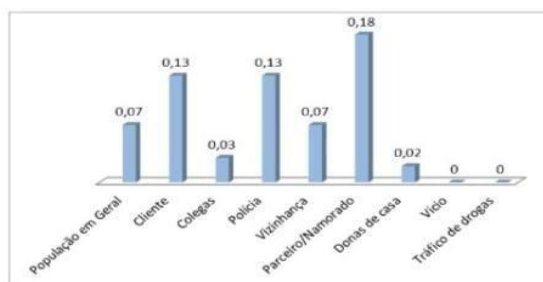
Gisella traz a realidade de Belo Horizonte em MG, com o recorte relacionado às mulheres trans negras. As mortes e violências sofridas por mulheres e a população LGBT possuem fortes entrelaçamentos, pois são ocasiões em que a lógica binária de gênero se faz presente, pois como nos aponta Letícia Nascimento³⁶ no livro *Transfeminismo*: “a colonialidade de gênero também irá produzir efeitos sobre aquelas corporalidades que não encontram consonância com a ideia normativa de homem ou mulher numa ótica binária de gênero” (Nascimento, 2021, p. 163).

Gisella traz ainda a questão de as mulheres trans serem ou não atendidas dentro das delegacias especializadas existentes em Belo Horizonte. Em pesquisa realizada pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG (NUH), intitulada “Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população”, realizada entre 2011 e 2015, foram entrevistadas 141 mulheres trans, sendo abordadas várias temáticas, dentre elas a violência. A Figura 4, a seguir, apresenta como foram as respostas dos órgãos institucionais quando as mulheres trans denunciaram as violências vividas em ocasiões distintas.

Figura 4 - Média de Número de Providências Tomadas Por Meio de Canais Oficiais de Denúncia.

GRÁFICO 47 – MÉDIA DO NÚMERO DE PROVIDÊNCIAS TOMADAS POR MEIO DE CANAIS OFICIAIS DE DENÚNCIA

(Número de providências tomadas, via canais oficiais, em relação violência do agente x dividido pelo número de entrevistadas que relataram terem sido violentadas pelo agente x).



Fonte: Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT_ UFMG 2011/2015.

³⁶ Letícia Carolina Nascimento (Parnaíba, Piauí) é uma autora, pedagoga e professora acadêmica brasileira, pesquisadora da área de Gênero e Educação.

Para além dos dispositivos institucionalizados, apareceram também os informais, como os coletivos e o movimento social. Isso me faz pensar que a rede institucional, por si só, não é capaz de dar conta da complexidade da proteção e apoio necessário às mulheres em situação de violência no país, mas se trata de uma problemática que demanda uma integração entre vários atores, como nos aponta Benilda:

Então cê tem movimentos sociais, delegacia de mulher, o NEPEM - movimento participativo na universidade, você tem promotoria dos direitos, promotoria cidadã, você tem vários órgãos de governo municipal, estadual, delegado, a patrulha Maria DaPenha (Benilda, 2021).

O conhecimento sobre a rede de proteção às mulheres muda muito de acordo com onde cada mulher que compõe a pesquisa está inserida enquanto movimento e mulheres negras organizadas pelo país. E para além da localização geográfica, deve-se considerar, também, como cada uma está inserida dentro dessa rede.

Não, não sei te falar, eu me lembro que há alguns meses uma aluna me procurou, a respeito dessa condição de violência que ela estava sofrendo, eu entrei em contato com uma assistente social, Eblisa, não sei se você conhece. Eu pedi para que ela orientasse essa menina, e ela deu uma série de orientações, mas aí no final, essa minha aluna ela se reconciliou com o companheiro, enfim, deixou todas as orientações pra lá, e aí a gente entende que é um processo difícil mesmo, de sair dessa condição de violência e superar essa dependência econômica, afetiva, eu entendo que é um processo (Cíntia, 2021).

Cíntia, enquanto professora universitária, está inserida dentro do movimento negro na Universidade e desconhece a rede. Chama-nos a atenção que, mesmo estando inserida e atuando no contexto da universidade e no movimento negro, ela está pensando a rede de proteção como um aparato relacionado unicamente ao aspecto doméstico e familiar. A rede não seria pensada para as situações de proteção às mulheres no cenário universitário? A partir dessa observação, é possível apontar a dificuldade de os espaços universitários o movimento negro pensarem a violência contra as mulheres de forma interseccional, estando por vezes focados no discurso da raça, não trabalhando as questões de gênero.

Cristiane aponta os equipamentos que conhece no Rio de Janeiro e traz a realidade de como a pandemia influenciou na desarticulação de alguns movimentos, o que me faz refletir sobre como a Covid-19 tornou nítido o racismo, as desigualdades sociais, a violência e o impacto sobre a vida de mulheres negras no país.

Na minha cidade não, eu moro em Niterói, mas no Rio de Janeiro sim, conheço dois

na verdade, um só de pessoas pretas, aí tem dois encontros que é homens pretos e mulheres pretas, cis ou trans e tem um outro que é só mulheres, mulheres trabalhadoras que sofreram alguma violência que se reúnem acho que quinzenalmente se não me engano, tô desatualizada, por conta da pandemia eu não acompanhei muito, mas que dão esse suporte assim pras pessoas em situação de vulnerabilidade (Cristiane, 2021).

Por fim, Itanacy relata como vem sendo o enfrentamento no Nordeste:

Eu acho que a sociedade civil tem um trabalho muito importante de prevenção, e o estado, a partir de uma pressão do movimento de mulheres da sociedade civil, das mulheres negras, criou alguns mecanismos digamos assim oficiais, mas sem o apoio e o desenvolvimento da atuação da sociedade civil ele não se sustenta, então eu creio que essa rede existente (Itanacy, 2021).

Aponta, também, a importância da articulação dos movimentos sociais na construção de políticas públicas, participação popular essa que, não posso deixar de pontuar, está cada vez mais distante diante do atual governo, posto que não temos mais as conferências municipais, estaduais ou nacionais com participação da sociedade civil nessa construção ao longo dos últimos 4 anos.

Pensar a rede de proteção às mulheres no Brasil junto às mulheres negras dentro dos movimentos sociais me traz a reflexão de como a luta das mulheres negras precisa se fazer presente dentro dos espaços de articulação e construção política, seja ele institucional ou não, pois onde não estamos não somos vistas. Nas falas de Adrian, de Benilda e Itanacy, fica nítida a necessidade dessa articulação entre as políticas públicas instauradas e o movimento social, que mesmo marginalizado é quem muitas vezes dá o suporte e encaminhamento para que as mulheres negras sejam amparadas.

Não podemos deixar de apontar a dificuldade do movimento negro em discutir e pensar a violência contra as mulheres negras, como acentua a fala de Cíntia, de forma a colocar a interseccionalidade sendo uma epistemologia feminista negra como o ponto crucial da discussão, tirando o foco somente da categoria raça. Nesse sentido, como nos aponta Karla Akotirene, sempre analisando a interseccionalidade a partir de Kimberly Krenshaw:

A interseccionalidade baseada no feminismo negro conta os porquês de mulheres brancas poderem representar judicialmente as mulheres de cor, bem como os homens negros poderem representar toda a comunidade negra na Corte, enquanto as mulheres negras, segundo Kimberly Crenshaw, não estarem elegíveis para demarcar a própria experiência particular da discriminação sem que suas causas fossem indeferidas (Akotirene, 2019, p.64).

É possível pensar a rede de proteção às mulheres no Brasil ainda intrinsecamente

atrelada ao racismo, ao machismo e ao sexismo, mas também com a participação e luta de mulheres negras que se organizam e pleiteiam lugares de fala e de construção, ocupando espaços dentro das políticas públicas e ONGs, para além de formar coletivos onde o quilombamento faz a diferença no cuidado e autocuidado de nós por nós.

5.2 FRENTE DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES NEGRAS

As ações para o enfrentamento da violência contra as mulheres devem ser compreendidas no âmbito das reivindicações do movimento de mulheres e da sociedade civil organizada. Mas como se dão as estratégias de enfrentamento às violências para mulheres negras no Brasil ?

É preciso refletir sobre como as políticas de garantia de direitos das mulheres, em especial do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, da Política e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, vêm caminhando nos tempos atuais de retrocesso, quando temos um Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos que não investe no plano citado acima. Temos este ano um orçamento para a causa de 43,2 milhões, são 89 milhões a menos que o orçamento de 2020, de 132,5 milhões, ou seja, um corte de 68%. Em 2019, o montante era de 71,9 milhões. Os números são os menores desde o início da gestão do atual governo, o que mostra a falta de compromisso com a pauta da vida das mulheres. Segundo o Correio Braziliense:

No ano passado, o ministério executou apenas metade do que foi autorizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA), já que a outra metade foi usada como restos a pagar, ou seja, pagamento de contratos firmados em anos anteriores. Já em 2020, com a pandemia no auge, o governo deixou sem utilização 70% do recurso voltado ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Um total de 93,6 milhões não chegou aos estados e municípios (Correio Braziliense, 2022, s.p).

Dessa forma, é possível concretizar, com as palavras de Itanacy, que as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres negras ficou muito a cargo das ONGs, ou seja, do terceiro setor e movimentos de mulheres negras feministas.

Eu recentemente participei da gravação de um vídeo de uma organização de mulheres feministas, que foi o curumim, que fez uma campanha belíssima, dizendo “Não era carinho” né, não era carinho, como uma forma de denunciar o que muitas mulheres às vezes dizem..., “Mas ele me ama, é porque ele é ciumento, é porque ele..., é na verdade, não era carinho e nem era amor, era violência mesmo, era feminicídio (Itanacy, 2021).

Para desconstruir a forma de construção historicamente feita das mulheres negras como submissas e ao mesmo tempo fortes, a mulher que tudo aguenta, Itanacy fala de uma campanha, que propõe que as mulheres se vejam como dignas de carinho, como dignas de afeto, cuidado

e amor. Hill Collins (2019) nos traz o conceito de imagens de controle que diz dessa construção: “Diferentemente das imagens controladoras desenvolvidas para mulheres brancas de classe média, as imagens controladoras aplicadas às mulheres negras são tão uniformemente negativas que praticamente forçam à resistência” (p.184).

O autoamor é sim uma estratégia de enfrentamento à violência dirigida às mulheres negras, e isso também fica nítido no objeto da campanha. bell hooks (2021) nos aponta a dificuldade que temos ao falar sobre o amor: “Ensinaoos a acreditar que o lugar do aprendizado é a mente, e não o coração, muitos de nós pensamos que o ato de falar de amor com qualquer intensidade emocional será percebido como fraqueza e irracionalidade” (p.37).

Aqui é possível encontrar um ponto de conexão entre as falas de Benilda e Itanacy, que dizem de espaços de construção dentro dos movimentos organizados de mulheres negras:

A gente sempre trabalhou com prevenção, acolhimento, prevenção e acolhimento sempre juntos, oficina de formação, o que é violência? Ah seu marido não te bateu não, mas ele rasgou sua roupa? Isso é violência, rasgou seu documento? Isso é violência, pode denunciar. “Ah, Benilda, eu preferia que ele me batesse, porque ele fala, fala tanto”, é violência isso, violência emocional, descaracterizamos o que era violência só no perfil da violência física, a violência sexual, seu marido faz coisas com você que você não quer, se você topa ok, se você quer ok, mas se você não quer e ele faz forçado, não é porque é seu marido que pode, isso é violência, então a gente foi trabalhando muito, até hoje eu sou chamada pra fazer isso em muitas comunidades, o que é a violência doméstica, porque a gente está falando de uma situação muito real, muito cotidiana (Benilda, 2021).

Esse olhar para si mesma, através da construção de campanhas de prevenção e acolhimento, converge para a proposta de formar vínculos que, para nós, vem também da ancestralidade, pensando em como mulheres negras se apoiam ao decorrer dos tempos, desde o início, nos tempos da escravidão, posteriormente nas igrejas, nas comunidades, nas universidades, em representações de conselhos, entre outros. Nesses espaços de uma nova construção da autoimagem e autoamor, é possível ressignificar a imagem controladora da condição da mulher negra, como nos aponta Hill Collins (2019).

Esses lugares institucionais nos quais as mulheres negras constroem auto definições independentes refletem a natureza dialética da opressão e do ativismo. Escolas, a mídia impressa e os meios de comunicação, agências governamentais e outras instituições do ramo da informação reproduzem imagens controladoras da condição de mulher negra (p.186).

A busca da construção de uma voz, seja ela individual ou coletiva, para mulheres negras diz também da busca por espaços seguros de fala para desconstruir as amarras emocionais que, por vezes, fazem com que permaneçamos em relações violentas. O trabalho das campanhas desenvolvidas pelos coletivos e ONGs diz da conscientização das inúmeras formas de violências sofridas pelas mulheres, que por vezes só veem as agressões físicas como violência. Essas intervenções são extremamente necessárias, pois agem no intuito de desconstruir uma realidade muito complexa que é racista, classista, sexista e lgbtfóbica. Essas violências são fatores de precarização da vida das mulheres, como nos aponta Heliana:

A rede não tem atendimento de mulheres vítimas de violência, essa não é a proposta, a proposta é o debate político do racismo de gênero, agora, eu vou falar uma coisa com você, a Maria da Penha adiantou pra alguns,(ou para algumas) mas não adiantou muito, não adiantou (Heliana, 2021).

Heliana afirma que seu trabalho dentro do movimento de mulheres negras tem o intuito de promover a formação e discussão política com as mulheres negras, discussão que assim como as campanhas de prevenção e formação apontam para a necessidade de uma cultura da autoidentificação e autoafirmação das mulheres negras, como nos aponta Hill Collins (2019): “as mulheres negras também enfatizaram a importância da auto definição como parte da jornada que sai da vitimização na direção de uma “mente livre” (p. 303). A fala de Heliana sobre a Lei Maria da Penha ter “adiantado para alguns, mas não adiantou muito” também me fez refletir como as estratégias da Lei, que foi resultado de uma articulação internacional de feministas majoritariamente brancas, não tem alcançado em grande escala as mulheres negras. Akotirene (2019) nos aponta que:

As primeiras delegacias especializadas de atendimentos à mulher, durante a década de 1980, no Brasil, estiveram ausentes dos conteúdos interseccionais, sobremaneira os estudos sobre violência de gênero discorreram sobre dominação masculina, dominação patriarcal e negociação da violência. Sabemos que as intelectuais Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde, Patricia Hill Collins e as vozes femininas Tina Turner nos EUA e Elza Soares no Brasil já tinham gritado a violência à mulher negra nesse período, mas até as abordagens progressistas e antirracistas escolheram não beber da fonte feminista negra” (p.70).

Por outro lado, se faz necessário refletir como se dão as discussões sobre a rede de enfrentamento a violências contra as mulheres trans negras e se essa pauta é emergente dentro dos movimentos de mulheres negras organizadas.

Já participei de muitos movimentos de mulheres, com os recortes de mulheres, mulheres pretas, mulheres LBTs, dentro do movimento negro se fazia o recorte LBT e negra, no movimento feminismo amplo, o máximo que conseguia discutir era a orientação sexual, e a questão de gênero das travestis quando era possível. Mas os movimentos dos quaiseu fiz parte, embora trouxessem a temática LGBT, trazia no corpo o feminismo e raça, mas as ações eram mais complementares com outros espaços. Então eu me permiti estarem espaços que faziam debates específicos, com ações pontuais, discutir esses pontos principalmente em datas que remetem ao combate, por exemplo, o 29 de janeiro, o 20 de novembro, entre outras datas mais focadas assim (Gisella, 2021).

Gisella aponta como essa discussão se dá somente em datas pontuais e a dificuldade de fazer o debate em determinados espaços, deixando nítido que ainda existe uma dificuldade dessa temática tão cara e particular adentrar na agenda feminista negra. O lugar das mulheres trans negras no debate sobre feminicídio e as várias formas de violências por que passamos se faz extremamente necessário, haja vista que essas mulheres são mortas todos os dias com requintes de crueldade e dificilmente há uma comoção nacional em relação às suas mortes. Portanto, abordo o conceito de transfeminismo que, segundo Letícia Nascimento (2021), é uma corrente teórica e política vinculada ao feminismo, pautando que temos feminismos e não podemos insistir na definição da mulher como um ser singular, e assim demarcando formas plurais de existências.

As afirmações de Gisella me provocam a pensar que se faz necessário estender o debate para além das datas comemorativas, compreender e demarcar as violências contra mulheres trans negras em toda a agenda feminista negra, entendendo as aproximações que os debates da violência contra as mulheres têm das violências contra pessoas LGBTI+. Essas pautas estão atravessadas pela colonialidade de gênero e a colonialidade do poder, como nos aponta Lugones (2008), refletindo sobre a interseção entre raça, classe, gênero e sexualidade com o objetivo de entender a preocupante indiferença que os homens brancos e negros demonstram em relação às violências que sistematicamente são infligidas contra as mulheres negras.

É difícil enfrentar o problema de forma efetiva, primeiro porque, antes de tudo, faz-se necessário o entendimento de que o pé do racismo está no pescoço de todas nós, a mão do machismo está no pescoço de todas nós e as armas do sexismo nos matam todos os dias. Segundo, é evidente que não podemos no momento contar com o apoio do atual governo para desenvolvermos ações de enfrentamento às violências contra as mulheres, tendo em vista que, a cada ano, os investimentos nas políticas de proteção às mulheres diminuí drasticamente. Terceiro, porque a principal política pública que promove a segurança das mulheres não tem

conseguido se fazer efetiva, “adiantou para algumas, mas não adiantou muito”. Por fim, os espaços de construção, formação e debates políticos para além dos espaços organizados de mulheres negras desconsideram e perpetuam as mesmas lógicas desumanizantes e racistas em suas práticas cotidianas, fazendo-se necessária a descolonização do pensamento.

Enquanto uma mulher negra, por vezes, vive a experiência de que se não estamos nos espaços de debates não existimos, eu cito uma situação em que, participando ativamente da construção da campanha política de uma deputada federal negra, em 2018, ocasião em que as equipes de mulheres se reuniam para discutir a construção de propostas de políticas para mulheres para as então candidatas de um determinado partido de todo o Estado de Minas Gerais, entre dez mulheres, havia duas representantes negras. Naquele contexto, as pautas iam sendo propostas sem um pensamento interseccional com um discurso que não levava em consideração as especificidades da violência contra as mulheres negras. Diante disso, é pertinente pontuar que é preciso que a hegemonia do pensamento feminista branco se implique em discutir os privilégios da branquitude, de forma com que se comprometam com a construção de estratégias de enfrentamento ao feminicídio e às várias formas de violências contra mulheres negras, fazendo com que esse debate não fique fechado somente dentro dos movimentos de mulheres negras organizadas no Brasil.

5.3 LEI MARIA DA PENHA E MULHERES NEGRAS

Historicamente, as mulheres negras estão apartadas das definições de proteção e garantia de direitos, e nessa lógica excludente é possível perceber a falta da discussão da interseccionalidade na Lei Maria da Penha.

O Estado brasileiro, enraizado em teorias coloniais, em todos os aspectos é racista, machista e sexista. O Direito, tratando-se de uma das áreas de conhecimento que normatiza comportamentos e, no limite, a própria vida, não seria diferente: perpetua e reforça o conceito do ser universal validando direitos a homens brancos. Vale aqui ressaltar que, no texto da Lei, a igualdade de direitos é um princípio fundamental para a Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (Constituição Federal, 1988).

Mas se o que nos constitui na diferença e produz desigualdades de acesso, vulnerabilizando algumas vidas, não estiver integrado em ações específicas na lei, a dita

igualdade vai perpetuar as hierarquias e diferenças porque não reconhece as violações de direitos. O privilégio está nas mãos do homem branco, como sujeito de direito. A mulher branca, por sua vez, como padrão do que é ser mulher, não se iguala a homens brancos em privilégios, pois devido à opressão de gênero isso não é possível, mas ainda existe uma certa ideia de mulher universal, como nos aponta Simone de Beauvoir como o “outro”.

Nessa direção, para as mulheres negras resta somente o lugar do “outro do outro”, como retrata Grada Kilomba. Nesse ponto, torna-se extremamente importante problematizar a hegemonia do feminismo branco, pois como nos aponta hooks (2020), apesar de todas as mulheres brancas e negras estarem sujeitas ao sexismo, o racismo impõe a mulheres negras opressões que nenhuma mulher branca precisou ou precisa aguentar.

Compreendo a Lei Maria da Penha como de extrema importância para a proteção e prevenção da violência contra as mulheres no Brasil. O que problematizo é que, assim como outras leis no Brasil, esta também foi pensada pelo viés da branquitude. Aqui me interessa refletir com as mulheres negras organizadas em movimentos sociais, analisando se historicamente as mulheres brancas conseguiram sair de seu lugar de privilégio e trabalhar como um coletivo que se pensa como defensoras de direitos antirracistas, não analisando, silenciando ou oprimindo mulheres negras e nem tornando nossas pautas como secundárias.

A Lei Maria da Penha traz no Título I, Artigo 2º, que toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. Mas em relação à raça ou à construção do que se tem da mulher negra e forte no país, essa mulher precisa de proteção?

“O silêncio das mulheres, as mulheres não conseguem ainda falar disso pra família, pra amigas, né?! Você tem uma amiga que fala “Meu marido é violento”, mas é uma, o silêncio que a gente aprendeu que é ensinado é muito sério nessas questões e essa história de mulher preta, pior ainda porque mulher preta é forte, ela aguenta, ela aguenta” (Heliana, 2021).

O argumento da força das mulheres negras na fala de Heliana me leva a lugares escusos, pois identificar relações abusivas são processos dolorosos, principalmente para mulheres negras, pois para além de sermos silenciadas aprendemos a silenciar. Michelle Obama³⁷ (2020) nos aponta para uma mudança em relação aos silenciamentos, dizendo que não podemos nos dar ao luxo de esperar que o mundo seja justo para começar a nos sentir vistas.

³⁷ Michelle Obama é uma advogada norte-americana. É a esposa do 44.º presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e a 46.ª primeira-dama dos Estados Unidos, sendo a primeira afro-descendente a ocupar o posto.

Essa reflexão me leva a pensar em como Lorde (2019) trabalhou o conceito de raiva, indicando para as mulheres negras que mulheres que reagem ao racismo são mulheres que reagem à raiva, à raiva da exclusão, do privilégio que não é questionado, das distorções raciais, dos estereótipos, dos silêncios, dos maus tratos, das posturas ofensivas, da traição, dos maus julgamentos. Por fim, é preciso levar a premissa ao pé da letra, nas palavras de Lorde (2019, p. 157) “meu silêncio não me protegeu. Seu silêncio não vai proteger você.”

Cabe aqui salientar que tivemos mulheres negras na construção da Lei Maria da Penha e Benilda traz a concepção da sua participação nessa construção enquanto uma mulher negra lésbica:

Particpei, muito, muito da construção, enquanto mulher negra lésbica. Antes da Mariada Penha, a violência entre lésbicas também não era registrada na delegacia, não reconhecia que uma mulher pudesse amar a outra, e que a relação de amor é turbulenta, e que também existe violência nas relações homoafetivas, e a solidão da mulher preta lésbica também é um transe muito grande, então com a Maria da Penha a gente conseguimos. Então a Maria da Penha vem porque não tinha mais condições e não ter uma lei que desse visibilidade a tanta mulher morrendo, era toda hora, era um número expressivo, e o movimento feminista e o movimento de mulheres negras, eu gosto muito de diferenciar isso, se juntam e falam, “A gente precisa pressionar”, “Tem que ter uma lei”, porque todas as leis que têm penalizam, penalizavam e ainda continuam penalizando muito a mulher (Benilda, 2021).

A possibilidade de Benilda falar dessa forma da construção conjunta ilustra sua extensa trajetória dentro dos movimentos sociais. Nesse âmbito, importante demarcar como ela separa o movimento feminista do movimento de mulheres negras, o que deixa nítido que como o feminismo homogêneo surgiu ressoa ainda nos dias de hoje entre os movimentos de mulheres brancas e o movimento de mulheres negras. O movimento feminista branco, em épocas de sufrágio, segundo hooks (2019), não trouxe uma análise holística sobre o status da mulher na sociedade que levasse em consideração os variados aspectos de nossa experiência enquanto mulheres negras.

No entanto, não é possível fazer essa reflexão sem apontar os avanços em relação às questões de orientação sexual, uma vez que a lei aplica-se para agressões praticadas por mulheres contra outras mulheres. Ao contrário do que se pensa, que as relações entre mulheres sejam pautadas na horizontalidade, por muitas vezes o machismo intrínseco em nossa sociedade atravessa as relações lesboafetivas. Os motivos dessas violências não diferem dos motivos pelos quais mulheres são violentadas todos os dias, sendo uma questão de poder, de sentimento de posse e controle sobre a outra, que vão de demonstração de poder pelo uso da

força e reprodução de violências.

Benilda nos reporta para o tempo da criação da Lei Maria da Penha que tem hoje em 2022 dezesseis anos “não tinha mais condições de não ter uma lei que desse visibilidade o tanto de mulher morrendo, era toda hora, era um número expressivo” (Benilda 2021), mas infelizmente ainda é um número expressivo e mesmo após dezesseis anos da Lei Maria da Penha, o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo.

Devido ao isolamento pela Covid-19, de acordo com o Correio Braziliense (2020), ocorreu um feminicídio a cada seis horas e meia no Brasil, levando em consideração que o conceito de feminicídio no Brasil ainda se encontra vinculado à morte da mulher dentro de casa, espaço que deveria ser um lugar de segurança, mas que se configura como um espaço extremamente violento. Moreira (2021.p.7) aponta para a necessidade da reflexão do lugar da casa, pois a noção do lar harmonioso, especialmente no que diz respeito à violência contra as mulheres e ao trabalho doméstico, tornou-se um tema ainda mais caro à psicologia social em tempo pandêmicos. Nesse sentido, houve a regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19, e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou nova resolução nº4/2020, que retira da resolução nº11/2018, que discorre sobre as normativas sobre o atendimento pelas TICS, o artigo 6º - O atendimento de pessoas e grupos em situação de urgência e emergência pelos meios de tecnologia e informação previstos nesta Resolução é inadequado, devendo a prestação desse tipo de serviço ser executado por profissionais e equipes de forma presencial – abrindo, assim, o campo para que mulheres em situação de violência não ficassem desassistidas psicologicamente.

Em contrapartida, Adrian fala de como a Lei Maria da Penha já estava instaurada quando ela estava na escola e da repercussão da lei. A própria lei tem como um de seus pilares no Título III “Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar”, Capítulo II, no Artigo 8º inciso V- A promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres. *A lei..., ela tem um tempinho já né de consolidação eu era muito nova quando a lei surgiu, mas no ensino médio tinha uma professora que passou um trabalho pra gente sobre a Lei Maria da Penha e eu e minhas colegas nós fomos no CRAN que é um centro de referência pra mulheres, lá no estado do Amapá, e agente fez uma pesquisa sobre a lei, acho que a lei estava se estabilizando ainda naquela época, tava assim pouco tempo né de vigor e a gente fez a pesquisa e assim que eu me lembro desse estabelecimento é que ela foi muito debatida na*

escola na época, muito debatida, principalmente porque no Amapá a gente tem muitos casos assim (Adrian, 2022).

Ao iniciar o mestrado, também iniciei o Programa de Extensão da UFMG chamado Programa de Ensino, Pesquisa, Extensão Sobre Violência de Gênero da UFMG (CRIM), proposto pelo curso de Direito, que visava produzir cartilhas para trabalhar a questão da violência contra a mulher, Lei Maria da Penha, violência contra meninas, população LGBT, entre outras temáticas para trabalhar nas escolas Estaduais de Belo Horizonte. Com o atravessamento da Pandemia da “Covid 19”, o projeto se tornou, assim como tantos outros nesse período, mediado pelas TIC’s, nas quais foram e ainda são realizadas *lives* sobre as temáticas. Deixei de fazer parte do CRIM no segundo semestre do mestrado devido às demandas da própria universidade e ao ajuste de fazer tudo *online*, mas é preciso demarcar a importância de projetos que visam levar a discussão dessas temáticas para dentro do âmbito escolar, pois tanto as temáticas da violência contra as mulheres como as temáticas LGBTs encontram grande dificuldade de adentrar nos espaços de formação com um pânico antigênero que se instalou não só no Brasil, mas em quase todo o mundo. O que acontece, na realidade, é um grande desconhecimento do que seja a Lei Maria da Penha. Nesse aspecto, Gisella traz um ponto muito valioso:

As violências que acontecem dentro de casa também estão acobertadas dentro da Maria da Penha e a falta de conhecimento do que é a lei, muito se sabe, inclusive é um debochenacional, “Ahhh, Maria da Penha! Vamos criar um José da Penha?”, é muito relacionar violência física entre homem e mulher, mas esquece das outras violências né? A psicológica, a patrimonial e outras que eu esqueci, e que as pessoas trans em tese estariam protegidas familiarmente dizendo a partir da Maria da Penha. Então eu vejo aí como... há uma necessidade de explicitar melhor a lei, revisitar artigos e dependendo, inserir as necessidades das vivências trans dentro da Maria da Penha” (Gisella, 2021).

A fala de Gisella remete à ideia de fragilidade associada à mulher branca e cis como se esse fosse o único argumento para garantir a proteção da mulher, sinalizando que a construção das vulnerabilidades passa por questões diversas que não é apenas a questão física. No que tange às pessoas trans, estas são agravadas por outras formas de violência, ódio, discriminação e exclusão. Meninas e adolescentes trans são violentadas diariamente por seus pais e mães, são expulsas de casa e não vemos aplicação da Lei Maria da Penha nesses casos.

Em 2022, o STF decidiu que a Lei Maria da Penha se aplica a mulheres trans, independente de terem passado pela cirurgia de mudança de sexo, estendendo a proteção para além da limitação que seria apenas para mulheres cis. A tripla opressão continua por aqui na

forma da transfobia, do machismo e do racismo, segundo o Mapa da violência de gênero 2020. Se o machismo está na raiz das violações, haja vista que 67% das agressões tiveram a participação de homens, o racismo que toda a população negra vivencia no Brasil acrescenta outra camada de violência. Os dados do Sinan mostram que 54% das mulheres trans e travestis vítimas de agressões eram negras. Fatores que se agravam, segundo Jaqueline Gomes de Jesus³⁸ : “Quando temos um governo que a cada ano que passa investe menos nas políticas para as mulheres sendo uma das estratégias da violência de governos fundamentalistas não dizer diretamente que vai matar, mas tirar recursos da área e usar termos violentos” (Jesus, 2019, s.p).

Ou seja, um dos pontos mais importantes da Lei Maria da Penha acaba não se concretizando também pela falta de incentivo do atual governo, que é a prevenção da violência, tendo verba prevista para tanto e a verba não chega aos municípios ficando, como dito acima, a cargo de ONGs e coletivos.

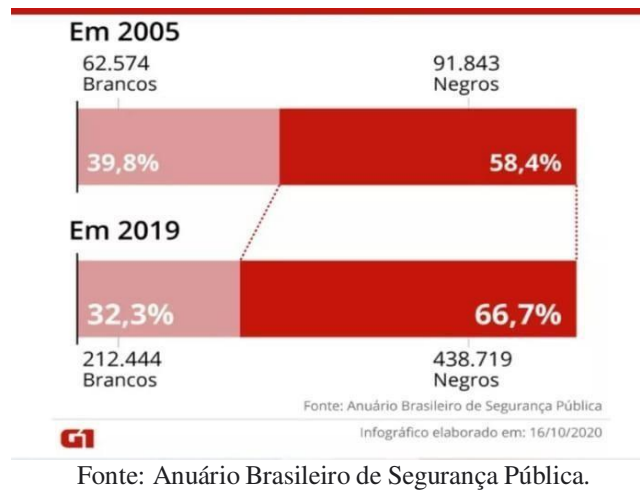
Cintia traz uma questão muito importante e difícil para trabalhar dentro do feminismo negro, afinal, na Lei Maria da Penha não existe um artigo específico que fala de como trabalhar a lei com os agressores, mas deixa nítida a necessidade de se trabalhar a prevenção. É certo que as estatísticas entre homens negros e brancos dentro dos presídios escancara a desigualdade quanto ao tratamento racial dentro do sistema judiciário e explicita o encarceramento em massa de homens negros no Brasil.

Mas quando falamos do feminicídio, eu fico pensando na lei, lá, Maria da Penha, e Liliane, eu não sou uma estudiosa desse campo, eu trabalho na educação, mas eu tenho assim certas dúvidas da aplicação dessa lei para os homens negros, (Se eu tiver falando bobagem, você publica ou então apaga). Eu não sei se essa lei também não ajuda, contribui, no encarceramento desses homens, não que eu queira perdoá-los, não é isso, pela violência praticada, não, não é sobre isso que eu estou falando, e também não acho que esses homens têm que pagar cesta básica, mas eu acho que nós precisamos de um cuidado maior do ponto de vista psicológico mesmo, pra a reconstrução da identidade, de violência. Parece muito fácil fichar um homem negro na Lei Maria da Penha, a mesma coisa eu penso para os indígenas (Cintia, 2021).

³⁸Jaqueline Gomes de Jesus, mulher trans negra, é psicóloga, professora universitária e ativista brasileira. Foi a primeiragestora do sistema de cotas para negros da Universidade de Brasília.

No entanto, segundo a Agência Brasil (2020), a maioria dos presos (39,42%), responde por crimes relacionados às drogas, como o tráfico. Em seguida, vem os presos por crimes contra o patrimônio, que respondem por 36,74% do total de crimes. Os crimes contra a pessoa somam 11,38% e os crimes contra a dignidade sexual representam 4,3%”. Quando esses números são analisados pelo requisito da questão racial, nós vemos que a prisão de homens negros no Brasil cresceu drasticamente, como nos aponta a Figura 05:

Figura 05 - Crescimento da prisão de homens negros no Brasil.



Nesse sentido, apesar de não termos dados específicos quanto à identidade racial da maioria dos homens presos pela Lei Maria da Penha, a fala de Cintia faz todo sentido, posto que me parece ser mais fácil que a justiça enquadre homens negros em qualquer situação que os envolva, pois temos um judiciário que se configura em uma estrutura ainda racista no Brasil. Para além da questão racial, aqui se configura a questão de classe, posto que a violência doméstica acontece muitas vezes no espaço doméstico. Quais os domicílios que são mais facilmente adentrados pela polícia? Mesmo com denúncia de violência, a polícia entra em condomínios de luxo da mesma forma que invade uma favela, sem mandado ou com um mandado coletivo?

Cristiane atenta para a dificuldade de mulheres negras fazerem a denúncia quando seu parceiro ou parceira também é uma pessoa negra. Como denunciar nossos pares quando temos no Brasil a problemática do racismo que atravessa nosso judiciário?

É..., então é uma pergunta muito difícil porque eu acho que ela está ao alcance de todas, mas eu acho que existe, bom, baseada na minha intuição eu acredito que exista um certo medo né no primeiro momento de denunciar aquela pessoa com a qual essas mulheres se deitam e também o fato da violência ser algo tão rotineiro na minha vivência como mulher negra,

imagino que de muitas outras mulheres, às vezes as pessoas passam por situações e não conseguem visualizar a gravidade dessas coisas né às vezes denunciar é como se a gente de certa forma compactuasse com o sistema que só pega preto né. Medo dos passos e agora, como é que eu vou? Por mais que essa pessoa aqui, me espanque, uma, duas, três vezes por semana, paralelamente é ele que está trazendo a maior renda pra dentro de casa pra filhos e filhas e pessoas que precisam comer, então é uma situação bem sensível assim eu acho. Até quando a violência parte de uma mulher também né, em relações homoafetivas, eu passei por um caso de violência que eu não tive coragem de botar pra frente, porque eu pensava, gente, como assim eu vou denunciar uma mulher negra sabe?(Cristiane, 2021).

Assim como Cintia, Cristiane me instiga a reflexão com sua fala “desse sistema que só pega preto”, o que dificulta até mesmo a questão da denúncia por parte de uma mulher preta contra outra pessoa preta. Um judiciário racista dificulta que a justiça seja equânime entre mulheres brancas e mulheres negras, assim como a desigualdade social, pois as mulheres negras, estruturalmente mais vulnerabilizadas, ficam desassistidas com os filhos para criar. As falas demarcam o quanto falta para que a Lei Maria da Penha seja efetivada de fato, posto que ela prevê a construção de Casas Abrigo para que as mulheres tenham segurança e apoio para recomeçar suas vidas, mas na prática, segundo o IBGE de 2018, é que mesmo previsto na Lei Maria da Penha, criada então havia 13 anos, posto que os dados são de 2018, o acolhimento em casas-abrigo de mulheres ameaçadas de morte só é realidade em 2,4% das cidades brasileiras. Ao todo, são apenas 153 casas e, nos últimos cinco anos, não houve avanço algum.

Por outro lado, Itanacy diz da alegria de ter conhecido Maria da Penha em palestras pelo Nordeste:

Eu tive a oportunidade, a Maria da Penha, de vez em quando, ela vem fazer eventos aqui em Pernambuco né, e eu tive a oportunidade de conhecer a lei no começo né, quando ela estava sendo ainda discutida, essa lei já era uma demanda do movimento de mulheres, e a Maria da Penha, esse nome devido a toda a história da Maria da Penha, de tentativas de assassinato que a Maria da Penha passou né, e de sobrevivência de resistência, então o nome, é um nome que não fala só da violência, mas também da resistência, da vontade de viver, ela representa tudo isso né, para as mulheres, do que se refere ao direito pela vida, então essa lei é uma lei importante, é um marco pro movimento de mulheres, é um marco pro Brasil, para as políticas públicas, para as mulheres, e é importante, indispensável, e merece cada vez mais ser aprimorada, para que a gente garanta a vida plena e o bem viver das mulheres, especialmente as mulheres negras” (Itanacy, 2021).

Itanacy diz do aprimoramento da lei, de um cenário anterior e não ao objetivo mais

amplo da erradicação da violência contra as mulheres. Cabe aqui ressaltar que em todas as falas é possível identificar a importância da Lei Maria da Penha para as mulheres no Brasil, sejam elas mulheres negras, brancas, cis, trans, heterossexuais, lésbicas ou bissexuais, que a lei é fruto da luta do movimento de mulheres e uma conquista. Ao longo dos seus dezesseis anos, já houve muitos avanços e é explícito que essa luta não cabe somente a nós mulheres, mas também a sociedade como um todo. Para que a Lei Maria da Penha tenha o alcance na vida real como de fato tem no papel é preciso colocar em prática a descolonização dos conhecimentos e que a interseccionalidade comece a se efetuar dentro do sistema jurídico.

Nesse sentido, na luta por políticas públicas que versem sobre a segurança das mulheres no Brasil, os movimentos de mulheres feministas e de mulheres feministas negras organizadas em ONGs têm um papel primordial, o de caminharem juntas, posto que fica literal que são esses os movimentos que vêm levando a pauta quando não temos investimento do governo federal. Como nos aponta hooks (2020), “Mulheres liberacionistas, brancas e negras, sempre estarão em desacordo, enquanto nossa ideia de libertação for baseada em ter o poder que homens brancos têm, uma vez que esse poder nega unidade, nega conexões em comum e é, por natureza, uma força que divide.”

5.4 CONSTRUÇÃO DA AUTOIMAGEM DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Nossas referências simbólicas são figuras femininas múltiplas e bem mais complexas, guerreiras, rainhas, caçadoras, matriarcas, feiticeiras, figuras femininas que não foram domesticadas e cujas histórias não terminam com príncipes encantados, mas com mulheres que empunham espadas (Gonzaga, 2019, p.304).

O tema é tão caro ao feminismo negro que me encontro reflexiva sobre como iniciar a análise da construção da autoimagem das mulheres negras no Brasil, começando por mim, relembro os dias de infância, do tratamento diferente na brincadeira na rua ou os olhares nas casas de amiguinhas brancas, da sensação de desconforto na escola desde o pré, da sensação de que algo dizia que não era para eu estar ali, do abandono na quadrilha quando meu parceiro de dança não apareceu, da pressão para desfilarmos no sete de setembro caracterizada como pessoa escravizada e dos olhares no desfile para a princesa Isabel, de fazer xixi na carteira na sala de aula até a quarta série por medo de pedir para usar o banheiro, das imagens nos livros de história que nos representavam sempre com imagens pejorativas. Onde encontrar a razão de tudo isso na teoria? Recordo-me de voltar chorando da quadrilha que não dancei e minha mãe sem nunca ter ouvido falar de feminismo me falar “Lave esse rosto, pare de chorar, troque de roupa e volte

para aproveitar a festa”, me dando uns trocados para as guloseimas da festa junina da escola. Até então eu não sabia que minha mãe, que foi doméstica, lavadeira, cozinheira e costureira, trazia em si a autodefinição e autovalorização enquanto mulher negra. Decidi iniciar com essas recordações porque a construção dessa autoimagem para mulheres negras começa na infância, é atravessada pelo lugar que crescemos, pela família, pela escola e pela mídia.

Hooks (2020) nos aponta os horrores que mulheres negras africanas passaram para chegarem a seus destinos nas travessias dos navios negreiros e é possível, a partir de então, refazer o caminho que levou à reconstrução dessa imagem nos dias de hoje.

A quantidade de mulheres que morreram durante o parto ou o número de natimortos jamais será conhecido. Mulheres negras com crianças a bordo de navios negreiros eram ridicularizadas, menosprezadas e tratadas com desprezo pela tripulação de escravizadores. Com frequência, os escravizadores violentavam crianças para assistir ao sofrimento da mãe (p.42).

No Brasil, como retrata Lélia Gonzalez (2020), as mulheres negras brasileiras apesardeterem passado por todas as formas de abusos e absurdos por parte dos senhores de engenho, capitães do mato e traficantes de escravos ocupando os lugares de mucama ou escravas de eito, tiveram um papel ativo na luta anti escravista, como Luísa Mahin na Revolta dos Malês que ocorreu em Salvador em 1835, que descoberta foi enviada de volta à África. Ainda segundo Lélia a mulher negra brasileira é vista a partir de dois tipos de representação: a mulata tipo exportação que diz da hipersexualização de nossos corpos e a empregada doméstica que diz da desvalorização do nosso intelecto para ocupar cargos institucionais (p.59,2020), essa mesmo que tenha mestrado ou doutorado ainda assim será diminuída em algum momento da vida pelo racismo. Segundo Cida Bento (2022, p. 80), o universo das trabalhadoras domésticas é o que mais emprega no Brasil, e em 2018 eram 6,2 milhões de pessoas nesse trabalho, entre jardineiros, motoristas, babás, diaristas, e deste montante 68% eram mulheres negras (IPEA, 2019), ou seja, a branquitude brasileira ainda vê a mulher negra como sua mucama de outrora. Vale aqui ressaltar que os olhares que recebia na infância não mudaram, andando em um bairro nobre em Belo Horizonte os olhares ainda são os mesmos.

O lugar e o trabalho destinado a nós mulheres negras no Brasil foram os subempregos, e mesmo com o desenvolvimento e industrialização os cargos sejam na indústria têxtil e alimentícia favoreciam as mulheres brancas ou as negras de pele clara e não as negras retintas. A seleção racial ainda se mantém, enquanto mulher negra e psicóloga ainda presencio esses fatos quando envio currículo sem foto e vejo a surpresa ao me verem nas entrevistas. Falar de ser mulher e negra no Brasil me leva novamente à reflexão da tripla

opressão, sendo que o racismo e o sexismo nos deixam sempre na base da pirâmide social. As falas se completam quanto à construção da autoimagem das mulheres negras no Brasil. Nesse sentido, Cintia e Itanacy trazem a questão da mulata Sargentelli ou da empregada doméstica, assim como nos aponta Lélia Gonzalez e Cida Bento:

Ah, nós tivemos já uma imagem construída muito negativa, ou da mulata, ou da empregada doméstica, tinha uma outra mulata do Sargentelli, você é muito nova e não vai lembrar disso, mas acho que a expressão você já deve ter lido em algum lugar. Como os meios de comunicação, eles se democratizaram, sobretudo nos últimos dez, quinze anos, nós temos acesso, a outras imagens de mulheres, sobre tudo por meio das redes sociais, e as mídias tradicionais, algumas delas perceberam que o povo negro também é um segmento que gera dinheiro, e nessa perspectiva do capitalismo, o corponegro tem aparecido em alguns espaços de forma mais positiva, mas sempre ligado ao capitalismo, a gente tem por exemplo o nosso casal ícone aqui, o Lázaro e a Thaís, mas qual família negra pode chegar aos pés da vida que eles têm? Não chega, não chega. Nós temos alguns ícones, mais ícones inatingíveis” (Cintia, 2021).

No exposto na fala de Cintia, fica nítido como essa construção negativa das mulheres negras ficou registrado em sua memória e na influência da televisão, em especial da Rede Globo, que aparece várias vezes, mesmo estando cada interlocutora em uma região diferente do Brasil. Aparece sempre a representação da jornalista Maju³⁹ ou de Taís Araújo⁴⁰ e Lázaro Ramos como o casal preto da TV, os ícones inatingíveis. Há o lado bom e lado ruim no que diz respeito à mídia, a verdade de que a realidade da televisão não é a realidade da grande população negra no país e a representatividade que também tem seu lugar quando temos 56% de pessoas negras no Brasil. No entanto, Cinthia nos traz o exemplo de seu marido senegalês ao interpretar a tevê brasileira, do modo como alguém que não foi “acostumado” ao racismo à brasileira ainda mantém o estranhamento de ver que na televisão não se retrata o Brasil que a pessoa conhece no cotidiano.

Ele ficava pulando de canal, em canal, tentando encontrar um canal brasileiro, porque ele achava que aqueles canais eram canais portugueses, porque ele não via na televisão as pessoas que ele via na rua, aí ele falou assim, “Mas qual que é o canal brasileiro?”, depois ele descobriu que era brasileiro, mas um Brasil que não pertencia a nós” (Cintia, 2021).

³⁹ Maria Júlia dos Santos Coutinho Moura, conhecida como Maju Coutinho, é uma jornalista, apresentadora, comentarista, radialista e repórter brasileira. Desde 21 de novembro de 2021, é apresentadora do Fantástico.

⁴⁰ Taís Bianca Gama de Araújo Ramos é uma atriz e apresentadora brasileira. Considerada uma das grandes atrizes brasileiras por sua versatilidade em interpretar personagens cômicos e dramáticos.

Tem uma Maju hoje na televisão abrindo um jornal nacional, a quantidade de crianças que vão pra frente do espelho e fica imitando ela, então olhar e dizer assim “Eu posso chegar aí né”, então é uma luta, isso foi uma vitória desse movimento de mulheres negras, para que essa imagem da Mulata Sargentelli da negra pra fornicar, branca pra casar ... de sempre mostrar nossos corpos nus, seja ele sendo violado, seja ele no processo histórico quando a gente está acorrentada, não, é quebrando essas correntes mostrando a luta de antes, a luta de agora e a luta continua por vir, se necessário for” (Itanacy, 2021).

Itanacy e Cristiane afirmam a potência dessa representação para as crianças, sendo Itanacy uma mulher de 49 anos em 2021, Cristiane sendo uma mulher negra de 37 anos em 2021 e eu uma mulher negra de 41 anos em 2021, que crescemos sem essas referências. É possível refletir sobre a palavra empoderamento para além da estética, como nos aponta Joice Berth⁴¹, que define que as propriedades da palavra são quatro: “São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar e a econômica (capacidade de gerar renda) (Berth, 2018, p.35).

Eu consigo ver mais representatividade, ainda aos poucos, ainda quero ver mais, ainda quero muitas rupturas, mas eu acho que começou um movimento de empoderamento pelo cabelo né, que é a nossa cabeça que é o Ori, onde tá tudo e a partir daí eu sinto que houve um crescimento dessa autoestima de olhar como somos belas. Na minha geração eu tive uma, se não me engano, no máximo duas bonecas negras, eu sempre gostei muito de boneca, muito, mas eu só tinha bonecas brancas e meu sonho era ser paqueta, então assim dentre essa vivência em que a gente vê hoje, com os meus sobrinhos e afilhados eu consigo acreditar que é um processo de avanço assim bem legal (Cristiane, 2021).

Cristiane apresenta fortemente a questão da representatividade e a palavra empoderamento aparece. Intelectuais negras, como Davis (2019)⁴² e hooks (1994), pensam o empoderamento seja pelo desenvolvimento de mulheres negras em suas comunidades seja por uma educação transformadora e interseccional. O processo coletivo de mulheres negras em uma autodefinição que ultrapasse a definição que nos é imposta pela branquitude vem de outros tempos, quando havia a luta e a resistências de mulheres negras em tempos de escravidão nas plantações, na luta para manterem seus terreiros. Esse processo ganha uma visibilidade

⁴¹ Joice Berth é uma feminista negra que se formou em arquitetura e urbanismo, é escritora e feminista, curadora e psicanalista. Cria conteúdo para as redes sociais e plataformas como a Revista “Elle Brasil” e o “Portal Terra”, sobre temas de conscientização de questões sociais, desigualdades e saúde mental.

⁴² Angela Yvonne Davis é uma professora e filósofa socialista estadunidense que alcançou notoriedade mundial na década de 1970 como integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos, dos Panteras Negras, por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos.

diferente nos últimos anos no Brasil, a partir da tradução de obras de feministas negras, como Patrícia Hill Collins, Angela Davis, Audre Lorde, Grada Kilomba, assim como a popularização do feminismo negro a partir da filósofa Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Sueli Carneiro, entre outras, e não somente, mas também como nos aponta hooks, através de relações de afeto e de amor: “Começar por sempre pensar no amor como uma ação, em vez de um sentimento, é uma forma de fazer com que qualquer um que use a palavra dessa maneira automaticamente assuma responsabilidade e comprometimento” (hooks, 2020, p.50), falo da ação do autoamor, de responsabilidade e comprometimento da gente pra gente mesmo, como diria Rincon Sapien, em sua música Ponta de Lança, de 2017: “Faço questão de botar no meu texto que pretas e pretos estão se amando”.

No entanto, sigo problematizando a vivência da construção da autoimagem de mulheres negras cis, de acordo com a fala de Gisella:

“É de que olhar pra traz né, sei lá, 30, 40 anos e até hoje, houve avanços, acredito que avanços ainda virão e muito desses avanços é muito dado e precisa ser muito reconhecido a partir das cotas raciais que é ocupação da população negra dentro das universidades, isso já tá posto, porque não é que o povo preto precisa de ajuda não, é um reconhecimento histórico, eu preciso acreditar também que a partir do decreto do nome social em 2016 as universidades também passarão a ser ocupadas por pessoas trans e de lá pra cá esse número tem crescido, então preciso acreditar que a partir desses avanços, e que as pessoas que discorrem da heteronormatividade, cis gênero e branca, então pessoas pretas, mulheres, mulheres trans pretas, tendem a ocupar e ter conhecimento pra discutir com os seus algozes no mesmo tom, no mesmo tom acadêmico que isso também faz uma diferença, então eu preciso acreditar que sim” (Gisella, 2021).

Nessa fala de Gisella há a tensão entre o otimismo de acreditar em avanços já conquistados e na importância da entrada na academia para as ditas minorias. Importante como ela relaciona as ações afirmativas de cotas raciais nas universidades às cotas para pessoas trans nas universidades, trabalhando o termo de interseccionalidade, pois são as opressões do racismo, de gênero e da transfobia que impedem a chegada de mulheres trans negras a esse espaço. Jaqueline Gomes de Jesus, tendo sido a primeira mulher trans negra a terminar o doutorado na UNB, assim como Gisella, aposta na transformação através da educação:

O que é ser mulher trans negra depende de cada uma. Ser Jaqueline é ser uma mulher trans negra que acredita muito nas pessoas, acredita no poder do conhecimento. Só a educação que vai fortalecer as pessoas discriminadas. Eu luto por isso. Eu sigo lutando como professora para que a gente busque uma conscientização, para que nos colocamos no lugar do outro e

entendermos que diversos somos todos” (Jesus, 2019, s.p).

O relato de Gisella demonstra como o ideal da mulher branca restringe espaços para mulheres negras. Adrian traz essa reflexão de um outro lugar:

Eu acho que vem mudando, pouco, mas vem mudando. Porque até mesmo quando você leva pra, pelo menos eles tentam né dar uma representatividade dentro dessas grandes mídias, levando mulheres pretas enfim, exaltando a beleza das mulheres negras, mas ainda são corpos que têm a sua passabilidade, por exemplo não são corpos de mulheres pretas e gordas que é um lugar da onde eu falo e que em geral são desumanizadas ou então faladas como não femininas né! Então existe uma tentativa de mudança, mas ainda assim eles vão escolher pra essa imagem corpos que existem uma passabilidade dentro desse sentido mais padronizado de beleza, por mais que a beleza negra não seja um padrão, eles sempre vão encontrar algum ponto de passabilidade (Adrian, 2022).

Essa marca que o machismo impõe a mulheres brancas sobre o corpo perfeito não exclui as mulheres negras da exposição massiva de um corpo magro, que performe uma feminilidade que é imposta às meninas e mulheres desde antes do nascimento e ao longo da vida, que outrora nunca foi a feminilidade vista nas mulheres negras, posto que somos hipersexualizadas e tomadas como mulheres fortes, como já vimos ao longo desta pesquisa. Adrian diz da busca pela mídia pela construção de um padrão da mulher negra, que na verdade chega a copiar o ideal da mulher branca. O ponto de convergência que Adrian denota é que essas mulheres são sempre magras.

Faz-se necessária a reflexão de para quem esses corpos são construídos, sendo a grande mídia controlada por pessoas brancas, sendo a mídia capitalista e que tem no inconsciente a construção da feminilidade burguesa branca da qual as mulheres negras foram excluídas, como nos aponta Lugones: “por una descripción clara de la percepción dominante estereotipada de las mujeres Negras como sexualmente agresivas y del origen de este estereotipo en la esclavitud” (2008, p.24). Como a “força” atrelada às mulheres negras impacta a forma como nos vemos cotidianamente? Paula aponta que “questionar o modelo de feminilidade muitas vezes nos impõe a ideia de que não podemos fraquejar ou pedir ajuda, já que nunca nos jogaram toalhas sobre os buracos ou nos carregaram os pesos” (2019, p.306). Da mesma forma que Adrian coloca a mídia em xeque, Benilda diz da trajetória de vida e dessa mídia:

Hoje tem uma afirmação da identidade enquanto estratégia política, aquilo que Neusa Santos vai dizer, a gente não nasce negro, a gente torna-se negro, é quando você assume essa identidade, valoriza a sua história, a sua ancestralidade. Eu costumo falar que se a maior armadilha do racismo é a negação da nossa identidade, a melhor estratégia de enfrentamento

ao racismo é a afirmação da nossa identidade, então afirmar a nossa identidade, seu cabelo, o que é essa trança branca, ninguém olha pra você? (Refere-se ao meu cabelo). Audre Lorde vai falar que, ao afirmarmos né, ela vai dizer que, “Não existe uma hierarquia de opressões”, então Benilda, lésbica, negra de candomblé, quanto mais identidades eu afirmo, mais vulnerável eu estou, mas ela também vai dizer que, “O silêncio, não vai nos salvar”, eu também me empodero ao afirmar as minhas identidades. A mídia vai ter que ressignificar porque se não a gente vai desligar, o mercado consumidor entendeu isso muito antes das políticas públicas, então eles descobriram que a gente gosta do nosso cabelo, eles correram e foram fazer xampu pronosso cabelo, ah então é melanina que tem aqui, a minha pele quer ser hidratada, corre e faz um creme, nós somos belas a gente quer um batom que combine, corre e faz o batom, uma meia da cor da pele nossa, corre e faz a meia da cor da pele, o mercado consumidor fez isso por dinheiro, por lucro, as políticas públicas não, porque nas políticas públicas significa acesso (Benilda, 2021).

Nesse sentido, Benilda apresenta essa afirmação da identidade enquanto estratégia política, se sentir bonita, trabalhar a autoestima, se sentir pertencente, tudo isso pode ser considerado uma nova forma de autodefinição, e vejo essa transformação se estruturando com a afirmação de um cabelo black, a afirmação da religiosidade de matriz africana, de realizar pesquisas das pautas da negritude nas universidades, com lançamento de escritoras e editoras negras, com o fortalecimento de mulheres negras por e para mulheres negras. Vivendo em um sistema capitalista, a imagem da mulher negra também é capturada. Importante como Benilda traz a relação da mídia que se adequa a um público consumidor e nós não estamos fora dele. Lembro-me de caminhar pelas ruas de uma cidade do interior de Minas Gerais e receber um panfleto de uma loja de aluguel de vestidos de noiva com uma noiva negra no panfleto, isso diz de um mercado que não era feito para nós, aliás mulheres negras são as que menos se casam no Brasil, se adequando e dizendo de uma possibilidade. Por outro lado, as políticas públicas não se adequam e seguem invisibilizando mulheres negras, posto que, como Benilda nos aponta, se adequar para as políticas públicas significa acesso, ou seja, gastos e não lucro como é o caso das empresas. E pelo que vemos nos últimos anos, o governo não tem intenção nenhuma em gastos com as pautas das mulheres no geral no Brasil, quiçá pensará em gastos para trabalhar positivamente a imagem e a inserção de mulheres negras na sociedade brasileira.

A construção da autoimagem das mulheres negras tem um longo percurso e é atravessado pela imagem criada pela branquitude sobre o imaginário do que seja a mulher negra. No entanto, essas imagens vêm mudando e, como nos aponta as interlocutoras, por muitos motivos, seja ela por uma mudança que vem dos coletivos de mulheres negras, seja ela

pela inserção das mulheres negras em espaços políticos nas universidades, seja ela pelo lucro por parte do capitalismo, seja pela estratégia de autoamor e autocuidado. É preciso perceber que a imagem construída pela mídia para a mulher negra não é a imagem real que as mulheres negras têm construído para si mesmas ou pelo menos não deveria ser, pois as opressões do capitalismo, do sexismo e do racismo nos separam do ideal de feminilidade europeu e que se configura no Brasil.

Mulheres negras que foram forçadas no açoite, no estupro, na força, nas várias formas de violências e abusos. Os tempos de escravidão ainda ressoam em nós e, dessa forma, destaco a necessidade do feminismo negro como uma teoria, um pensamento e uma prática de libertação, que possa nos auxiliar, como aponta hooks (2019), no processo de autorrecuperação, compartilhando conhecimento com nossas irmãs, construindo solidariedade política, transformando o eu, a comunidade e a sociedade como um todo.

6 CONSIDERAÇÕES SEM FINAIS

No meu caminho por esta dissertação tive ao meu lado mulheres negras organizadas em movimentos, no intuito de analisar as várias formas de violência e o aumento do feminicídio de mulheres negras nos últimos anos no Brasil, além de discutir os limites raciais da Lei Maria da Penha, assim como as formas de legitimação que perpetuam as violências contra mulheres negras no Brasil. A busca por equidade de direitos das mulheres negras é uma luta historicamente subjugada e que nem sempre pode contar com a parceria de mulheres brancas.

O apagamento das mortes de mulheres negras e as várias formas de violência por que passamos e os enfrentamentos que o movimento de mulheres negras organizadas têm feito guiaram a análise desta pesquisa, por intermédio do conceito de interseccionalidade e do feminismo negro. Os objetivos específicos foram: refletir com as mulheres negras ativistas sobre os fatores que produzem a aniquilação de corpos femininos negros na atualidade e os modos de atuação perante eles; compreender como o movimento de mulheres negras veem a rede de proteção às mulheres no Brasil; conhecer como constroem frentes de ações de enfrentamento a violências contra as mulheres negras e se essas conversam entre si; compreender os impactos da construção da autoimagem das mulheres negras no Brasil.

Diversos incômodos me conduziram à pesquisa, tais como a posição do lugar do outro do outro das mulheres negras, o aniquilamento de nossas subjetividades, a tripla opressão que nos assola diariamente, o racismo, o sexismo e o classismo. Essas opressões vêm se agravando ao longo dos anos, sem que as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil, em específico a Lei Maria da Penha, atentem-se para a interseccionalidade na execução da política.

A metodologia escolhida foi de diálogos com sete mulheres negras de diferentes regiões do Brasil. Elas falaram a partir de cidades diferentes, mais especificamente de Belo Horizonte, Curitiba, Dourados, Recife, Niterói e Macapá. Cabe destacar que os diálogos foram pensados desde o início da pesquisa pela modalidade das TCIs, por ser uma pesquisa de âmbito nacional. Houve marcação e remarcação com algumas interlocutoras, assim como desistência de uma participante, por pensar que não poderia contribuir com a temática. Além disso, o contato com as participantes também foi viabilizado por intermédio da indicação de um grupo de whatsAap de mulheres lésbicas e bissexuais organizadas nacionalmente, denominado “Rede Lesbi Brasil”. A metodologia do diálogo aposta na tradição da oralidade como ponto de convergência e construção coletiva, em que pesquisadora e enunciadoras compartilham a experiência de sermos mulheres negras ativistas no Brasil.

Orientada pela base do feminismo negro e pelo conceito feminista negro de interseccionalidade, abordamos teoricamente o feminicídio e as várias formas de violência contra as mulheres negras, a solidão para além do campo afetivo, trabalhando interseccionalmente mulheres negras ativistas cis, trans, heterossexuais, lésbicas e/ou bissexuais. A princípio, orientação sexual e identidade de gênero não eram pontos marcados como objetivos da pesquisa. No entanto, essas abordagens foram incorporadas ao texto a partir do caminhar das narrativas dos primeiros diálogos e mediante a inserção do debate com as mulheres trans negras dentro dos movimentos de mulheres negras organizadas por Heliana Hemetério. A importância dessa abordagem reside na necessidade de problematizar e refletir sobre o quanto o feminismo negro precisa avançar na pauta, enxergando a multiplicidade das mulheres negras múltiplas. Afinal, não é possível que um grupo oprimido seja capaz de oprimir; é preciso refletir sobre a “identificação com o colonizador”, como nos aponta Hill Collis (2020). Precisamos entender o lugar de debate e de fala, como discorre Djamila Ribeiro (2020), não somente como o ato de falar, mas como o ato de existir.

As participantes mais jovens trouxeram suas experiências em coletivos estudantis e marcam o período universitário como o de maior descoberta em relação à própria negritude. Assim como eu, algumas encontram-se envolvidas em mestrados, cujas temáticas raciais falam das violências que ainda passam dentro dos espaços acadêmicos. Destaco, aqui, mais uma análise importante desta pesquisa: a relevância do movimento estudantil e dos coletivos negros na formação de mulheres negras, pois foram nesses espaços que tive meu primeiro contato com mulheres feministas e com o feminismo negro. Foi na universidade que compreendi o sentido da palavra aquilombamento, pois nas duas únicas semanas de aula presenciais que tive no mestrado, eu, Simone e Polliana, alunas negras com a mesma orientadora, Lisandra Moreira, só andamos juntas nos fortalecendo dentro do espaço embranquecido que é a universidade. Fica aqui a reflexão acerca da valorização desses espaços coletivos de fortalecimento e formação, pois como nos aponta Karina Santos⁴³ em sua dissertação intitulada “Tudo que nós tem é nós: continuidades históricas do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras nas resistências coletivas ao epistemicídio na UFMG 2021”, “nas suas vivências e afrografias na universidade, os coletivos mobilizam e constroem formas de conhecimento que possibilitam não somente sobreviver nesse espaço, mas viver de um modo potente, com alegria e consciência de sua força e importância para transformar trajetórias acadêmicas e a história da própria universidade (Santos, 2021, p.185).

^{4 3} Psicóloga na prefeitura de Belo Horizonte, mestra em psicologia social pela UFMG, integra projetos que visam fortalecer as ações afirmativas, igualdade racial e de gênero.

As interlocutoras mais velhas trouxeram a bagagem de anos de militância e trabalho em várias ONGs e movimentos sociais em nível nacional, oportunizando o resgate histórico do movimento de mulheres negras no Brasil. A título de exemplificação, é oportuno ressaltar a contribuição de Heliana Hemetério, que participou do primeiro diálogo gravado, atuando ativamente na criação de todo esse movimento que vemos hoje, tendo conhecido Lélia Gonzalez, trabalhando, ainda hoje, ativamente dentro dos movimentos nacionais, como a ABGLT, ABMN, Rede Lesbi, entre outros. Benilda, por sua vez, expôs seu longo caminho na construção de políticas públicas para mulheres negras nos vários equipamentos institucionais e ONGs pelos quais passou e acerca dos lugares que ainda ocupa. Nesse contexto, é possível afirmar que umas das conclusões desta dissertação refere-se à importância da oralidade para mulheres negras, pois foi através das narrativas das mulheres mais velhas que adquiro o conhecimento, que pratico a máxima do Ubuntu, por meio de suas palavras posso olhar para trás e aprender com as mais velhas, tanto estratégias de enfrentamento à violência contra mulheres negras quanto compreender como elas vêm acessando a rede de proteção às mulheres.

As interlocutoras trazem em suas narrativas a importância da Lei Maria da Penha e como é necessária a luta por políticas públicas que versem sobre a segurança das mulheres no Brasil. Recordo-me, na qualificação, ter sido interpelada de por que queria dialogar com mulheres negras de movimentos sociais. Nesse sentido, outro ponto de análise valioso desta dissertação reside no fato de que os movimentos de mulheres feministas e de mulheres feministas negras organizadas em ONGs têm um papel primordial na construção ativa de políticas para mulheres, haja vista que fica literal que são esses movimentos que vêm conduzindo a pauta de reivindicações, quando não temos investimento do governo federal.

A implicação do feminismo branco hegemônico em discutir os privilégios da branquitude de forma com que se comprometam com a construção de estratégias de enfrentamento ao feminicídio e as várias formas de violências contra mulheres negras ainda não é uma realidade palpável em grande escala. Isso se configura pelas várias formas de racismo intrínsecas na população brasileira.

No entanto, um ponto interessante é a construção do debate acerca de um dos grandes dilemas para o feminismo negro que debate direitos humanos e encarceramento, que é pensar de forma crítica o eixo penal da lei e tentar fortalecer os eixos de proteção e de educação. Podemos destacar que esse tema, por si só, daria para escrever outra dissertação.

Por fim, gostaria de destacar que esta dissertação não seria possível sem a colaboração e generosidade das interlocutoras, que mesmo em meio ao caos da Pandemia da Covid-19, dos

afazeres de seus trabalhos institucionais, estudos e militância, tiraram um tempo para esses diálogos, reforçando a importância da continuação das pesquisas acadêmicas em tempos tão difíceis. Nessa perspectiva, como nos aponta Lélia Gonzalez,

A produção científica dos negros e negras desses países do nosso continente tem a caracterização pelo avanço, autonomia, inovação, diversificação e credibilidade nacional e internacional; o que nos remete a um espírito de profunda determinação, dados os obstáculos impostos pelo racismo (Gonzalez, 2020, p. 132).

Esta dissertação reforça a importância do movimento de mulheres negras, pois como nos disse Benilda (2021), *“Se não fosse esse movimento eu não estaria aqui, se não fosse minha avó Benigna, minha mãe Zaíra, eu não estaria aqui de jeito nenhum, e o movimento de mulheres negras que me deu e me dá compasso”*. Se não fosse minha mãe Maria de Fátima, se não fosse a luta das que vieram antes de mim eu não estaria aqui; temos a régua e o compasso. A partir das análises aqui produzidas, espero contribuir para as reflexões dentro da Psicologia Social acerca da relevância do feminismo negro e da interseccionalidade enquanto teorias que têm muito a contribuir para as construções de políticas públicas de segurança para as mulheres, em especial mulheres negras. Compactuando com a fala de Conceição Evaristo, por muitos momentos a leitura desta dissertação incomoda, sendo esse mesmo o intuito, tendo em vista que minha escrita, enquanto mulher negra, parte do princípio de que *“Nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos”* (Evaristo, 2017, s.p).

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil (2020). Brasil tem mais de 773 mil encarcerados, maioria de regime fechado. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-02/brasil-tem-mais-de-773-mil-e-ncarcerados-maioria-no-regime-fechado>
- Akotirene, C. (2019). *O que é Interseccionalidade? O que é racismo estrutural?* Letramento.
- Alves, M.V (2015). *O Movimento da Mulher Negra Brasileira: História, Tendência e Dilemas Contemporâneos*. <https://www.geledes.org.br/o-movimento-da-mulher-negra-brasileira-historia-tendencia-e-dilemas-contemporaneos/> Beauvoir, S. (1967). *O segundo sexo*. Difusão Europeia do Livro.
- Beauvoir, S. (1970). *O segundo sexo*. (4a ed). Difusão Europeia do Livro.
- Bento, C. (2020). Entrevista Branquitude: o pacto narcísico da branquitude, Dra e pesquisadora Cida Bento. <https://globoplay.globo.com/v/9081632/programa/>
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia de Letras. Berth, J. (2018). *O que é empoderamento?* Letramento.
- Brasil registra um caso de feminicídio a cada 6 horas e meia. (2021). *Correio Braziliense*. <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/07/4937873-brasil-registra-um-ca-so-de-femicidio-a-cada-6-horas-e-meia.html>
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível deluto?* Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2020). De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?. *El País*. <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>.
- Cardoso, C. P. (2014). Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista de Estudos Feministas*, 22(3), 320. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757/28579>.
- Carneiro, S. (1995). Gênero, raça e ascensão social. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 544-552. <https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2015/05/G%C3%AAnero-ra%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>.
- Carneiro, S.P. (2019). *A ciência e o racismo no Brasil*. Apresentação no Instituto Serrapilheira. Disponível em: [https://serrapilheira.org/sueli-carneiro-a-ciencia-e-o-racismo-no-brasil/Carone, I., & Bento, M. \(2020\). *Psicologia Social do Racismo*. Editora Vozes.](https://serrapilheira.org/sueli-carneiro-a-ciencia-e-o-racismo-no-brasil/Carone,I.,&Bento,M.(2020).PsicologiaSocialdoRacismo.EditoraVozes.)
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro*. Boitempo.
- Conselho Estadual da Condição Feminina – São Paulo (s.d). https://justica.sp.gov.br/index.php/conselhos/condicao_feminina/
- Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Resolução nº11 de 2018*. <https://site.cfp.org.br/wp->

content/uploads/2018/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-11-DE-11-DE-MAIO-DE-2018.pdf

Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Resolução nº de 2020*. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19?origin=instituicao&q=04/2020>

Costa, A. A. A. (2015). O movimento feminista no Brasil. *Revista Gênero*, 5(2). <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380/285>.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, 10(1), 171-189. <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>.

Cunha, V.; Francisco, C.R., & Moreira, L.E. (2021). A produção do conhecimento em psicologia a partir das experiências de mulheres negras diaspóricas. *Quaderns de psicologia*, 23(03). <https://quadernsdepsicologia.cat/v1771-pdf-pt>

Davis, A. Y. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. Boitempo.

Diniz, D. (2014). *Radiografia dos homicídios por violência doméstica contra a mulher no Distrito Federal*. http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:iXI_HqsDhAJ:cpu007783.ba.gov.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/relatorios_dados_pesuisas_estatisticas/pesquisa_anis_radiografia_homicidios_violencia_do_mestica.pdf+&cd=10&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br.

El femicidio, la masacre cotidiana en Iberoamérica, Iberoamérica Social. (2020). *Revista Red Estudios Solicales*,8(15).

Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. (2019). *IBGE*. <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos.html>

Flauzina, A. L. P., (2016). O feminicídio e os embates das trincheiras feministas.

Gonçalves, J. (2019). Narrativas de liberdade: o grito insurgente de mulheres negras. In: Santana, B. (2019). *Vozes Insurgentes de mulheres negras do século XVIII à primeira década do século XXI*. Fundação Rosa Luxemburgo.

Gonzaga, P. R. B. (2019). "A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo": produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),MG.

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro latino americano*. Zahar.

Henriques, C. S. (2017). Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. *O Social em Questão*, 37(20). http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_37_art_8_Henriques.pdf

Hooks, B. (2019). *E eu não sou uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo*. Rosa dos tempos.

Hooks, B. (2019). *Erguer a voz pensar como feminista, pensar como negra*. Elefante.

Hooks, B. (2019). *Olhares negros raça e representação*. Elefante. Hurston, Z. N. (2002). *Seus Olhos Viam Deus*. Recorde.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). *Censo Agro 2017 IBGE*. <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25518-mesmo-c-om-lei-maria-da-penha-somente-2-4-dos-municipios-oferecem-casas-abrigo.html>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). *Atlas da Violência 2019*. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Atlas da Violência 2020*. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 (2003, 09 de janeiro). Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro- Brasileira", e dá outras providências. Presidência da República. http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf

Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014. (2014, 09 de junho). Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm

Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. (2015, 09 de março). Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. lei defeminicídio 13.104/15. Acesso em 08. 02.2021

Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. (2006, 07 de agosto). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

- Lorde, A. (2019). *Irmã Outsider*. Autêntica. Lorde, A. (2020). *Sou sua irmã*. Ubu.
- Lugones, M. (2008). *Coloniality e Género*. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200006&script=sci_abstract&lng=pt
- Mãe, negra e lésbica: assassinato de Luana Barbosa permanece impune após três anos. (2019). *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/13/mae-negra-e-periferica-assassinato-de-luana-barbosa-permanece-impune-apos-tres-anos/>
- Mapa do Encarceramento aponta: maioria da população carcerária é negra. (2015). Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/junho/mapa-do-encarceramento-aponta-maioria-da-populacao-carceraria-e-negra-1
- Minella, L. S. (2013). Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? 40. 95-140. *Cadernos Pagu*, (40), 95-140. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332013000100003&lng=en&nrm=isso.
- Moreira, L. (2018). Por quem nos comovemos? Reflexões sobre nossos enquadramentos bélicos. *Psicologia e Sociedade*, 30.
- Moreira, L.E; Alves, J.S; Oliveira, R.G; & Natividade, C. (2020). Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico e político sobre a casa e a guerra. *Psicologia e sociedade*, 32. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/93BpjQdGtPs9Lxs9SCSWWhkr/?lang=pt>
- Mulher, solo e pobre. Por que a maioria das mães solo brasileiras vivem abaixo da linha da pobreza? <https://azmina.com.br/reportagens/por-que-a-maioria-das-maes-solo-brasileiras-vive-abaixo-da-pobreza/>
- Mulheres Negras Estão 50% mais Suscetíveis ao Desemprego, segundo IPEA. (2018). *IBGE*. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/mulheres-negras-estao-50-mais-suscetiveis-ao-desemprego-segundo-ipea.shtml>
- Nascimento, Letícia. (2021). *Transfeminismo*. Feminismos Plurais.
- Narvaz, M. G.; Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em estudo*, 11(3), 647-654. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S141373722006000300021&lng=en&nrm=iso&lng=pt.
- Não sou uma mulher? Mulheres negras, gente ou bicho? (2018). *Geledés*. <https://www.geledes.org.br/nao-sou-uma-mulher-mulheres-negras-gente-ou-bicho/> Pacheco, A.
- C. L. (2013). *Mulher Negra: Afetividade e Solidão*. EDUFBA.
- Pina, R. & Ribeiro, R. (2020). *Nas maternidades a dor também tem cor*. <https://apublica.org/2020/03/nas-maternidades-a-dor-tambem-tem-cor/>
- Pesquisa mostra que raça é fator predominante na escolha de parceiros em 2012. (2012). *Empresa Brasileira de Comunicação*. <https://memoria.ebc.com.br/2012/10/pesquisa-mostra-que-raca-e-fator-predominante-na-escolha-de-parceiros-conjugais>

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. (2022). *Orientações para elaboração de citações e referências: conforme a American Psychological Association (APA) 7ª edição*. Sistema Integrado de Bibliotecas. www.pucminas.br/biblioteca

Primeira trans a entrar para o Doutorado na UNB narra sua trajetória. (2019). *Correio Braziliense*.

www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/11/30/interna_cidadesdf.810364/primeira-trans-a-entrar-para-o-doutorado-na-unb-narra-sua-trajetoria.shtml

Racismo, miscigenação e casamentos interracialis no Brasil. (2013). *Geledés*. https://www.geledes.org.br/racismo-miscigenacao-e-casamentos-interraciais-no-brasil/?gclid=CjwKCAjw7J6EBhBDEiwA5UUM2qE7IM9mHsuNpNYwm7yyU4v5JYQrFyqfjpaV27kWDBWgy3KCdA3boRoCGCcQAvD_BwE

Ribeiro, D. (2014). Quando opiniões também matam. *Carta capital*. <https://www.geledes.org.br/quando-opinioes-tambem-matam/>.

Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. Feminismos Plurais.

Segato, R. L. (2013). *Feminicidio y femicidio: conceptualización y apropiación*. <http://seminariodefeminismonuestroamericano.blogspot.com/2013/05/feminicidio-y-femicidio.html>

Silva, V. R. (2018). Taxa de homicídio de mulheres negras subiu 14% na última década, enquanto de brancas caiu 8%. <http://www.generonumero.media/homicidios-mulheres-negras-violencia>

Souza, B. K. C. S. (2017). *O Conceito de Emancipação Feminina em Simone de Beauvoir: uma análise do contexto atual do Brasil* (Monografia de Graduação). Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Maranhão (MA). <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/1224/1/BrunaSouza.pdf>

STJ decide que Lei Maria da Penha se aplica a violências contra mulheres trans. (2022). *Folha Press*. https://www.casaum.org/stj-decide-que-lei-maria-da-penha-se-aplica-a-violencia-contramulheres-trans/?gclid=Cj0KCCQjwidSWBhDdARIsAIoTVb0JIm7zR9PpnHJRTZKkRYtzmWI9YPreJUmqXFIW0FI284j0X57m0QcaAp-OEALw_wcB

Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462336>

Werneck, J. (2010). Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/As Negros/As (ABPN)*, 1(1), 07-17. <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/303>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANEXO A - Carta Convite

Prezada,

Meu nome é Liliane Martins, psicóloga, especialista em direitos humanos e cidadania pelo Instituto São Tomás de Aquino e atualmente venho desenvolvendo trabalho de mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação da Prof. Dr^a Lisandra Moreira. Sendo a filha caçula de uma família negra de 5 filhos do interior de Minas Gerais, a primeira a acessar a faculdade tendo sido bolsista cotista 100% pelo Prouni e a primeira a fazer uma especialização, a primeira e única filha a ingressar em um mestrado em uma Universidade Federal, sinto a responsabilidade de fazer uma pesquisa que dialogue com os marcadores sociais de onde sou.

Essa carta é um convite a participar de pesquisa intitulada “O feminicídio tem cor: diálogos sobre feminicídio e outras formas de violências sobre a perspectiva de mulheres negras organizadas no Brasil”, que tem como objetivo analisar como as mulheres negras organizadas estão pensando a discussão do feminicídio das mulheres negras a partir das intersecções de raça, gênero e classe; assim como identificar como as mulheres interlocutoras da pesquisa constroem estratégias de resistências individuais, coletivas e políticas para as pautas que considerem importantes.

Convido vocês a me acompanharem para uma travessia que começou muito distante, tão distante que hoje, ao olharmos para trás, ainda não sabemos exatamente o que enxergamos. Porque grande parte do nosso passado foi apagado, queimado, destruído, nos tirando o direito de saber exatamente de onde viemos, nós, mulheres negras em diáspora, vindas de diversos países de África, hoje, vivendo no Brasil. Travessia que se deu em navios negreiros, entre sangue, violência, lágrimas, medo, mas que também foi feita com muita resistência e com o instinto de sobrevivência. Instinto esse que em meio a tanta tristeza e dor fazia com que as mulheres negras fizessem bonecas (abayomis) com os próprios vestidos para acalmar o terror

das crianças que juntas faziam o caminho.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, as participantes poderão desistir a qualquer momento, pois a participação é voluntária, não remunerada e espontânea e consiste na produção de diálogos e material científico. As informações serão arquivadas com uso de criptografia e os resultados, que serão publicados em meios científicos e acadêmicos, terão como princípio norteador a garantia da ética. Qualquer dúvida, entrar em contato comigo através deste e-mail: martins.lilianepsi@gmail.com ou pelo telefone e wats (37) 98855-8483. Desde já agradeço a participação de todas.

Liliane Cristina Martins.

ANEXO B - Termo de Consentimento Livre Elucidado

Através desta, convido-as para participar da Pesquisa “O feminicídio tem cor: diálogos acerca do feminicídio e outras formas de violências sobre a perspectiva do movimento de mulheres negras organizadas no Brasil”, que está sendo desenvolvida pela pesquisadora Liliane Cristina Martins, mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação acadêmica da Professora Dr^a. Lisandra Moreira. Elucido que sua participação é de suma importância e que o presente estudo garantirá o direito de manifestação da liberdade e autonomia das informantes, respeitando sua vontade expressa de participação ou não. Trata-se de uma pesquisa científica, sem relação lucrativa e a participação é voluntária, opcional e livre. A divulgação das informações será acordada com a participante para que não seja de forma anônima, por acreditar que a autenticidade do trabalho se dá exatamente para que ecoem as vozes das mulheres negras organizadas no Brasil, para fins científicos, sociais e acadêmicos, é de suma importância que as participantes sejam identificadas. Esse termo será enviado por e-mail às participantes e assinados por assinaturas digitais por todas as envolvidas, permanecendo então uma via com cada participante como garantia dos seus direitos supracitados e a outra estará com a pesquisadora responsável como forma de garantia da autonomia de publicação dos dados construídos ao longo da pesquisa. Qualquer outra elucidação sobre a pesquisa poderá ser feita ao entrar em contato com a responsável pela pesquisa, Liliane Martins – através do e-mail: martins.lilianepsi@gmail.com.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ELUCIDADO

Nome:

Idade:

Atuação Profissional:

Naturalidade:

Movimento que faz parte:

Atesto que fui informada sobre a pesquisa intitulada “O feminicídio tem cor: diálogos acerca do feminicídio e outras formas de violências sobre a perspectiva do movimento de mulheres negras organizadas no Brasil.” Estou ciente de que para participar deste estudo terei que participar de dois encontros para o diálogo por meio das Tecnologia da Informação – TICs, de no máximo uma hora cada, e que tais encontros serão gravados somente para devidos fins de transcrição, sendo o material destruído em seguida. Declaro que fui elucidada que poderei, a qualquer momento, desistir de minha participação sem sofrer nenhum tipo de consequência por esta decisão. Para isso entrarei em contato por e-mail com a responsável pelo projeto, a pesquisadora Liliane Martins. Estou ciente de que minha participação é totalmente voluntária e que não terei direito à remuneração e de que meus dados constarão na pesquisa.

Autorização de gravação para fins acadêmicos sim não

_____ de _____ de 2021.

Telefone e e-mail para contato: (37) 98855-8483 /

martins.lilianepsi@gmail.com Pesquisadora responsável: _____

Colaboradora da pesquisa: _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANEXO C – Eixo de Diálogos

- 1- Como você se envolveu com o movimento organizado de mulheres negras ? Conte um pouco da sua trajetória.
- 2- O movimento que você atua está envolvido com alguma política de proteção à mulher em situação de violência?
- 3- Tenho investigado os dados sobre feminicídio e tenho ficado preocupada com a diferença no número de mortes de mulheres negras, que tem um percentual maior de feminicídio. O que será que acontece? O que poderia estar acontecendo que torna as mulheres negras mais vulneráveis?
- 4- Na sua atuação no movimento de mulheres negras você acompanhou os debates sobre a criação das leis de proteção (Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio)? Como foram esses debates?
- 5- Alguns casos de feminicídio ganham bastante repercussão social. Você lembra de algum caso que tenha recebido essa atenção e que tenha mobilizado o movimento? O que você acha que faz com que alguns casos sejam mais impactantes que outros?
- 6- A lei do feminicídio faz uma distinção entre o homicídio de mulheres e o feminicídio. Na sua visão, o que caracteriza o feminicídio?
- 7- No seu entendimento quais outras formas de violência estão sujeitas as mulheres negras no Brasil para além das tipificadas na Lei 11.340, mais conhecida como a Lei Maria da Penha?
- 8- Como o movimento que você atua vem compreendendo o debate feito no Brasil sobre a violência contra as mulheres negras e o feminicídio? A discussão está sendo articulada com as questões de gênero, raça e classe?
- 9- Pensando na articulação do movimento de mulheres negras organizadas e no encarceramento em massa, como você enxerga o lado punitivista das leis ?(Maria da Penha,

Lei nº 11.340 e Lei do Feminicídio, Lei nº 13.104).

10- Me questiono sempre como nós somos enxergadas como mulheres fortes. Não estaria essa força matando mulheres negras? Não bastou ter sido forte para sobrevivermos até aqui? Você acredita que essa visão sobre a mulher negra seja uma problemática?

11- Você acredita que há algo de diferente acontecendo entre as mulheres negras no Brasil? Digo a partir do momento em que temos escritoras negras publicando, traduções de autoras negras estadunidenses e europeias, temos acesso a um conhecimento que antes era restrito, arrisco a acreditar em um movimento de insurgência. O que impede que esse movimento se estenda a todas as mulheres negras?

12- Hoje temos muitas universitárias, políticas, filósofas, sociólogas, escritoras, pesquisadoras negras. Qual o principal motivo na sua opinião que ainda nos mantém na base da pirâmide social brasileira?

13- O movimento que você atua vem discutindo as opressões por que passam as mulheres negras lésbicas ou trans?

14- Como você vem pensando a questão da solidão das mulheres negras? Falo não apenas no campo afetivo, mas para além, no campo acadêmico, político, e nos campos que você acha pertinente?

15- Falando de sua experiência dentro do movimento de mulheres negras organizadas, como pensar em outros caminhos possíveis na atualidade para as mulheres negras?

16- Tem mais alguma pauta que considera importante que não foi abordada que gostaria de falar?